

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO (FEAACS)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA
(MPAC)

JOSÉ BARBOSA DE FARIAS

PADRÕES CONTÁBEIS E QUALIDADE INFORMACIONAL: INVESTIGAÇÃO
NOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA

FORTALEZA

2012

JOSÉ BARBOSA DE FARIAS

PADRÕES CONTÁBEIS E QUALIDADE INFORMACIONAL: INVESTIGAÇÃO NOS
BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria.

Orientadora: Professora Dr^a. Vera Maria Rodrigues Ponte.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo

F233p

Farias, José Barbosa de

Padrões contábeis e qualidade informacional: investigação nos bancos listados na
BM&FBOVESPA / José Barbosa de Farias. – 2012.

162 f. ; color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Programa de Pós-Graduação em
Administração e Controladoria, Fortaleza, 2012.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Vera Maria Rodrigues Ponte

1. Normas - Contabilidade 2. Harmonização contábil 3. Padrão internacional de contabilidade
I. Título.

CDD 658

JOSÉ BARBOSA DE FARIAS

PADRÕES CONTÁBEIS E QUALIDADE INFORMACIONAL: INVESTIGAÇÃO NOS
BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria.

Data de aprovação: 31 de agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Vera Maria Rodrigues Ponte (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Martins Mendes De Luca
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Marcelle Colares Oliveira
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Ao meu pai (*in memoriam*), Luiz Barboza dos Santos, que na undécima hora partiu sem me ver Mestre, mas me mostrou os encantos da leitura e a magia do saber. Às minhas netinhas Beatriz e Sophia, novo presente que a vida nos deu, a quem encorajo a amar as pessoas e apreciar um bom livro.

AGRADECIMENTOS

A minha querida esposa Élia, pelo incentivo constante, pela paciência e pela renúncia de tantas noites e finais de semana, sinal inequívoco do seu amor e de seu desejo de me ver sempre melhor. A ela, todo o meu amor e minha razão de viver.

À Laryssa e à Cyntia, maiores presentes que Deus me deu, e que a toda hora me incentivam a seguir em frente, auxiliando-me no que está ao seu alcance. Ao Mozart, pela força e mensagens de otimismo. Ao Davi, pelo incentivo e pela valiosa colaboração neste trabalho. Ao Eduardo e Katuscia, pelo exemplo e por mostrarem que o saber não tem limites.

A toda a família, em especial minha mãe e irmãos, que nutrem à distancia o orgulho de me ver crescer como pessoa e como profissional. Aos amigos quase irmãos, que sempre torcem pela minha felicidade e pelo meu sucesso.

À Prof^a. Vera, minha orientadora, pela colaboração inestimável, sempre mostrando o melhor caminho e a não sair dele. Às professoras Márcia e Marcelle, pelas valiosas contribuições em prol do enriquecimento deste estudo.

Aos colegas do Projeto IFRS, José Ferreira Chagas, José Graciano Dias e Luciano Barros de Oliveira, pelo incentivo e pela colaboração na pesquisa.

RESUMO

A criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2005 e a promulgação da Lei nº 11.638 em 2007 inauguraram no Brasil o processo de harmonização contábil vigente desde a década de 1970, abrindo caminho para a convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS). Nesse sentido, o Banco Central determinou que a partir de 2010 as instituições financeiras em atuação no país deveriam preparar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas também em IFRS. Levando em conta que diferentes práticas contábeis podem gerar resultados também diferentes, o presente estudo investigou o impacto da adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos e na qualidade informacional das suas demonstrações contábeis. Assim, foram analisados os impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros e no nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis; e foram identificados os grupos de contas responsáveis pelas principais alterações nos resultados dos indicadores e as normas internacionais (IFRS) que mais influenciaram a sua ocorrência. A amostra reuniu os 18 bancos listados na BM&FBovespa que em 2010 elaboraram e divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas nos dois padrões, estendendo-se o estudo às demonstrações de 2009 divulgadas por 10 desses bancos. Foram examinados 14 indicadores econômico-financeiros, sendo 4 do grupo Liquidez (Encaixe, Liquidez Imediata, Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos), 4 do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação (Relação Créditos/Depósitos, Alavancagem, Capitalização e Basileia), 2 do grupo Qualidade da Carteira de Crédito (Inadimplência e Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido) e 4 do grupo Rentabilidade (Margem Financeira 1, Margem Financeira 2, Eficiência e Retorno sobre o Patrimônio Líquido). Para se aquilatar os impactos na qualidade informacional das demonstrações contábeis, foi utilizado o Índice de Conservadorismo de Gray. Depois de aplicados os testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas (T-Student e Wilcoxon), os resultados revelaram diferenças significativas nos grupos de indicadores Liquidez em 2010, Estrutura Patrimonial e de Captação em 2009 e Qualidade da Carteira de Crédito em 2009, 2010 e no biênio 2009-2010. Diferenças significativas também se revelaram nos indicadores Participação dos Créditos, Participação dos Créditos Líquidos, Alavancagem, Capitalização e Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido. Os saldos dos grupos de contas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Patrimônio Líquido também apresentaram diferenças significativas. As normas que mais influenciaram a ocorrência das diferenças foram a IAS 39, a IAS 12, a IAS 10, a IAS 21 e a IFRS 3. Quanto à qualidade informacional, os resultados revelaram que as demonstrações contábeis preparadas segundo as práticas contábeis brasileiras são mais conservadoras, comparativamente ao padrão internacional.

Palavras-chave: Padrão internacional de contabilidade. IFRS. Harmonização contábil. Qualidade informacional. Índice de conservadorismo.

ABSTRACT

The creation of the Accounting Pronouncements Committee in 2005 and the enactment of Law No. 11,638 in Brazil in 2007 inaugurated the process of accounting harmonization in effect since the 1970s, paving the way for the convergence of Brazilian accounting standards with international standards (IFRS). Accordingly, the Central Bank has determined that from 2010 the financial institutions operating in the country should prepare and publish consolidated financial statements in IFRS too. Considering that different accounting practices can also generate different results, this study investigated the impact of IFRS adoption on behalf of patrimonial, economic and financial situation of the banks and on the informational quality of their financial demonstrations. Thus, we analyzed the impact of adopting IFRS on financial indicators and on the level of unconditional conservatism of financial statements; and we identified the account groups responsible for major changes in the results of the indicators and the international standards (IFRS) that most influenced their occurrence. The sample met the 18 banks listed on the BM & FBovespa which in 2010 developed and released its consolidated financial statements in the two standards, extending the study to statements released in 2009 by 10 of these banks. We examined 14 economic and financial indicators, being 4 from Liquidity Group (Docking, Instant Cash, Credit Participation and Participation of Liquid Credit), 4 from Asset and Funding Structure Group (Relationship Loans / Deposits, Leverage, Capitalization and Basel), 2 from Loan Portfolio Quality Group (Default and Overdue versus Net Worth) and 4 from Performance Group (Financial Margin 1, Financial Margin 2, Efficiency and Return on Net Worth). To assess the impacts on the informational quality of financial statements, we used the Gray's Conservatism Index. After applying the tests of differences in means of two paired samples (t-test and Wilcoxon), the results revealed significant differences in the following indicators: Liquidity in 2010, Asset and Funding Structure in 2009, Loan Portfolio Quality Group in 2009, 2010 and 2009-2010. There were also significant differences in the indicators of Credit Participation, Participation of Liquid Credit, Leverage, and Overdue versus Net Worth. The balances of account groups Allowance for Loan Losses and Net Worth also presented significant differences. The standards that most influenced the occurrence of differences were IAS 39, IAS 12, IAS 10, IAS 21 and IFRS 3. Regarding to information quality, the results revealed that the prepared financial statements in accordance with Brazilian accounting practices are more conservative, compared to the international standard.

Keywords: International Account Standard. IFRS. Accounting Harmonization. Informational Quality. Conservatism Index.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	Aspectos qualitativos da informação contábil e o mercado de capitais	23
2.2	O processo de harmonização contábil	31
2.3	As IFRS e a convergência contábil no Brasil	38
2.4	Pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS	50
3	METODOLOGIA	61
3.1	Tipologia da pesquisa	61
3.2	Hipóteses	62
3.3	População e amostra	64
3.4	Coleta e tratamento dos dados	66
3.5	Testes estatísticos	73
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	77
4.1	As instituições financeiras no Brasil e os bancos da pesquisa	77
4.2	Impactos da adoção das IFRS sobre a representação patrimonial, econômica e financeira	78
4.2.1	<i>Liquidez</i>	79
4.2.2	<i>Estrutura patrimonial e de captação</i>	88
4.2.3	<i>Qualidade da carteira de crédito</i>	97
4.2.4	<i>Rentabilidade</i>	105
4.2.5	<i>Resultados globais e dos grupos de indicadores</i>	115
4.2.6	<i>Normas contábeis responsáveis pelos ajustes em IFRS</i>	118
4.3	Impactos sobre o nível de conservadorismo das demonstrações contábeis ...	122
5	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS	141
	APÊNDICE	149

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e a modernização experimentados pela economia brasileira nas últimas décadas têm requerido permanente evolução nos modelos de governança corporativa das empresas. Como consequência da globalização e da abertura dos mercados, cresce o fluxo de capitais internacionais em busca de opções atraentes de investimento em economias como a brasileira, contanto que haja projetos e empresas que inspirem confiança, ao adotar boas práticas de gestão, transparência e fidedignidade nas informações sobre sua situação patrimonial, econômica e financeira.

Por outro lado, até pouco tempo o país tinha um mercado de capitais pouco desenvolvido, se comparado ao tamanho de sua economia e aos mercados de outras nações. Mais recentemente, em decorrência da estabilização do Real e da melhoria dos fundamentos econômicos, os investidores externos passaram a acreditar mais na economia brasileira, destinando maior volume de recursos para serem aplicados em empresas do país.

Nesse contexto, as informações divulgadas pelas empresas desempenham papel de maior importância, já que os investidores se valem dessas informações ao definir suas opções de investimento. Além disso, é fundamental que as informações tenham qualidade e representem a verdadeira situação econômico-financeira das empresas. É preciso que elas sejam úteis e relevantes para os tomadores de decisão, de modo a subsidiá-los na predição dos potenciais resultados futuros.

Dentre os diversos instrumentos condutores de informações sobre as organizações, destaca-se a contabilidade, que tem como um dos principais objetivos disponibilizar informações relevantes e úteis para os agentes econômicos. Dadas as divergências de interesses entre esses agentes e o conhecimento mais abrangente da situação das empresas pelos seus administradores, reveste-se a contabilidade de maior importância como instrumento de redução da assimetria informacional, o que ajuda a proteger acionistas e minimizar conflitos.

Para assegurar sua importância, entretanto, a contabilidade precisa evoluir atrelada à evolução das organizações e dos mercados. À medida que os negócios passam a ser globais, a contabilidade também precisa ser global, utilizando uma linguagem capaz de ser

compreendida universalmente e útil para todos. Esse é o caminho que a contabilidade vem trilhando, já que os princípios e normas que a norteavam diferiam em cada nação, havendo diferenças até dentro de um mesmo país, a depender do órgão regulador e do porte da organização.

As práticas contábeis adotadas em cada país são influenciadas, segundo diversos estudos, por fatores culturais, políticos, econômicos, legais, tributários e até mesmo em função dos objetivos pelos quais as informações são divulgadas (LOPES; MARTINS, 2005; SANTOS; CALIXTO, 2009; MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010a). Dentre as causas dessas divergências, destacam-se as características do sistema financeiro de cada nação, se mais fortemente apoiado no mercado de capitais, em instituições financeiras ou no governo (LOPES; MARTINS, 2005).

A coexistência de diferentes padrões contábeis implica que uma empresa com atuação internacional se vê forçada a preparar suas demonstrações contábeis em tantas versões quantos forem esses padrões, podendo evidenciar situações econômico-financeiras divergentes, o que poderá dificultar a correta interpretação dos resultados informados.

Para atendimento da crescente demanda por informações confiáveis e comparáveis, na década de 1970 teve início um processo de harmonização contábil em âmbito internacional, ficando a cargo dos diversos países a realização de mudanças em suas normas e práticas contábeis para torná-las compatíveis entre si. Dentre os benefícios da harmonização, destacam-se o menor custo de preparação e interpretação das demonstrações contábeis; a maior precisão na predição de retornos de investimentos, devido à redução da assimetria informacional; e maior facilidade de compreensão das operações entre empresas de diferentes nacionalidades (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999; BACEN, 2006; BEUREN; KLANN, 2008; FARIAS; FARIAS, 2009; PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

Em 1973, um grupo de dez países criou o *International Accounting Standards Commission* (Iasc), organismo privado e independente, para, dentre seus objetivos, harmonizar as práticas contábeis, de modo a tornar mais comparáveis as demonstrações das diversas nações. Em 2001, o Iasc foi reestruturado, com redefinição de suas atividades, sendo então criado o *International Accounting Standards Board* (Iasb), que passaria a responder por todos os assuntos técnicos até então sob a tutela do Iasc, com a missão precípua de promover

a convergência entre as normas contábeis nacionais e o padrão até então construído por aquele órgão, constituído por um conjunto de normas denominado *International Accounting Standards* (IAS) (SILVA, 2008).

Com o apoio de diversos outros órgãos internacionais, o Iasb foi o principal responsável pelo desenvolvimento das normas internacionais de contabilidade, denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conhecidas no Brasil como Normas Internacionais de Relatórios Financeiros.

Em 2002, o Parlamento Europeu determinou que a partir de 2005 as empresas listadas nas bolsas europeias deveriam elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras no padrão IFRS. Nos Estados Unidos, a *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador do mercado de capitais do país, anunciou que as empresas estrangeiras listadas nas bolsas norte-americanas poderiam divulgar suas demonstrações em IFRS sem ter que apresentar nota de reconciliação entre os padrões desses países. China, Japão, Índia, Austrália, Rússia, Coreia do Sul, Canadá e mais de cem outras nações de todos os continentes já adotam as IFRS como padrão contábil (AZEVEDO, 2010).

No Brasil, a edição da Lei n° 10.303, de 2001, trouxe novos enfoques sobre o direito societário e as sociedades por ações. Em junho desse mesmo ano, a BM&FBovespa criou o Novo Mercado e os Níveis 1 e 2 de governança corporativa, segmentos especiais de empresas que se comprometem a adotar boas práticas de governança corporativa e seguir regras específicas relativas à divulgação de informações e aos direitos dos acionistas.

Em 2005, entidades como a BM&FBovespa, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Ibracon) decidiram pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos com vistas à convergência da contabilidade brasileira ao padrão contábil internacional.

Em 2007, a Lei n° 11.638 reformulou a antiga Lei n° 6.404/1976, eliminando barreiras regulatórias e abrindo mais espaços para a efetivação da convergência contábil a partir de 2008. Em 2009, foi promulgada a Lei n° 11.941, que tratou dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n° 11.638.

Até julho de 2011, o CPC havia emitido 45 pronunciamentos técnicos, 5 orientações técnicas e 16 interpretações técnicas, os quais, ao longo do tempo, foram recepcionados por agências reguladoras e órgãos de classe e incorporados às práticas contábeis brasileiras das organizações por eles reguladas.

Vale ressaltar que, pelo fato de os pronunciamentos do CPC serem pautados no padrão internacional de contabilidade (IFRS), à medida que estes são recepcionados e aplicados pelas organizações, avança o processo de convergência do padrão contábil brasileiro para o padrão internacional.

Entretanto, como no Brasil os diversos segmentos empresariais preparam e divulgam demonstrações contábeis com base em normas emanadas dos respectivos órgãos reguladores e normatizadores, seus demonstrativos podem estar mais ou menos convergentes com o padrão contábil internacional, a depender dos pronunciamentos técnicos (CPCs) recepcionados por esses órgãos.

Independentemente do nível de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, em 2006 o Banco Central do Brasil (Bacen) estabeleceu que as instituições financeiras deveriam preparar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas em IFRS a partir de 2010 (BACEN, 2006). Em 2007, a CVM e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) também tornaram obrigatória para as companhias abertas e seguradoras, respectivamente, a apresentação das demonstrações em IFRS a partir do exercício de 2010 (CVM, 2007; SUSEP, 2007).

A adoção de um novo padrão contábil implica mudanças na forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação de fatos contábeis, gerando impactos na representação da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas.

Por conta disso, já foram realizados diversos estudos ao redor do mundo para avaliar a intensidade desses impactos (PERRAMON; AMAT, 2006; CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2007; LAGUNA; ROMERO, 2007; BEUREN; KLANN, 2008; MIRANDA, 2008; CIA; SANTOS; CIA, 2008; FIROZ; ANSARI; AKHTAR, 2011; PASCU; VASILIU,

2011), os quais se diferenciam de país para país a depender das divergências entre o padrão utilizado em cada um deles e o padrão internacional.

No Brasil, os estudos acerca do impacto da adoção das IFRS pelas empresas do país se concentraram, inicialmente, sobre as instituições que divulgavam suas demonstrações no padrão internacional de contabilidade por opção própria ou por realizarem operações em países cujas legislações exigiam a adoção das IFRS (VESCO; ALMEIDA; CROZATTI, 2007; SANTOS; CALIXTO, 2009; WATANABE, 2009; OLIVEIRA, 2010).

Mudanças de padrão contábil também podem afetar atributos de qualidade e utilidade das informações divulgadas. Dentre esses atributos, destaca-se o conservadorismo, caracterizado pelo emprego de cautela, ao não se superestimar ativos e receitas, nem se subestimar passivos e despesas. Segundo Lopes e Martins (2005), a prática do conservadorismo deixa os investidores mais confiantes, na medida em que as demonstrações contábeis representam a situação econômico-financeira das empresas por uma visão não otimista.

Por esta razão, pesquisadores como Cia, Santos e Cia (2008), Lemes e Carvalho (2009), Grecco, Geron e Formigoni (2009), Santos e Calixto (2009) e Castro (2011) investigaram o conservadorismo nas demonstrações contábeis de diferentes padrões contábeis, objetivando avaliar se alguns desses padrões produzem informações mais conservadoras.

Como já foi visto, o nível de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais pode se diferenciar em função do segmento empresarial estudado. No caso brasileiro, as mudanças contábeis já implementadas nos diversos setores da economia ainda não são observadas nos bancos, já que o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Bacen pouco alteraram a legislação voltada para as instituições financeiras com vistas a adequá-la ao padrão internacional. Por isso, é provável que ao elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS a partir de 2010, os bancos apresentem divergências significativas na representação de sua situação econômico-financeira em IFRS, se comparadas às demonstrações preparadas segundo o padrão contábil nacional.

Por conta disso, cresce a expectativa de acionistas, investidores, analistas e do mercado em geral pela evidenciação dos impactos gerados no segmento bancário brasileiro pela utilização das normas internacionais de contabilidade.

Diante da obrigatoriedade de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS pelos bancos a partir de 2010, o atual momento constitui oportunidade única para se investigar o impacto gerado pela adoção desse novo padrão contábil sobre a representação da situação econômico-financeira dessas instituições. Torna-se igualmente oportuno examinar se a simples normatização de aplicação de princípios contábeis distintos seria suficiente para alterar a qualidade das demonstrações contábeis divulgadas pelas instituições financeiras.

Vale destacar a importância estratégica do setor bancário como sustentáculo da estabilidade econômica de um país, já que os bancos intermedeiam expressivos volumes de capitais, de maneira que eventuais crises de solvência dessas empresas tendem a contaminar os demais setores da economia.

Além disso, dada a singularidade dos bancos no que tange à forma de medição e comparação de seus indicadores gerenciais, como também ao fato de adotarem normas específicas emanadas do Bacen, boa parte das pesquisas já realizadas sobre o tema em estudo exclui as instituições financeiras (SANTOS; CALIXTO, 2009; OLIVEIRA, 2010).

Assim, o presente estudo teve como propósito responder à seguinte questão: Quais os impactos da adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa?

Dessa forma, o estudo teve como objetivo geral investigar o impacto da adoção das IFRS sobre a representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas de 2010 no citado padrão. Adicionalmente, examinou-se se as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional apresentam atributos de qualidade diferentes daqueles evidenciados nas demonstrações preparadas segundo o padrão contábil brasileiro.

O estudo voltou-se ainda para o alcance de cinco objetivos específicos, a saber:

- a) verificar o impacto da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados;
- b) investigar os principais grupos de contas que produziram alterações nos indicadores econômico-financeiros dos bancos em relação aos dois padrões contábeis;
- c) identificar as normas IFRS que mais influenciaram a ocorrência dessas alterações;
- d) investigar o impacto produzido pela adoção das IFRS no nível de conservadorismo incondicional dos bancos pesquisados; e
- e) averiguar a significância das diferenças entre os resultados contábeis e entre os patrimônios líquidos divulgados segundo o padrão contábil brasileiro e segundo o padrão contábil internacional.

Pesquisas sobre o impacto da adoção das IFRS (BEUREN; KLANN, 2008; WATANABE, 2009; MIRANDA, 2008) revelaram a ocorrência de diferenças significativas na representação da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas estudadas, em relação às demonstrações produzidas segundo o padrão contábil brasileiro.

Em relação ao conservadorismo, os estudos já realizados (CIA; SANTOS; CIA, 2008; LEMES; CARVALHO, 2009; GRECCO; GERON; FORMIGONI, 2009; SANTOS; CALIXTO, 2009; CASTRO, 2011) não permitem a afirmação de que o padrão contábil brasileiro produz resultados mais ou menos conservadores que o padrão internacional ou o norte-americano.

Entretanto, o Brasil pertence ao bloco de países que enfatiza o direito formalista (*code law*), formado pelos países da América Latina e África, alguns países da Europa, como Alemanha, França, Itália e Espanha, e outros da Ásia, destacando-se o Japão. Esse bloco,

segundo pesquisa realizada por Gray (1980), adota práticas contábeis mais conservadoras que aquelas utilizadas pelo bloco de países que enfatiza o direito consuetudinário (*common law*), formado principalmente pelos países nórdicos e anglo-saxões.

Assim, o presente estudo trabalha com as hipóteses de que os indicadores econômico-financeiros dos bancos da amostra calculados a partir das demonstrações contábeis preparadas segundo o padrão contábil brasileiro e também segundo as IFRS apresentam diferenças significativas, e que as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão brasileiro são mais conservadoras que aquelas preparadas de acordo com o padrão contábil internacional.

Com relação aos aspectos metodológicos, este estudo realizou pesquisa documental, exploratória e descritiva, com abordagem empírico-analítica. O estudo utilizou como base de pesquisa as demonstrações contábeis consolidadas de 2010 dos bancos brasileiros listados na BM&FBovespa, produzidas segundo o padrão contábil brasileiro e de acordo com o padrão internacional. A partir das demonstrações contábeis de cada padrão, foram calculados o Índice de Conservadorismo (GRAY, 1980) e os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados.

O presente estudo foi estruturado em cinco tópicos, iniciando-se por esta introdução, que faz uma contextualização sobre a importância da informação contábil e a busca pela harmonização da contabilidade, abordando ainda o problema de pesquisa, os objetivos, as hipóteses, a metodologia e a relevância do assunto abordado.

O segundo tópico traz uma revisão da literatura sobre a informação contábil e o mercado de capitais, o processo de harmonização contábil no mundo, as normas internacionais de contabilidade e a convergência contábil no Brasil, encerrando com um apanhado de pesquisas já realizadas sobre os impactos da adoção das IFRS no mundo e, particularmente, no Brasil.

O tópico seguinte aborda os aspectos metodológicos que embasaram este estudo, compreendendo a tipologia da pesquisa, as hipóteses, a população e a amostra, a coleta e tratamento dos dados e os testes estatísticos.

O quarto tópico faz uma comparação entre os bancos da pesquisa e as instituições financeiras em atividade no Brasil, apresenta e analisa os impactos encontrados sobre a representação patrimonial, econômica e financeira dos bancos e sobre o índice de conservadorismo das demonstrações contábeis, enquanto o último tópico apresenta a conclusão do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos qualitativos da informação contábil e o mercado de capitais

O desenvolvimento da economia mundial, a integração dos mercados e a redução das incertezas, devido ao aprimoramento do conteúdo informacional disponibilizado nos últimos anos, levaram os investidores a aplicar consideráveis volumes de recursos em mercados estabelecidos fora do eixo Europa-Estados Unidos.

Os países em desenvolvimento têm se beneficiado do novo panorama mundial, ao atrair recursos para financiar suas economias via mercado de capitais. No Brasil, as alternativas de investimento nesse setor ainda são reduzidas, mesmo se comparadas às existentes nos BRICS – denominação atribuída ao bloco de países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2011, havia 9.481 empresas listadas em sete das principais bolsas de valores desses países, incluindo-se a BM&FBovespa, com volume médio diário negociado de 422 bilhões de dólares (CARNIER, 2011), enquanto que a bolsa brasileira movimentava diariamente apenas 6,5 bilhões de reais, correspondentes a 3,5 bilhões de dólares nesse mesmo ano (BM&FBOVESPA, 2011).

Segundo Duarte (2008), com a atração a cada dia maior de investimentos externos no Brasil, crescem também as exigências para as companhias investidas, que precisam manter a confiança dos acionistas. Segundo a autora, a reputação do mercado de capitais se faz a partir da conduta das empresas cujas ações são ali negociadas.

A qualidade das informações divulgadas para o mercado assume papel relevante para a obtenção dessa confiança, conforme argumentam Correia e Louvet (2010, p. 2):

Os investidores se valem das informações publicadas pela empresa para efetuar suas previsões, por exemplo, a estimação dos fluxos de caixa futuros, que são a base para que efetuem as suas escolhas de investimento. Assim sendo, a falta de transparência nas informações financeiras impõe maior risco aos acionistas externos, o que os leva a aumentar seus esforços de monitoramento e, como resultado, o retorno exigido.

Para que os investimentos possam acontecer, os investidores precisam de informações que possibilitem a avaliação das peculiaridades dos ativos empresariais, além de mecanismos eficazes de controle e monitoração de *performance* (LOPES; MARTINS, 2005).

Nascimento e Reginato (2009) ponderam ainda que a informação possibilita a otimização dos outros recursos consumidos na implementação de uma ação de mercado, com vistas à obtenção de resultados econômicos.

Hendriksen e Breda (1999) recorrem ao Referencial Conceitual de Contabilidade Financeira e Divulgação, desenvolvido entre 1972 e 1985 pelo *Financial Accounting Standards Board* (Fasb), órgão dos Estados Unidos semelhante ao Iasb, para discorrer sobre as principais características qualitativas de que a informação necessita para se tornar útil ao processo decisório. Destacam-se a relevância e a confiabilidade, associadas à comparabilidade, e todas subordinadas à inteligibilidade e ao critério básico de que os benefícios devem ser superiores aos custos.

Hendriksen e Breda (1999) comentam, ainda, que para ser relevante, a informação precisa ser pertinente à questão em análise e que essa pertinência pode ocorrer de três formas: afetando metas, afetando a compreensão e afetando decisões. Segundo os autores, o Fasb considera que a informação deve fazer diferença em uma decisão, ora ajudando os usuários a fazer predições sobre resultados de eventos passados, presentes e futuros (valor preditivo), ora confirmando ou corrigindo expectativas anteriores (valor como *feedback*). Consideram também que, para ser relevante, a informação deve ser oportuna, de modo a estar disponível para o usuário antes de perder a capacidade de influenciar a decisão a ser tomada. Afirmam os autores que a informação não possui valor, a menos que altere ou possa alterar as escolhas de uma pessoa.

Ainda de acordo com Hendriksen e Breda (1999), a confiabilidade é a segunda característica capaz de levar uma informação a se tornar útil para o processo decisório. Os autores afirmam que o Fasb considera a confiabilidade uma função de fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade. A fidelidade de representação está associada à correspondência entre uma medida ou descrição e o fenômeno que a informação pretende representar. Ou seja, para ser confiável, a informação deve representar fielmente os fenômenos. Quanto à verificabilidade, diz-se que uma informação é verificável quando há evidência objetiva para sustentá-la. Segundo os autores, o Fasb define a verificabilidade como “a capacidade de assegurar, por meio do consenso entre mensuradores, que a informação representa o que se destina a representar, ou que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou viés”. Em relação à neutralidade, diz-se que ela existe quando não há viés na direção

de um resultado predeterminado, entendendo-se viés como sendo a tendência de uma medida situar-se mais de um lado que de outro, em vez de ter igual probabilidade de ficar de qualquer um dos lados.

A relevância e a confiabilidade estão associadas à comparabilidade. Uma informação tem sua utilidade ampliada quando possibilita a comparação de uma entidade com outra, ou mesmo de uma mesma entidade em períodos diferentes. Para Hendriksen e Breda (1999, p. 101), define-se comparabilidade com “a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos”. A comparabilidade, por sua vez, é facilitada pela uniformidade e pela consistência. Enquanto a uniformidade implica que eventos iguais sejam representados de maneira idêntica, a consistência implica o uso dos mesmos procedimentos de um período em outro e o uso de conceitos e procedimentos semelhantes para itens afins, em um mesmo período, como explicam os autores.

As características qualitativas da informação também fazem parte da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, desenvolvida pelo Iasb para dar suporte às normas internacionais de contabilidade. O texto aponta as quatro principais características qualitativas capazes de fazer as informações se tornarem úteis para os usuários: compreensibilidade, pertinência, confiabilidade e comparabilidade (IASB, 2010, p. B1483-B1485).

Em relação à compreensibilidade, o Iasb pondera que uma informação precisa ser prontamente compreendida pelos usuários, e que, para tanto, assume-se que os usuários detêm conhecimentos razoáveis dos negócios, das atividades econômicas e da contabilidade, além de disposição para estudar as informações com razoável diligência. Mesmo sendo complexas, as informações, se pertinentes, não devem ser suprimidas sob o argumento de que seria difícil a sua compreensão (IASB, 2010).

Segunda característica qualitativa da informação reconhecida pelo Iasb, a pertinência tem definição similar àquela proposta pelo Fasb (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999) para relevância. Assim, a pertinência vem do poder de influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar eventos passados, presentes e futuros, ou confirmando ou corrigindo avaliações anteriores (papéis preditivos e confirmatórios). Outrossim, sustenta que

a pertinência das informações é afetada por sua natureza e relevância, e que uma informação é considerada relevante quando sua omissão ou divulgação distorcida pode levar a decisões econômicas errôneas. Diferentemente do Fasb (HENDRIKSEN; BREDA, 1999), o Iasb entende que a relevância não é uma característica qualitativa primária, mas um ponto de corte ou um limite (IASB, 2010).

A confiabilidade, segundo o Iasb (2010), está presente em uma informação quando esta não apresenta erros relevantes ou tendenciosos e quando os usuários podem se basear nelas para representar fielmente as informações que pretendem representar. Dentre os diversos atributos da confiabilidade, destacam-se a representação fiel (as informações devem representar de forma fiel as transações e eventos que pretendem representar ou que seja razoável esperar que representem); a essência sobre a forma (as informações devem ser apresentadas de acordo com sua essência e realidade econômica, e não simplesmente por sua forma legal); a neutralidade (as informações devem ser livres de vieses); a prudência (inclusão de um grau de cautela no exercício dos julgamentos necessários ao se fazer estimativas sob condições de incerteza, de forma que os ativos e as receitas não sejam superavaliados e os passivos e as despesas não sejam subavaliados); e a integridade (as informações devem ser completas dentro dos limites de relevância e custo).

Quarta característica qualitativa da informação, a comparabilidade ocorre, segundo o Iasb (2010), quando os usuários são capazes de realizar comparações da posição financeira e do desempenho de uma entidade ao longo do tempo e também da posição financeira relativa, do desempenho e de mudanças na posição financeira de diferentes entidades. Na percepção do Iasb (2010), o cumprimento das normas internacionais de contabilidade, incluindo a divulgação das políticas contábeis implementadas pela entidade, ajuda a obter comparabilidade.

Em relação à quantidade ideal de informações, Hendriksen e Breda (1999) argumentam que as decisões melhoram com o aumento da quantidade de informações disponíveis, desde que não se torne excessiva. Segundo os autores, uma sobrecarga de informações pode comprometer a qualidade do processo decisório. Na opinião de Iudícibus (1993, p. 91), “... a informação que não for material ou relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente”.

A contabilidade se destaca como um dos principais veículos de informações, como pode ser visto em algumas definições e atribuições da contabilidade propostas por organismos internacionais, segundo Hendriksen e Breda (199, p. 135):

A tomada de decisões desempenha papel crucial na teoria da contabilidade. Sua importância tem sido ressaltada frequentemente nas definições da contabilidade. Por exemplo, a Associação Americana de Contabilidade diz que a contabilidade é "... o processo de identificação, mensuração e comunicação de informação econômica para permitir a realização de julgamentos bem informados e a tomada de decisões por usuários da informação". O Conselho de Princípios Contábeis dizia que a função da contabilidade é "... fornecer informação qualitativa, principalmente de natureza financeira, sobre entidades econômicas, de utilidade para a tomada de decisões econômicas". E o Fasb declarou que o papel da divulgação financeira na economia é "fornecer informação que seja útil para a tomada de decisões empresariais e econômicas".

Diante da importância da informação para o processo decisório, uma das grandes preocupações dos acionistas relaciona-se à forma como a contabilidade evidencia a situação das empresas. São necessárias informações com características qualitativas que garantam sua utilidade e propiciem ao investidor e demais usuários condições de avaliar riscos e concretizar negócios.

A propósito, Lopes e Martins (2005) afirmam que a contabilidade deve ser capaz de mostrar a realidade econômica das entidades, sob pena de suas informações não serem relevantes. Para esses autores, a contabilidade tende a ser mais relevante em países que utilizam predominantemente o mercado de capitais como fonte de financiamento das empresas e também onde o acesso às informações é mais restrito. Afinal, para que os investimentos possam ocorrer, os investidores demandam por informações, desempenhando a contabilidade um papel central nesse processo, como fonte de informação. Sabendo-se que "a utilidade econômica da contabilidade está ligada à sua capacidade de alterar as crenças dos usuários sobre os fluxos futuros de caixa dos ativos" (LOPES; MARTINS, 2005, p. 76), e que os preços dos títulos negociados em bolsa refletem essas crenças, conclui-se, então, que a capacidade de impactar o comportamento desses preços, inerente à contabilidade, é função de sua utilidade.

Observa-se, portanto, que, para ser útil, a contabilidade deve fornecer informações com características qualitativas que propiciem aos seus usuários as condições necessárias para tomar decisões. Diante disso, Antunes et al (2008) investigaram a qualidade das informações

contábeis divulgadas pelas empresas estatais federais com ações negociadas na BM&FBovespa e pelas empresas listadas no segmento Novo Mercado da referida entidade. Foram pesquisadas as seguintes características qualitativas: a **oportunidade contábil**, associada à velocidade com que os números capturam as alterações de valor das empresas; a **relevância contábil**, relacionada à capacidade de afetar as expectativas dos agentes econômicos; e o **conservadorismo contábil**, associado à defasagem temporal observada no reconhecimento de receitas e despesas. Os resultados mostraram que nas empresas pertencentes ao Novo Mercado as informações divulgadas apresentavam as três características com significância estatística, enquanto nas empresas estatais as informações divulgadas apresentavam apenas a relevância contábil. Segundo os autores, o estudo revela que a informação contábil divulgada pelas estatais federais não apresenta as características necessárias para servir como instrumento de proteção à expropriação de recursos públicos. Por outro lado, já que no caso das empresas do Novo Mercado as informações apresentam qualidade contábil superior, estas poderiam servir de parâmetro para aperfeiçoamento da contabilidade das estatais federais.

Também um importante mecanismo utilizado pela contabilidade, o conservadorismo se caracteriza por tornar as informações mais confiáveis e transparentes. Segundo Paulo, Antunes e Formigoni (2008), o conservadorismo contábil pode ser entendido como a prática de reconhecimento menos otimista de ativos e receitas e mais otimista de passivos e despesas. Os autores sustentam que o conservadorismo sofre influência do sistema regulatório, da dinâmica do mercado de capitais e dos tipos de sociedade empresarial.

O registro de prováveis perdas futuras implica o impedimento de distribuição de fluxos de caixa atuais, que são resguardados para distribuição futura. Por outro lado, o registro de prováveis ganhos futuros, dada a sua incerteza, implica a distribuição imediata de fluxos de caixa que poderão não se realizar no futuro. Assim, o lucro de alta qualidade informacional é aquele que contém informação sobre os fluxos de caixa futuros capazes de evitar perdas para os investidores (CASTRO, 2011). O conservadorismo, argumentam Ball, Kothari e Robin (2000), é um importante instrumento de governança corporativa, na medida em que aumenta a transparência das demonstrações contábeis.

O conservadorismo é comumente classificado em condicional e incondicional. Segundo Castro (2011), o conservadorismo condicional enfatiza a associação entre a

antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas, ao passo que o conservadorismo incondicional está associado à divulgação de lucros e patrimônio líquido mais baixos, independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas. Coelho (2007) ensina que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos igualmente válidas, deve prevalecer aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio dos sócios, reduzindo, dessa forma, o patrimônio líquido da empresa.

Os estudos sobre conservadorismo geralmente investigam se lucros e patrimônio líquido apurados segundo as normas contábeis de diferentes países são apresentados de forma mais conservadora ou menos conservadora, procurando identificar as causas dessa diversidade a partir de diferenças culturais e econômicas entre os países (GRAY, 1980; WEETMAN; GRAY, 1991; ADAMS; WEETMAN; GRAY, 1993; MUELLER; GERON; MEEK, 1997; WEETMAN et al, 1998; HAVERTY, 2006; CORDAZZO, 2008).

Tomando por base estudos realizados por Hofstede (1980), Gray (1988) definiu quatro eixos que, segundo ele, expressam as origens socioculturais que interferem nas práticas contábeis de cada país:

- a) Profissionalismo x Controle estatutário – associado à maior independência da profissão contábil *versus* maior submissão a exigências legais e controle estatutário;
- b) Uniformidade x Flexibilidade – associado à uniformidade de práticas pelas empresas *versus* flexibilidade para empresas em função de circunstâncias específicas;
- c) Segredo x Transparência – associado à confidencialidade da informação *versus* disponibilidade pública da informação;
- d) Conservadorismo x Otimismo – associado à mensuração cautelosa, avessa ao risco *versus* mensuração otimista, tomadora de risco.

No eixo Conservadorismo x Otimismo, os estudos de Gray (1988) revelaram que as práticas contábeis dos países da América Latina e da África, bem como da Alemanha e do

Japão, são mais conservadoras que aquelas adotadas pelos países nórdicos e anglo-saxões. Segundo o autor, o sistema contábil brasileiro se caracteriza por um certo grau de transparência e alto grau de conservadorismo.

A busca por um instrumento que medisse o grau relativo de conservadorismo incondicional presente nas práticas contábeis de cada país levou Gray (1980) a conceber o Índice de Conservadorismo (IC), obtido por meio da seguinte fórmula:

$$IC = 1 - [(RA - RB) / |RA|],$$

Onde:

RA = resultado apurado segundo o padrão contábil A

RB = resultado apurado segundo o padrão contábil B

|RA| = valor absoluto de RA

IC menor que 1 significa que o padrão contábil B apresenta resultados menores e mais conservadores, enquanto IC maior que 1 representa resultados maiores e menos conservadores para o padrão contábil B.

Gray (1980) investigou se os padrões contábeis utilizados na Inglaterra, na França e na Alemanha eram mais conservadores que o padrão europeu adotado à época. O autor constatou que o padrão francês e o alemão produziram resultados mais conservadores que o padrão europeu, enquanto que o padrão inglês mostrou-se menos conservador. Os lucros mais conservadores foram os da França, seguida pela Alemanha, ficando a Inglaterra na terceira posição.

Outros estudos utilizaram o IC, às vezes com alguma adaptação, para analisar os impactos das diferenças encontradas entre padrões contábeis distintos (WEETMAN; GRAY, 1991; ADAMS; WEETMAN; GRAY, 1993; MUELLER; GERON; MEEK, 1997; WEETMAN et al, 1998; HAVERTY, 2006; CORDAZZO, 2008).

O IC foi, posteriormente, utilizado por Wettman (1998) como Índice de Comparabilidade, ao dar ênfase ao tratamento contábil relativo sem julgamento do nível de conservadorismo. Como explicam Lemes e Carvalho (2009), ao confrontar os números

produzidos por diferentes padrões contábeis, o Índice de Comparabilidade consegue mensurar a significância e a materialidade das diferenças. Outros estudos, como os de Adams et al (1999) e Haverty (2006), usaram o IC para análise do patrimônio líquido, nível de materialidade e outros itens extraídos de demonstrações contábeis elaboradas segundo diferentes padrões.

Como se pode observar, a qualidade das informações emanadas da contabilidade pode variar em função das práticas contábeis empregadas. Como essas práticas são heterogêneas ao redor do mundo e até dentro de um mesmo país, surgiu a necessidade de sua harmonização, de modo que os investidores e usuários em geral pudessem reduzir suas incertezas quanto às melhores decisões de investimento.

2.2 O processo de harmonização contábil

Pesquisas sobre contabilidade internacional ganharam evidência a partir da globalização dos negócios, haja vista a necessidade de os investidores compreenderem a linguagem contábil de cada país. Segundo estudo realizado por Farias e Farias (2009), dentre os tópicos mais pesquisados sobre contabilidade internacional destacam-se as razões da existência de diferentes modelos contábeis no mundo e o processo de harmonização contábil internacional.

São inúmeras as razões para a existência de práticas contábeis distintas no mundo. Santos e Calixto (2009) analisaram estudos que apontam razões socioculturais: de um lado, os países de influência anglo-americana, que enfatizam o direito consuetudinário (*common law*); do outro, os países do modelo eurocontinental (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Japão e os da América do Sul), que ressaltam o direito formalista (*code law*).

Segundo Lopes e Martins (2005), nenhum país pode ser classificado como inteiramente pertencente a um dos dois grupos (*common law* e *code law*). Entretanto, vários aspectos institucionais afetam as práticas contábeis dos países com características relacionadas a cada um dos grupos, conforme explicitado a seguir:

- Regulamentação: nos países do grupo *common law* a contabilidade tende a ser menos regulada, e as normas tendem a ser emitidas majoritariamente

por órgãos da iniciativa privada. Nos países do grupo *code law*, geralmente a contabilidade é regulada pelo governo.

- Estrutura acionária: nos países do grupo *common law* o mercado de capitais tende a ser bem desenvolvido, com estrutura acionária bem dispersa entre muitos acionistas, que permanentemente demanda informações para reduzir a assimetria informacional em relação aos administradores. Nos países do grupo *code law*, prevalece a existência de poucos acionistas nas empresas, geralmente muito próximos à administração e com acesso direto às informações econômico-financeiras dessas empresas. Por isso, nesses países a contabilidade não desempenha o mesmo papel de redutora da assimetria informacional.
- Força da profissão contábil: nos países do modelo *common law* as profissões contábeis são autorregulamentadas, e os profissionais têm maior prestígio, sendo provável que venham a influenciar o conteúdo dos pronunciamentos e regulamentações contábeis. Essa influência parece contribuir para o aumento da qualidade da contabilidade praticada nesses países.
- Impacto tributário na contabilidade: nos países do modelo *common law*, a influência da legislação tributária sobre a contabilidade é muito pequena, enquanto nos países do outro bloco ocorre o inverso. Na Alemanha, por exemplo, a contabilidade se confunde com o próprio código tributário.

Lopes e Martins (2005) ressaltam que algumas das propriedades da informação são influenciadas e até mesmo determinadas por essas diferenças entre modelos. Mourad e Paraskevopoulos (2010a, p. 8) assim se posicionam sobre o assunto:

Embora as demonstrações contábeis possam parecer semelhantes de país para país, ainda existem diferenças causadas por uma variedade de critérios sociais, econômicos e jurídicos. Outro ponto a destacar é o fato de que os diversos princípios contábeis existentes no mundo foram certamente desenvolvidos ao longo do tempo para atender às necessidades de diferentes usuários das demonstrações contábeis e, em muitos casos, atender aos requisitos regulatórios ou fiscais de cada país. Todos esses elementos dificultam a utilização de um princípio único e a comparabilidade entre as entidades no mundo.

Segundo Farias e Farias (2009), a coexistência de diferentes práticas contábeis entre países e a consequente necessidade de preparação de demonstrações contábeis em

padrões distintos pelas empresas multinacionais geram dificuldade de interpretação das informações, tornando a globalização do mercado de capitais e a internacionalização das empresas dois dos fatores mais importantes para se entender o processo de busca da harmonização das normas internacionais de contabilidade.

Do mesmo modo, sustentam Beuren e Klann (2008) que a assimetria de informações que chega aos usuários, provocada pela diferença de práticas contábeis entre países, tende a prejudicar as decisões dos investidores, já que, devido à globalização da economia, as informações contábeis são analisadas por usuários de vários países. Em vista disso, é possível que uma empresa apresente indicadores de desempenho favoráveis segundo a normativa contábil nacional, mas não exiba a mesma *performance* se os indicadores forem calculados de acordo com as normas de outro país. Assim, a minimização ou eliminação dessas diferenças tende a facilitar a análise dessas informações em qualquer mercado onde as ações da empresa sejam negociadas.

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012), os investidores buscam mercados merecedores de sua confiança, razão pela qual os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente levam vantagem sobre os demais, já que o fornecimento de informações de qualidade, com elevada transparência e de fácil comparabilidade, reduz o risco do investimento e o custo do capital.

Em suma, a coexistência de modelos e práticas contábeis diferentes afeta a qualidade informacional da contabilidade e reduz a confiança dos investidores, ao utilizá-la como insumo para suas decisões. Diante disso, tornou-se crucial a busca pela harmonização das práticas contábeis, de forma a satisfazer as necessidades dos investidores internacionais na busca por oportunidades de negócios.

Harmonização contábil é um processo pelo qual diversos países, de comum acordo, realizam mudanças em seus sistemas e normas contábeis, tornando-os compatíveis entre si, respeitadas as peculiaridades e características de cada nação. Esse processo parte da identificação das linhas gerais no marco conceitual e na teoria geral da contabilidade que fundamentam as normas contábeis desses países, também levando em conta a influência dessas normas na economia, dentro de um contexto de unicidade de mercados (MADEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2004).

Ressalte-se que a harmonização não pressupõe padronização ou uniformização, já que os diferentes países têm características específicas que precisam ser atendidas pela contabilidade. Em vez disso, o processo de harmonização é voltado para a redução das diferenças entre os padrões existentes, de modo que as práticas contábeis sejam compatíveis e as informações contidas nas demonstrações contábeis sejam comparáveis.

Frequentemente, acredita-se que a uniformidade na divulgação financeira entre empresas representa uma meta desejável por si mesma. Ou seja, a meta de uniformidade frequentemente estimula a apresentação de demonstrações financeiras, por empresas distintas, usando os mesmos procedimentos contábeis, conceitos de mensuração, classificações e métodos de divulgação, bem como formato básico semelhante nas demonstrações. Tal como utilizado neste contexto, o conceito é corretamente criticado; o objetivo deve ser a comparabilidade, e não a uniformidade estrita ou rígida. O objetivo básico de comparabilidade deve ser o de facilitar predições e decisões financeiras por credores, investidores e outros indivíduos. Pode ser definido como sendo a qualidade de possuir características suficientemente parecidas para tornar as comparações apropriadas (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 102).

Silva (2008) explica como se deu a evolução do processo de harmonização contábil pelo mundo. Em 1973, representantes de organismos voltados para a contabilidade de dez países, entre eles México, Irlanda, Reino Unido e Holanda, fundaram o *International Accounting Standards Committee* (Iasc), com o objetivo de elaborar normas contábeis internacionais e promover a aceitação dessas normas em escala mundial. Em 1982, o Iasc tinha 17 membros, sendo todos integrantes da *International Federation of Accountants* (Ifac). Em 1989, a *European Accounting Federation* (FEE) já apoiava a harmonização contábil internacional, fazendo crescer o envolvimento europeu no Iasc. De 1973 a 1995, o Iasc desenvolveu as normas contábeis denominadas *International Accounting Standards* (IAS), para adoção pelos diversos países ou utilização como referência para o arcabouço contábil de cada um.

Em 1995, a partir de inquietações ligadas ao mercado de capitais, a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco), organização que congrega as comissões de valores mobiliários de todo o mundo, firmou um acordo com o Iasc, apoiada pela União Europeia, visando tornar realidade a convergência contábil para um único padrão, em âmbito internacional. A partir daí, a Iosco se comprometeu a examinar e avaliar, no prazo de cinco anos, todas as IAS, revisando-as sempre que necessário. Em 1997, foi constituído o *Standing Interpretations Committee* (SIC), com o objetivo de emitir interpretações sobre as IAS. Nesse

período, a Ifac e o Iasc já congregavam 140 entidades profissionais de contabilidade, em 101 países (SILVA, 2008).

O processo de harmonização continuou evoluindo, segundo Silva (2008). Em 1999, foi anunciado o apoio formal do grupo que reúne os sete países mais industrializados e mais desenvolvidos do mundo (G7), do Comitê de Basileia e do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao processo de harmonização. Depois de concluída a avaliação e revisão das IAS pela Iosco, o Iasc foi reestruturado, passando de um comitê apenas opinativo para um órgão diretivo. No ano 2000, a Iosco recomendou a aceitação das normas internacionais de contabilidade pelas bolsas de valores de todo o mundo.

Em 2001, foi criado o *International Accounting Standards Board* (Iasb), que assumiu todos os assuntos técnicos até então sob a responsabilidade do Iasc, incluindo a preparação e emissão das normas internacionais de contabilidade. A partir daí, surgiram as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), novo conjunto de normas contábeis internacionais emitidas pelo Iasb (SILVA, 2008). Em 2010, a Fundação Iasc foi redenominada Fundação IFRS, cuja governança é exercida por 22 curadores, que têm a função de nomear os membros do Iasb e de conselhos e comitês associados, além de garantir o financiamento da organização (FUNDAÇÃO IFRS, 2011).

O IASB está comprometido com o desenvolvimento, no interesse público, de um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exige informações transparentes e comparáveis em demonstrações financeiras para fins gerais. Na busca desse objetivo, o IASB coopera com os normatizadores contábeis nacionais para obter a convergência em normas contábeis em todo o mundo (FUNDAÇÃO IFRS, 2011, p. A3).

No prefácio da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitida pelo Iasb, constam a preocupação do órgão com a coexistência de diferentes práticas contábeis, as possíveis causas dessas diferenças e o comprometimento com a harmonização dessas práticas:

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas para usuários externos por muitas entidades em todo o mundo. Embora essas demonstrações financeiras possam parecer similares de país para país, há diferenças que provavelmente foram causadas por uma variedade de circunstâncias sociais, econômicas e legais e pelo fato de diferentes países considerarem as necessidades de diferentes usuários das demonstrações financeiras ao definir os requisitos nacionais. Essas diferentes circunstâncias levaram ao uso de uma variedade de definições dos elementos das demonstrações financeiras; por exemplo, ativos, passivos, patrimônio líquido,

receita e despesas. Elas também resultaram no uso de diferentes critérios para o reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras e em uma preferência por diferentes bases de mensuração. O alcance das demonstrações financeiras e as divulgações feitas nessas demonstrações também foram afetados. O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) está comprometido em reduzir essas diferenças, buscando harmonizar os regulamentos, normas contábeis e procedimentos relacionados à preparação e apresentação das demonstrações financeiras (IASB, 2010, p. B1478).

Deu-se o primeiro grande passo para a adoção das normas internacionais emitidas pelo Iasc/Iasb quando o Parlamento Europeu, em 2002, determinou a adoção das IFRS por todas as empresas listadas em bolsas europeias a partir de 2005.

Nos Estados Unidos, em novembro de 2007 a *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador do mercado de capitais do país, anunciou que as empresas estrangeiras estavam dispensadas de preparar reconciliações de suas demonstrações contábeis para o padrão norte-americano, desde que os relatórios fossem apresentados segundo as IFRS (AZEVEDO, 2010). Com isso, o padrão internacional ganhou maior importância no cenário global.

Na opinião de Mourad e Paraskevopoulos (2010b, p. 1), o marco para a disseminação das IFRS no mundo foi sua utilização pelos países da Europa a partir de 2005:

A aplicação do IFRS pela maioria dos países europeus criou uma grande plataforma para um novo conjunto de normas contábeis internacionalmente aceitas e com base em princípios (principle based), ao invés de um conjunto de normas desenvolvidas com base em regras. Após 2005, muitos outros países seguiram a CE; o IFRS é atualmente aplicado por mais de 100 países mundialmente, e, como tal, o IFRS é considerado como o novo padrão contábil mundial para publicação de demonstrações contábeis para tomada de decisões.

Segundo a Deloitte (2011), até maio de 2011 a adoção das IFRS já era obrigatória para todas as empresas listadas em bolsas de valores de 89 países, obrigatória para uma parcela das empresas listadas em bolsas de quatro países e permitida para empresas de outros 27 países, totalizando 120 países que já obrigam ou permitem a adoção das normas internacionais de contabilidade.

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012), são inúmeros os benefícios da harmonização contábil, destacando-se os seguintes:

- melhora e aumenta a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações divulgadas para os diversos mercados financeiros;
- reduz custos de elaboração, divulgação e de auditoria das demonstrações contábeis;
- diminui significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas;
- viabiliza os investimentos diretos estrangeiros e o fluxo de capitais internacionais; e
- melhora a comunicação das empresas com seus investidores nacionais e estrangeiros.

A comparabilidade da informação financeira internacional constitui o maior benefício da harmonização, por eliminar os mal-entendidos sobre a confiabilidade de demonstrações contábeis estrangeiras, removendo, assim, um dos principais obstáculos ao fluxo de investimentos internacionais (TURNER, 1983 apud CHIQUETO, 2008).

Como as IFRS são desenvolvidas para desempenhar esse papel, na maioria dos países a comunicação com investidores e partes interessadas sobre o desempenho das empresas já se faz nos termos das normas internacionais de contabilidade, consoante comenta McManus (2009).

No entendimento de Antunes, Antunes e Penteado (2007), a adoção das normas internacionais de contabilidade, ao ensejar informações comparáveis e confiáveis, propiciará benefícios econômicos concretos, já que quanto maior for a transparência, clareza e compreensibilidade das informações disponibilizadas pelas empresas, menor serão o risco percebido pelo investidor e o retorno exigido para o investimento, com consequente redução do custo de capital das empresas.

2.3 As IFRS e a convergência contábil no Brasil

As normas internacionais de contabilidade são detalhadas e divulgadas pelo Iasb em língua inglesa, utilizando-se diferentes tipos de pronunciamento, conforme explicitado a seguir:

- e) *Framework* – também conhecida como Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, apresenta uma descrição dos conceitos básicos que dão suporte às normas internacionais;
- f) *International Accounting Standards (IAS)* – conjunto de normas contábeis internacionais emitidas pelo Iasc, estando muitas delas ainda em vigor;
- g) *Standing Interpretations Committee (SIC)* – conjunto de interpretações das IAS;
- h) *International Financial Reporting Standards (IFRS)* – conjunto de normas contábeis internacionais mais recentes, desenvolvidas pelo Iasb; e
- i) *International Financial Reporting Interpretations Committee (Ifric)* – conjunto de interpretações das IFRS.

À medida que os países adotam essas normas ou alteram suas normas contábeis, compatibilizando-as com as normas internacionais, suas práticas contábeis vão convergindo para o padrão contábil internacional proposto pelo Iasb, obtendo-se, assim, a harmonização contábil.

Embora não seja considerada uma norma IFRS, a Estrutura Conceitual deve ser consultada quando do desenvolvimento de políticas contábeis:

Ao desenvolver uma política contábil na ausência de uma norma ou uma Interpretação que se aplique especificamente a um item, a administração de uma

entidade deve consultar e considerar a aplicabilidade dos conceitos na *Estrutura Conceitual* (...). Em um número limitado de casos, pode haver um conflito entre a Estrutura Conceitual e um requisito dentro de uma *IFRS*. Nesses casos, quando houver um conflito, os requisitos da *IFRS* prevalecerão sobre os requisitos da *Estrutura Conceitual* (FUNDAÇÃO IFRS, 2011, p. A8).

Convergência e harmonização têm significados distintos. O processo de convergência contábil ocorre no nível dos emissores de normas que buscam atingir a harmonização contábil formal. Se dois conjuntos de normas contábeis vêm se harmonizando ao longo do tempo, é provável que os números que se propõem mensurar estejam se aproximando no mesmo período. Assim, o termo “convergência” significa o processo de aproximação, ao longo do tempo, de conjuntos de normas que se disponham a mensurar a mesma variável (LEMES; CARVALHO, 2009).

A harmonização contábil pode ocorrer de três maneiras:

- a) pela alteração das normas contábeis de um país, compatibilizando-as com as normas emitidas pelo Iasb. Geralmente, a compatibilização é feita gradualmente, de modo que, ao longo do tempo, as normas contábeis nacionais vão convergindo para as normas internacionais;
- b) pela adoção das normas internacionais emitidas pelo Iasb, independentemente de mudanças nas normas nacionais. Nesse caso, as empresas continuam preparando e divulgando suas demonstrações contábeis segundo as normas do país, mas alguns segmentos empresariais, ou até mesmo todos, são estimulados ou obrigados a preparar e divulgar suas demonstrações também em IFRS. Assim, seus usuários podem acessar o conjunto de demonstrações que mais lhes convier;
- c) utilizando as duas formas citadas. Nesse caso, o país decide pela convergência gradual de suas normas para o padrão internacional, mas, para satisfazer de imediato determinados grupos de usuários (como, por exemplo *stakeholders* de multinacionais e do mercado de capitais), permite ou obriga a divulgação das demonstrações também no padrão

internacional, até que o padrão nacional seja inteiramente compatibilizado com as IFRS.

O Brasil optou pela convergência gradual de suas normas e adoção paralela das IFRS por um grupo de empresas, conforme descrito na alínea *c* do parágrafo precedente.

O processo de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais teve como marco a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, por meio da Resolução CFC nº 1.055, com o seguinte principal objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005, p. 1).

Segundo Ernst & Young e Fipecafi (2009), o Projeto de Lei nº 3.741, que deu entrada na Câmara dos Deputados no ano 2000, e que deu origem à Lei nº 11.638/2007, já previa que a CVM e demais entidades reguladoras poderiam adotar, no todo ou em parte, normas contábeis editadas por um órgão brasileiro que fosse reconhecido pela comunidade contábil e de negócios em geral, como foi o caso do CPC, que surgiu a partir da iniciativa e apoio de seis entidades: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

A partir de sua criação, o CPC passou a preparar e divulgar pronunciamentos contábeis alinhados com as normas internacionais, de modo que ao serem recepcionados/adotados pelos órgãos reguladores, passaram a compor o arcabouço contábil legal das empresas por eles reguladas. Os principais documentos emitidos pelos CPC são os pronunciamentos técnicos (CPCs), as interpretações técnicas (ICPCs) e as orientações técnicas (OCPCs).

Até 2006, a CVM editou pronunciamentos técnicos alinhados às normas internacionais, produzidos pelo Ibracon. Em 2007, a CVM passou a emitir pronunciamentos em articulação com o CPC, iniciando-se pelo CPC 01, que trata da redução ao valor recuperável de ativos.

Diversos órgãos reguladores da contabilidade no Brasil passaram a adotar os pronunciamentos do CPC, agregando-os, no todo ou em parte, à norma vigente para o segmento por eles regulado. Oliveira (2010) cita os casos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que em 2008 tornou obrigatória a adoção dos CPCs pelas empresas do setor de energia elétrica, exceto naquilo que conflitasse com as disposições regulatórias da própria Aneel; da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que em 2009 determinou a adoção dos CPCs pelas empresas sob sua regulação; e da Agência Nacional de Saúde (ANS), que em 2009 também impôs a adoção dos CPCs pelas operadoras de planos de saúde.

Outro marco para a convergência das práticas contábeis brasileiras ao padrão internacional foi a promulgação das leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que alteraram disposições contidas na lei nº 6.404/1976. Exemplo disso é o disposto no parágrafo 5º do artigo 177, adicionado pela lei nº 11.638, segundo o qual as normas contábeis expedidas pela CVM devem ser elaboradas em consonância com o padrão internacional adotado nos principais mercados de capitais, devendo as empresas abertas adotar essas normas.

Segundo Carvalho (2010), essas mudanças na legislação possibilitaram a eliminação de barreiras regulatórias que impediam a inserção das empresas brasileiras no processo de convergência ao padrão contábil internacional, facilitando, assim, o seu acesso aos mercados externos e atraindo mais capitais estrangeiros para o Brasil.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p. 8) assim se posicionam sobre a importância das mudanças nas normas contábeis brasileiras:

O que devemos perseguir é mudança de filosofia, postura e pensamento quanto a, pelo menos, três tópicos: primazia da essência sobre a forma, primazia da análise de risco e benefícios sobre a propriedade jurídica e normas orientadas por princípios e não por regras excessivamente detalhadas e formalizadas. Essa é, sem dúvida, a grande mudança na Contabilidade brasileira, que se iniciou com a Lei nº 11.638/07 e está sendo complementada pela Medida Provisória nº 449/08 e Pronunciamentos do CPC, estes sempre apoiados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e outros órgãos reguladores brasileiros.

Na visão de Silva (2008), o maior impacto da transição das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional reside nos aspectos relacionados a divulgação e evidênciação, já que as informações divulgadas pelo padrão internacional são mais completas e abrangentes que as do padrão brasileiro, principalmente em relação às notas explicativas. Segundo a autora, um dos objetivos principais do Iasb é tornar a divulgação financeira mais transparente e com mais qualidade, possibilitando maior compreensão pelos *stakeholders* e garantindo a comparabilidade entre empresas.

Como já visto, agências reguladoras brasileiras, como Aneel, ANTT, ANS e CVM vêm recepcionando/adotando os pronunciamentos emitidos pelo CPC ao longo do tempo. Assim, como esses pronunciamentos são produzidos segundo as IFRS, as normas contábeis utilizadas pelas empresas sob a regulação desses órgãos já são, em sua quase totalidade, convergentes com o padrão internacional desenvolvido pelo Iasb.

Em relação às instituições financeiras, cabem ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) a injunção sobre as normas a elas pertinentes. Segundo Niyama e Gomes (2005), dentre as atribuições do CMN destaca-se a expedição de normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras. Enquanto isso, o conjunto de atribuições do Bacen inclui a fiscalização das instituições financeiras e a regulamentação das deliberações do CMN e de sua própria diretoria. Ou seja, o CMN produz normas gerais de contabilidade, enquanto o Bacen elabora normas específicas.

As instituições financeiras, compreendendo bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, utilizam um plano de contas padrão, denominado Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), com o seguinte objetivo:

Uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros (BACEN, 2011, p. 1).

Dessa forma, as instituições financeiras utilizam um arcabouço contábil próprio, em relação tanto às normas emanadas dos órgãos reguladores (CMN e Bacen) quanto à utilização do Cosif. Essas normas, porém, pouco mudaram com o propósito de se adequar ao padrão internacional de contabilidade.

Enquanto a quase totalidade dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, alinhados às normas internacionais, já foi adotada por diversos órgãos reguladores brasileiros e incorporados às normas nacionais, no caso específico das instituições financeiras, o CMN e o Bacen optaram por promover a convergência de forma mais lenta, de modo que até 2010 apenas quatro CPCs haviam sido recepcionados/adotados e incorporados às normas contábeis do segmento.

O Quadro 1 traz a correspondência entre as normas internacionais e os respectivos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC até 31/12/2010. Ali são discriminadas também as respectivas resoluções da CVM relacionadas às companhias abertas, assim como as do CMN referentes às instituições financeiras.

Quadro 1 – Normas internacionais *versus* normas brasileiras convergentes na posição de 31/12/2010

Norma Internacional	Assunto	Pronunciamento Técnico	Deliberação CVM	Resolução CMN
IAS 1	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26	595/2009	
IAS 2	Estoques	CPC 16	575/2009	
IAS 7	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03	547/2008	3.604/2008
IAS 8	Políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e retificação de erros	CPC 23	592/2009	
IAS 10	Eventos subsequentes à data do balanço patrimonial	CPC 24	593/2009	
IAS 11	Contratos de construção	CPC 17	576/2009	
IAS 12	Imposto de renda	CPC 32	599/2009	
IAS 16	Ativo imobilizado	CPC 27	583/2009	
IAS 17	Operações de arrendamento mercantil	CPC 06	554/2008	
IAS 18	Receitas	CPC 30	597/2009	
IAS 19	Benefícios a empregados	CPC 33	600/2009	Recepcionado por não existir conflito
IAS 20	Subvenção e assistência governamentais	CPC 07	555/2008	
IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	CPC 02	534/2008	
IAS 23	Custos de empréstimos	CPC 20	577/2009	
IAS 24	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05	560/2008	3.750/2009
IAS 26	Contabilização e relato de planos de benefício a aposentados			

Norma Internacional	Assunto	Pronunciamento Técnico	Deliberação CVM	Resolução CMN
IAS 27	Demonstrações financeiras consolidadas e para investimentos em subsidiárias	CPC 35 CPC 36	608/2009	
IAS 28	Contabilidade para investimentos em associadas	CPC 18		
IAS 29	Demonstrações financeiras em economias hiperinflacionárias	CPC 42		
IAS 31	Participações em <i>joint ventures</i>	CPC 19	606/2009	
IAS 32	Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação	CPC 38 CPC 39	566/2008	
IAS 33	Lucros por ação	CPC 41	636/2010	
IAS 34	Relatórios financeiros intermediários	CPC 21	581/2009	
IAS 36	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01	527/2007	3.566/2008
IAS 37	Provisões, passivos e ativos contingentes	CPC 25	594/2009	3.823/2009
IAS 38	Ativos intangíveis	CPC 04	553/2008	
IAS 39	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	CPC 08	556/2008	
IAS 40	Propriedades para investimento	CPC 28	584/2009	
IAS 41	Agricultura	CPC 29	596/2009	
IFRS 1	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37		
IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	CPC 10	562/2008	
IFRS 3	Combinações de negócios	CPC 15	580/2009	
IFRS 4	Contratos de seguro	CPC 11	563/2008	
IFRS 5	Ativos não correntes mantidos para venda e operações descontinuadas	CPC 31	598/2009	
IFRS 6	Exploração e avaliação de recursos minerais	CPC 34		
IFRS 7	Instrumentos financeiros: divulgações	CPC 40	604/2009	
IFRS 8	Segmentos operacionais	CPC 22	582/2009	
	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	557/2008	
	Ajuste a valor presente	CPC 12	564/2008	
	Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007	CPC 13	565/2008	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme visualizado no Quadro 1, a maioria dos pronunciamentos emitidos pelo CPC foi recepcionada pela CVM, numa demonstração de que as empresas brasileiras de capital aberto utilizam normas contábeis compatíveis com as normas internacionais. Por outro lado, apenas quatro pronunciamentos técnicos foram incorporados pelo CMN/Bacen às normas contábeis utilizadas pelas instituições financeiras, significando que as demonstrações contábeis preparadas e divulgadas por essas empresas no padrão contábil nacional não estão convergentes com as normas internacionais propostas pelo Iasb. Com efeito, apenas o CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), o CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), o CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas) e o CPC 25 (Provisões, passivos e ativos contingentes) foram adotados pelas duas citadas autoridades monetárias. O CPC 33 (Benefícios a empregados), embora não tenha sido recepcionado por uma resolução do CMN,

é atendido pelas instituições financeiras por não haver conflitos com a norma utilizada pelo segmento.

Segundo Silva (2011), a lentidão do processo de convergência para as normas internacionais decorre de preocupações e de expectativas do CMN/Bacen. Para a autora, essa conduta tem por objetivo facilitar o processo de transição, fornecer prazo adequado para adaptação e treinamento das empresas e assegurar que as exigências sejam compatíveis com os portes e graus de complexidade das instituições financeiras, levando-se em conta sempre a melhor relação custo/benefício. Dessa forma, esperam os órgãos reguladores que a transição seja suave e responsável, e que o processo de aprendizagem contemple todas as partes (regulador, supervisor, preparador, auditores, etc.), obtendo-se, assim, uma uniformização gradual, mas consistente e segura.

Entretanto, deve-se destacar que o Bacen trabalha com projetos voltados para a promoção da convergência e redução das assimetrias entre as normas brasileiras e as normas internacionais:

No âmbito do projeto Convergência, foram desenvolvidas em 2010 ações com vistas à promoção da convergência das normas de contabilidade aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, ao padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). [...] Em agosto, o BCB iniciou projeto de redução de assimetrias entre o Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif) e o padrão contábil internacional emitido pelo IASB. O objetivo é dirimir as diferenças entre os dois padrões contábeis, por meio de análise pormenorizada de impactos, custos e oportunidade (BACEN, 2010, p. 20).

Conforme já comentado, as normas contábeis brasileiras ainda se encontram em processo de convergência gradual para as normas internacionais de contabilidade. Apesar disso, alguns segmentos empresariais prepararam e divulgaram, a partir de 2010, suas demonstrações contábeis também em IFRS.

A primeira iniciativa voltada para a elaboração de demonstrações contábeis em IFRS no país coube ao Bacen, que, a partir do Comunicado nº 14.259, de 10/03/2006, divulgou que posteriormente editaria normativos objetivando a adoção de procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas em consonância com os pronunciamentos do Iasb a partir de 31/12/2010.

No ano seguinte, a CVM determinou que as companhias sob sua regulação, além de preparar e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas segundo as normas contábeis brasileiras, deveriam preparar e divulgar, a partir de 2010, demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRS, conforme Instrução CVM n° 457, de 13/07/2007, que traz em seu artigo 1°:

As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB (CVM, 2007, p. 1).

Na opinião de Santos (2008), a decisão da CVM traz benefícios para o mercado de capitais, devido ao aprimoramento do nível e da qualidade das informações financeiras preparadas pelas companhias com ações negociadas em bolsa.

A partir da Circular n° 357, de 26/12/2007, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) também determinou a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas no padrão internacional a partir de 2010 pelas empresas sob sua regulação.

Em 2009, o CMN e o Bacen regulamentaram a adoção das IFRS pelas instituições financeiras, determinando que, a partir de 2010, além de apresentar suas demonstrações contábeis em consonância com as normas brasileiras, essas empresas deveriam elaborar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas no padrão IFRS, conforme Resolução CMN 3.786, de 24/09/2009, cujo artigo 1° exprime:

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation) (CMN, 2009, p. 1).

Como visto, a divulgação em IFRS foi imposta apenas para as demonstrações contábeis consolidadas. Chiqueto (2008) explicita os motivos para a dispensa das demonstrações contábeis individuais no padrão IFRS: as demonstrações consolidadas, ao

contrário das individuais, não geram impacto sobre tributação nem sobre a distribuição de dividendos, já que estes são mensurados pela legislação societária específica de cada país e evidenciados nas demonstrações individuais.

A propósito, Silva (2011) afirma que, para o Bacen, a adoção das IFRS para as demonstrações individuais deve ocorrer somente após a consolidação do processo de aprendizagem iniciado com as demonstrações consolidadas, a superação de restrições legais e prudenciais e a estabilidade da norma internacional.

Algumas empresas no Brasil já divulgam suas demonstrações contábeis no padrão internacional, seja para atender suas matrizes no exterior, seja por terem ações negociadas em mercados de capitais de nações que adotam ou reconhecem as IFRS. Entretanto, para as empresas que divulgaram suas demonstrações contábeis em IFRS pela primeira vez a partir de 2010, havia dois pontos importantes a serem considerados: a data de elaboração do balanço de abertura em IFRS e as isenções mandatórias ou optativas.

A partir da Circular n° 3.435, de 18/03/2010, a diretoria do Bacen deliberou acerca da data do balanço de abertura e da comparabilidade das informações divulgadas a serem observadas pelas instituições financeiras. Segundo o Bacen, antes de preparar as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com posição em 31/12/2010, as empresas deveriam elaborar um balanço de abertura com os saldos iniciais em IFRS. Foram, então, dadas três opções às empresas:

- a) elaborar o balanço de abertura com a data 1º de janeiro de 2010, para as instituições que não pudessem apresentar demonstrações contábeis consolidadas de forma comparativa. Nesse caso, as demonstrações seriam apresentadas com apenas uma coluna, referente a 31/12/2010;
- b) elaborar o balanço de abertura com a data 1º de janeiro de 2009, para as instituições que optassem por fazer a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas dos anos 2010 e 2009. Nesse caso, as demonstrações seriam apresentadas em duas colunas, referentes a 31/12/2010 e 31/12/2009; e

- c) elaborar o balanço de abertura com a data 1º de janeiro de 2008, para as instituições que optassem por fazer a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas dos anos 2010, 2009 e 2008. Nesse caso, as demonstrações seriam apresentadas em três colunas, referentes a 31/12/2010, 31/12/2009 e 31/12/2008.

O outro ponto importante, referente às isenções, é disciplinado pela norma IFRS 1 (IASB, 2010), produzida pelo Iasb, que trata da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As empresas que apresentaram suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS pela primeira vez deveriam, exclusivamente em seu balanço de abertura, observar algumas exceções mandatórias (normas internacionais ou parte delas que não poderiam ser utilizadas) e isenções optativas (normas internacionais ou parte delas que poderiam deixar de ser utilizadas, a critério das empresas).

As exceções mandatórias referem-se a baixa de ativos e passivos financeiros, ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, contabilização de hedge, estimativas contábeis e participação de acionistas não controladores. Já as isenções que poderiam deixar de ser utilizadas pelas empresas dizem respeito a utilização de valor justo ou valor de reavaliação como custo implícito na transição para IFRS; combinações de negócios; benefícios a empregados; diferenças acumuladas na conversão de balanços de subsidiárias no exterior; instrumentos financeiros compostos; data de transição para controladas, coligadas e *joint ventures*; designação de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS; remuneração com base em ações; contratos de seguros; passivos por restauração ou desmantelamento de ativos; contratos de arrendamento mercantil; avaliação a valor justo de instrumentos financeiros sem mercado ativo em seu reconhecimento inicial; ativo financeiro ou ativo intangível contabilizado em conformidade com o IFRIC 12; e capitalização de juros de empréstimos (IASB, 2010).

Segundo Mourad e Paraskevopoulos (2010a), o IFRS 1 concede isenções nos casos em que o custo de atendimento pleno de todas as IFRS e a remontagem das operações do passado excederiam os benefícios para os usuários. Em relação às exceções mandatórias, as proibições ocorrem especialmente quando a aplicação retrospectiva pode exigir juízo de valor sobre algum evento passado ou após o resultado de operação já conhecida.

O caminho para produzir as demonstrações no novo modelo é longo e oneroso, já que os processos e sistemas das empresas são voltados para a produção da contabilidade no padrão nacional. Assim, alterar esses processos para realizar diariamente duas contabilidades paralelas parece inapropriado, devido ao alto custo envolvido, razão por que, via de regra, as empresas optam por produzir uma contabilidade em IFRS pautada em ajustes, tomando-se por base as demonstrações preparadas no padrão nacional.

Ernst & Young e Fipecafi (2009, p. xv) comentam sobre as agruras da convergência:

Um enorme e complexo caminho aguarda o mundo dos *stakeholders* no Brasil até que a plena convergência seja lograda – uma das mais ásperas pedras de tal caminho é precisamente o cotejo entre o que fazíamos e fazemos, e o que devemos fazer. Comparar o conhecido até então com o requerido doravante. Estudar e definir etapas e processos de migração do antigo para o novo. Traçar planos para percorrer tais etapas. Capacitar equipes. Identificar desafios, e encontrar soluções, tanto no plano universal quanto para setores ou entidades específicas. E, mais do que tudo, saber explicar, a usuários e terceiros, de onde viemos e para onde iremos, com a lógica da vida empresarial que repousa na busca do lucro com eficácia e no aumento do valor da empresa como missão.

A motivação do Bacen para que as instituições financeiras divulguem suas demonstrações contábeis no padrão internacional pode ser compreendida a partir do Comunicado nº 14.259, de 10/03/2006. Ali, o Bacen informa estar ciente das profundas transformações ocorridas no cenário econômico mundial nos últimos anos, representadas pelo acelerado processo de globalização da economia, o que impõe a necessidade de se promover a convergência de normas de contabilidade e de auditoria em nível internacional, levando em conta as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro (BACEN, 2006).

No mesmo documento, o Bacen destaca a importância de as instituições financeiras disponibilizarem informações contábeis de alta qualidade, transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por reguladores, analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização. Reconhece que a adoção de práticas contábeis e de auditoria compatíveis fortalece a credibilidade da informação, facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho das instituições, possibilita a otimização na alocação

de capitais e contribui para a redução de custos de captação e operacionais, neste último caso eliminando a necessidade de elaboração, pelas instituições com atuação internacional, de múltiplos conjuntos de demonstrações contábeis. Finaliza, assinalando a importância do emprego de práticas contábeis que contribuam para facilitar a atuação das instituições financeiras brasileiras no mercado internacional e para reduzir seus custos de captação e operacionais no contexto internacional, inclusive pela eliminação da necessidade de elaborar múltiplos conjuntos de demonstrações contábeis (BACEN, 2006).

Mourad e Paraskevopoulos (2010b) consideram mais relevantes para as instituições financeiras, em termos de IFRS, os seguintes itens: *impairment* de instrumentos financeiros (IAS 39); baixa de ativos e passivos financeiros (IAS 39); categorias de instrumentos financeiros (IAS 32 e 39); taxa efetiva de juros (IAS 39); *hedge accounting* (IAS 39); derivativos embutidos (IAS 39); *fair value options* (IAS 39); garantias financeiras (IAS 39); classificação de instrumentos como passivo ou patrimônio líquido (IAS 32); reestruturação de dívidas e renegociação de ativos; ativos intangíveis (IAS 38); e divulgações sobre gestão de riscos de instrumentos financeiros (IFRS 7).

Nenhuma dessas normas foi incorporada ao padrão contábil brasileiro adotado pelas instituições financeiras até o final do exercício de 2010.

2.4 Pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS

Foram realizadas diversas pesquisas acerca da adoção das normas internacionais de contabilidade, boa parte delas com o objetivo de antecipar-se aos resultados publicados em IFRS, buscando entender as diferenças relevantes para os *stakeholders* em relação aos padrões contábeis atuais.

Perramon e Amat (2006), por exemplo, analisaram os primeiros resultados da implantação das IFRS nos demonstrativos contábeis das empresas listadas na bolsa de Madrid. Por conta de suas particularidades, foram excluídos do estudo os bancos e as seguradoras. Dentre os quatro índices Ibex utilizados no mercado de ações espanhol para medir o desempenho das empresas, foi aplicado na pesquisa o Ibex 35, que mede tendência de mercado. Chegou-se à conclusão de que a implantação de IFRS afetou o lucro, principalmente

devido à aplicação do valor justo nos instrumentos financeiros e às novas regras de contabilização do *goodwill*.

Christensen e Walker (2007) estudaram o impacto da adoção das IFRS pelas empresas listadas nas bolsas europeias em 2005, objetivando avaliar se os relatórios produzidos no padrão contábil internacional continham informações adicionais que pudessem afetar decisões de investimento. O estudo também se propôs analisar se as empresas exercem seu poder discricionário ao escolher o momento considerado ideal de divulgação dos relatórios para o mercado, em função do teor (positivo ou negativo) das suas informações.

Os autores concluíram que as IFRS contêm informações novas consideradas relevantes pelos investidores para subsidiar suas decisões, e que os gestores das empresas tendem a antecipar a divulgação das informações quando estas são positivas para a sua imagem perante o mercado, e postergá-las quando as notícias contidas nos relatórios lhes são desfavoráveis. Segundo os autores, isso sugere que gestores acreditam na existência de informações modificadoras de preços nos relatórios em IFRS, de maneira que informações desfavoráveis são postergadas para reduzir impactos negativos imediatos nos preços das ações.

Beuren e Klann (2008) analisaram os reflexos das divergências entre as normas contábeis internacionais (IFRS) e as normas contábeis americanas (US GAAP), utilizando para isso as demonstrações contábeis de 2004 e 2005 de 33 empresas inglesas listadas na London Stock Exchange (LSE) que negociavam American Depositary Receipts (ADRs) na bolsa de Nova Iorque (Nyse). Considerando que essas empresas enviaram suas demonstrações em IFRS tanto para a LSE quanto para a Nyse, os autores analisaram a reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido, de IFRS para US GAAP, contida nas notas explicativas dos relatórios *Form 20-F* enviados à Nyse.

Ao comparar o somatório de cada grupo de contas patrimoniais e de resultado das 33 empresas nos dois padrões contábeis, Beuren e Klann (2008) encontraram diferenças significativas nos dois exercícios pesquisados. Em 2004, as maiores diferenças ocorreram no Passivo Exigível a Longo Prazo (40%), no Ativo Permanente (31%), no Patrimônio Líquido (24%) e no Lucro Líquido (12%). Em 2005, as principais variações ocorreram no Passivo Exigível a Longo Prazo (30%), no Ativo Permanente (26%) e no Patrimônio Líquido (21%),

enquanto o Lucro Líquido variou negativamente em 27%. Nas notas explicativas, as divergências mais representativas foram encontradas nos planos de benefícios a empregados (29 empresas), no *goodwill* (27 empresas) e nos ativos financeiros (24 empresas). O estudo constatou também que os ajustes nos tributos diferidos foram observados em todas as empresas analisadas, vindo em segundo lugar os ajustes na avaliação de intangíveis, observados em 22 empresas.

Pascu e Vasiliu (2011) estudaram o desafio da implantação das IFRS em pequenas e médias empresas da União Europeia. As normas internacionais de contabilidade para PMEs foram implantadas pelo Iasb em 2009, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise econômica global e de melhorar o posicionamento dessas empresas no mercado econômico e financeiro. O estudo tinha por objetivo principal avaliar as incompatibilidades existentes entre as IFRS para pequenas e médias empresas e as normas contábeis nacionais, bem como analisar o resultado da aplicação das IFRS nas PMEs da Europa.

Ao final do estudo, Pascu e Vasiliu (2011) concluíram que são inúmeras as diferenças entre as normas oficiais de contabilidade da União Europeia e as IFRS para PMEs, destacando-se o uso do método de valor justo, a vida útil do *goodwill*, o reconhecimento do deságio e o reconhecimento da reversão de perda pelo teste de recuperabilidade para o *goodwill*.

Vesco, Almeida e Crozatti (2007) analisaram as divergências entre as práticas contábeis adotadas por uma empresa brasileira concessionária de serviço público e as normas internacionais, com base nas demonstrações contábeis produzidas nos dois padrões em 2005. Os resultados mostraram que o lucro líquido apurado segundo as normas brasileiras ficou 32,7% menor que aquele apurado segundo as normas internacionais, denotando maior conservadorismo ao utilizar as normas nacionais. As principais divergências entre padrões contábeis encontradas na apuração do lucro líquido remetem a tributos diferidos, juros sobre capital próprio, despesas financeiras, custos dos serviços prestados e despesas administrativas (principalmente na rubrica Depreciação). Já o Patrimônio Líquido ficou apenas 3,6% menor quando utilizado o padrão internacional, influenciado basicamente pela rubrica Reserva de Reavaliação.

Watanabe (2009) analisou as demonstrações contábeis no padrão nacional e em IFRS de 13 empresas brasileiras do setor de construção civil no exercício de 2007, com o objetivo de verificar se houve diferenças significativas nos seus principais indicadores econômico-financeiros por conta da adoção das normas internacionais de contabilidade. Foram utilizados os testes estatísticos T-Student e de Wilcoxon para duas amostras emparelhadas. Os resultados revelaram a existência de diferenças significativas nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Solvência, Endividamento, Margem Bruta e Mark-up Global. Apenas o Índice de Margem Líquida não apresentou diferenças significativas.

Estudo realizado por Lima (2010) investigou a relevância das informações contábeis antes e depois do início do processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade no Brasil. Foram analisadas as demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBovespa no período de 1995 a 2009. O autor constatou que a relevância da informação contábil, mensurada através dos modelos de preço e retorno, aumentou após a adoção parcial das normas IFRS no Brasil. Além disso, as evidências indicaram que os ajustes de reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido são relevantes para o mercado de capitais brasileiro, significando que os mesmos eventos econômicos, quando mensurados por diferentes normas contábeis, alteram as expectativas dos investidores acerca dos lucros futuros da empresa, influenciando os preços das ações.

Oliveira (2010) estudou as demonstrações contábeis de 2008 produzidas segundo as normas brasileiras (BR GAAP) e segundo as normas norte-americanas (US GAAP) das 20 empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa com ações negociadas na Nyse e que eram obrigadas a divulgar suas demonstrações em IFRS a partir de 2010, objetivando identificar em que nível as informações contábeis divulgadas nos mercados brasileiro e norte-americano atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS. O estudo adotou metodologia de cálculo do índice de *disclosure* utilizada por Lopes e Rodrigues para empresas portuguesas e por Malaquias para empresas brasileiras, totalizando 294 itens de verificação, distribuídos, conforme estabelecido pelas IFRS, em três grupos: Mensuração (19), Reconhecimento (52) e Divulgação (223).

Segundo Oliveira (2010), os resultados evidenciaram índices de *disclosure* calculados segundo as normas norte-americanas superiores àqueles calculados pelas normas

brasileiras, confirmando um nível de convergência entre US GAAP e IFRS maior do que aquele observado entre BR GAAP e IFRS, e sugerindo que, em função da adoção das IFRS, as demonstrações contábeis em BR GAAP tendem a se modificar substancialmente, aumentando o nível de divulgação. O estudo revelou ainda que o setor de atuação e o tamanho da empresa influem diretamente no *disclosure* das informações.

Embora o padrão contábil utilizado pelas empresas ainda se encontre em processo de convergência para as normas internacionais, Carvalho (2010) investigou se a adoção das alterações determinadas pela lei nº 11.638/2007 gerou impacto significativo na representação da situação econômico-financeira de 200 empresas listadas na BM&FBovespa, ao comparar as demonstrações contábeis de 2007 (antes da vigência da lei) com as de 2008 (depois das alterações). O estudo foi realizado mediante aplicação do teste T-Student para duas amostras emparelhadas de dez indicadores econômico-financeiros calculados a partir das demonstrações contábeis dos dois referidos exercícios.

De acordo com Carvalho (2010), os resultados revelaram diferenças estatisticamente significantes para os indicadores de estrutura de capital e de liquidez. Ao segregar por setor de atuação, por listagem em níveis diferenciados da BM&FBovespa e por região, constatou-se que os indicadores de gestão do capital de giro, rentabilidade e valor de mercado também apresentaram diferenças estatisticamente significantes na mesma base de comparação. A conclusão é que houve impactos significativos na representação da situação econômico-financeira das empresas estudadas por conta da adoção das alterações estabelecidas na citada lei.

Os impactos da adoção de normas internacionais de contabilidade por instituições financeiras também foram estudados por diversos pesquisadores.

Mello (2007) comparou alguns indicadores econômico-financeiros de três bancos brasileiros com ações negociadas na Nyse, calculados segundo o padrão contábil brasileiro e segundo o padrão norte-americano. Foram utilizados como insumo os relatórios contábeis de 2004 e 2005, para se extrair os valores do Ativo, do Patrimônio Líquido, do Lucro Líquido, do Retorno sobre o Ativo (ROA) e do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). A pesquisa identificou que, segundo as normas contábeis brasileiras, os Ativos ficaram maiores entre 1% e 11%, os Patrimônios Líquidos ficaram menores entre 2% e 20% e os Lucros Líquidos

ficaram menores entre 4% e 61%, excetuando-se um dos bancos, que apresentou Lucro Líquido 10% maior em 2005. Enquanto isso, o ROA ficou menor pelo padrão brasileiro, variando de 13% a 64%, exceto em um dos bancos, cujo ROA cresceu 8% em 2005. O ROE exibiu resultados oscilantes, aumentando em 2004 e diminuindo em 2005 em dois bancos, enquanto no terceiro banco diminuiu nos dois exercícios.

Devido à reduzida quantidade de empresas brasileiras que publicavam suas demonstrações em IFRS, Miranda (2008) optou por estudar os impactos da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de 24 bancos de capital aberto da União Europeia, sendo nove do Reino Unido, seis da França e nove da Espanha, a partir das demonstrações contábeis de 2004, produzidas segundo as normas nacionais e segundo as normas internacionais. Foram calculados os índices de Encaixe (Disponibilidades / Depósitos Totais), Liquidez Imediata (Ativos Líquidos / Depósitos Totais), Participação dos Créditos (Carteira de Crédito / Ativo Total), Relação Créditos / Depósitos (Carteira de Crédito / Depósitos Totais), Alavancagem (Passivo de Terceiros / Patrimônio Líquido) e Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total), tanto em relação às demonstrações contábeis preparadas nos respectivos padrões nacionais quanto em relação às demonstrações elaboradas segundo o padrão internacional. Em seguida, esses dois conjuntos de indicadores foram comparados, utilizando-se o teste de hipóteses para diferenças de médias.

Para os bancos da França, Miranda (2008) encontrou diferenças significativas apenas no Índice de Liquidez Imediata, cuja variação deveu-se, em maior proporção, às alterações introduzidas no grupo Ativos Líquidos, impactado principalmente pelas normas IAS 32 e IAS 39.

Para os bancos do Reino Unido e da Espanha, Miranda (2008) encontrou diferenças significativas nos indicadores Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização. Em relação às diferenças no Índice de Liquidez Imediata, foi possível concluir que, em ambos os países, a variação deveu-se, em maior proporção, às alterações introduzidas no grupo de contas Ativos Líquidos, impactado principalmente pelas normas IAS 32 e IAS 39. As diferenças no Índice de Alavancagem foram atribuídas, em maior proporção, às alterações ocorridas no grupo de contas Passivos de Terceiros, impactado principalmente pelas normas IAS 27, IAS 32 e IAS 39. A variação do Índice de Capitalização deveu-se, em maior

proporção, às alterações sofridas pelo grupo de contas Ativos Totais, mais especificamente nos componentes da Tesouraria, impactados principalmente pelas normas IAS 32 e IAS 39.

Firoz, Ansari e Akhtar (2011) analisaram o impacto da implantação das IFRS no setor bancário indiano, no que diz respeito, principalmente, a investimento, capital, reservas e instrumentos financeiros. Chegou-se à conclusão de que a implantação das IFRS afetou principalmente os instrumentos financeiros e os investimentos. Porém, ao revelar os resultados, os autores julgaram importante ressaltar que no momento da pesquisa, encontrava-se em processo de implantação na Índia o programa de aposentadoria, que resultou em perdas para o setor.

Em relação ao nível de conservadorismo apresentado nas demonstrações contábeis de diferentes padrões contábeis, também já foram realizados diversos estudos.

Laguna e Romero (2007) pesquisaram as diferenças entre normas contábeis nacionais, internacionais e norte-americanas, ao estudar as demonstrações contábeis de 19 empresas europeias do setor de telecomunicações com ações negociadas na Nyse no período de 2001 a 2005. Treze empresas utilizaram as normas nacionais nos primeiros anos e a norma internacional no último exercício do período; uma utilizou somente a norma nacional; e as outras cinco elaboraram suas demonstrações pelo padrão internacional em todos os anos pesquisados, razão por que foram utilizadas como grupo de controle. Os dados obtidos dessas demonstrações foram comparados com as informações encontradas em 109 reconciliações que essas empresas enviaram à Nyse, sendo 57 reconciliações de normas nacionais com norte-americanas e 52 de normas internacionais com norte-americanas.

Os resultados da pesquisa de Laguna e Romero (2007) revelaram que o número de ajustes foi substancialmente maior nas reconciliações entre as normas nacionais e as norte-americanas do que entre as normas internacionais e as norte-americanas. Além disso, constatou-se que as empresas que migraram para as normas internacionais durante o período analisado apresentaram um número de ajustes bem superior ao daquelas que utilizaram o padrão internacional durante todo o período. Com relação aos impactos no Patrimônio Líquido, o estudo revelou que, em média, o valor obtido em US GAAP foi maior que o valor divulgado pelas normas nacionais, porém menor que aquele divulgado pelas normas internacionais. Finalmente, constatou-se uma maior homogeneidade do Patrimônio Líquido e

do Resultado Líquido depois que as empresas passaram a utilizar o padrão internacional no lugar do padrão nacional, verificando-se uma intensificação dessa homogeneidade ao longo do período pesquisado.

Cordazzo (2008) propôs-se examinar o efeito da adoção das IFRS nas práticas contábeis das companhias italianas listadas em bolsa. Para uma análise dos principais impactos no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido decorrentes da aplicação das normas internacionais de contabilidade em detrimento das normas nacionais, foi utilizado o Índice de Comparabilidade de Gray.

O autor concluiu que o ajustamento da transição das normas nacionais para as IFRS foi relevante em relação ao Lucro Líquido, produzindo um ajuste de 14,1%. Registraram-se impactos positivos no Lucro Líquido, referentes à combinação de negócios e intangíveis; e impactos negativos, alusivos a provisões e instrumentos financeiros. Os efeitos foram menos relevantes no Patrimônio Líquido, acarretando redução média de 4,78%.

Pesquisa realizada por Cia, Santos e Cia (2008) procurou mensurar, por meio do Índice de Conservadorismo de Gray (IC), se as normas contábeis praticadas em países da América Latina produzem diferenças no lucro reportado pelas empresas estudadas, em relação ao padrão contábil norte-americano (US GAAP). Para tanto, foram utilizadas informações contidas nos formulários 20-F da SEC de 2001 a 2005, preenchidos anualmente por 30 empresas do Brasil, 10 da Argentina, 15 do Chile e 14 do México que possuem ADRs na Nyse, pertencentes a diversos setores da economia.

Com relação às empresas brasileiras, os resultados apurados por Cia, Santos e Cia (2008) indicaram que o lucro reportado utilizando-se as normas contábeis nacionais foram, em média, 16% menores que aquele apurado segundo as normas norte-americanas, o que confirma o caráter conservador observado nas práticas contábeis brasileiras, provavelmente como decorrência da primazia do objetivo de minimizar desembolsos fiscais sobre o objetivo de informar o investidor. No Chile, os estudos revelaram lucros superiores em 26% no biênio 2001-2002 quando apurados segundo as normas nacionais, invertendo-se a posição no triênio 2003-2005, quando o lucro ficou 9% menor. Com relação às empresas da Argentina e do México, não foi possível determinar um padrão confiável para o comportamento das diferenças, já que a média do IC não foi significativa em nenhum dos anos pesquisados.

Cia, Santos e Cia (2008) concluíram reconhecendo ser urgente a necessidade de adoção do padrão contábil internacional pelos países latino-americanos, devido ao alto grau de variabilidade identificado nos resultados apurados, antevendo-se que a adoção das IFRS por esses países poderá produzir impactos positivos para as empresas, tanto na forma de uma maior compreensão e confiabilidade dos seus números pelos investidores, quanto na forma de aumento nos seus lucros reportados.

Lemes e Carvalho (2009) investigaram a materialidade das diferenças entre lucros ou prejuízos de 30 empresas brasileiras no período 2000-2005 divulgados segundo as normas contábeis brasileiras (BR GAAP) e segundo as normas norte-americanas (US GAAP). Para aferição dos resultados, foi utilizado o Índice de Comparabilidade de Gray.

Os autores constataram uma proporção significativa de resultados não comparáveis, já que apenas três empresas apresentaram resultados comparáveis a 5% de significância, enquanto três apresentaram resultados comparáveis a 10% de significância e outras tantas apresentaram resultados comparáveis a 15% de significância. Entretanto, foi possível observar que 16 das 30 empresas estudadas apresentaram resultados médios maiores em BR GAAP, contrariando a crença de que segundo o padrão contábil brasileiro as empresas são mais conservadoras no reconhecimento de receitas e despesas.

Estudo realizado por Grecco, Geron e Formigoni (2009) analisou o impacto das mudanças na legislação societária brasileira em 2008 sobre o nível de conservadorismo das 20 companhias abertas do país que figuraram entre as 100 maiores por valor de mercado da Revista Exame Melhores e Maiores de julho de 2009 e apresentaram ajustes no Patrimônio Líquido e no Resultado Líquido em 2008. Para tanto, foi utilizado modelo adaptado do IC.

Os resultados evidenciaram uma redução média de 2% no Patrimônio Líquido e de 5% no Resultado Líquido, configurando-se que a adoção das novas práticas contábeis no ano 2008 trouxe maior nível de conservadorismo às demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras.

Santos e Calixto (2009) também encontraram resultados menores segundo o padrão nacional, comparativamente ao internacional. As autoras estudaram os impactos do

início da harmonização contábil brasileira com o padrão internacional (Lei nº11.638/2007 e CPC 13) nos resultados das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, excetuando-se as instituições financeiras. Para tanto, analisaram as demonstrações contábeis de 2008 e republicações de 2007 das empresas estudadas, calculando-se o inverso do Índice de Conservadorismo, redenominado Índice de Comparabilidade, para verificar se os resultados reportados pelas novas normas eram superiores àqueles apurados pela norma brasileira anterior, sinalizando conservadorismo das práticas contábeis brasileiras.

Santos e Calixto (2009) observaram que, nas empresas que publicaram a tabela de reconciliação do resultado em notas explicativas, ocorreu um aumento de 8,1% no resultado de 2007 e uma diminuição de 7% em 2008. Entretanto, o teste de Wilcoxon rejeitou a hipótese de Índices de Comparabilidade Inversos (ICI) iguais ou inferiores a 1 nos dois exercícios. Ao se restringir a amostra às 34 empresas que apresentaram a tabela de reconciliação do resultado nos dois exercícios, possibilitando comparação mais precisa e consistente, percebeu-se que algumas inconsistências entre os efeitos de 2007 e os de 2008 estariam correlacionados a impactos da crise financeira global, expressos nos ajustes do resultado “custos de transação na emissão de títulos” e “marcação a mercado de instrumentos financeiros”. Ao se efetuar uma simulação mantendo-se em 2008 os valores desses dois ajustes de 2007, apurou-se um ICI positivo nos dois exercícios, superando a aparente inconsistência e reforçando a previsão de conservadorismo das práticas contábeis brasileiras.

Castro (2011) investigou os efeitos no nível de conservadorismo incondicional contido nas demonstrações contábeis das companhias que divulgaram seus resultados no padrão contábil brasileiro e em IFRS entre 2005 e 2009. A amostra reuniu 21 empresas listadas na BM&FBovespa e na Nyse e 34 companhias listadas apenas na BM&FBovespa. Considerando a harmonização do padrão contábil brasileiro para o padrão internacional, o estudo avaliou se a adoção das IFRS conduziu à elaboração de demonstrações contábeis mais conservadoras, utilizando-se para isso o IC.

Os resultados revelaram que as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão contábil brasileiro são mais conservadoras do que aquelas elaboradas segundo os padrões internacionais (IFRS e US GAAP), embora a adequação das IFRS às práticas contábeis brasileiras não tenham alterado significativamente os níveis de conservadorismo dos lucros e patrimônios líquidos mensurados segundo o padrão contábil brasileiro.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Para maior compreensão da realidade estudada, a pesquisa empírico-analítica utiliza preponderantemente dados quantitativos e manipulação de variáveis. Martins (1994, p. 26) assim se posiciona acerca dessa tipologia de pesquisa:

Apresenta em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativas. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre as variáveis. A validade da prova científica é obtida através de testes de instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Embora não tenha por objetivo a verificação causal entre variáveis, este estudo pode ser classificado como empírico-analítico, por coletar, transformar e analisar dados quantitativos divulgados pelas empresas, para, com o auxílio de instrumentos estatísticos, melhor compreender a realidade dessas empresas.

Quanto à natureza das fontes utilizadas para tratamento do objeto estudado, esta pesquisa pode ser definida como documental, já que tomou por base dados extraídos das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas analisadas. Segundo Severino (2007), a pesquisa documental usa como fontes documentos impressos, fotos, filmes, gravações e documentos legais cujo conteúdo ainda não tenha sido tratado analiticamente, constituindo matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação. Segundo Gil (2010), o documento pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento, como, por exemplo, documentos institucionais mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações.

No que tange a seus objetivos, este estudo pode ser classificado como exploratório e descritivo, já que a pesquisa procurou levantar informações a partir de relatórios contábeis, com o objetivo de analisar e descrever possíveis impactos na representação econômico-financeira das empresas investigadas. Segundo Severino (2007), a pesquisa exploratória se preocupa em levantar informações sobre um objeto, delimitando um campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse objeto. Argumenta Gil (2010) que esse tipo de pesquisa tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o

problema, com a finalidade de torná-lo mais explícito ou de construir hipóteses. Quanto ao aspecto descritivo, Gil (2010) ensina que as pesquisas são assim consideradas quando têm por objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno e também quando têm por finalidade identificar possíveis relações entre variáveis. Segundo Best (1972 apud MARCONI; LAKATOS, 2010), a pesquisa descritiva aborda a descrição, o registro, a análise e a interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.

Além de investigar possíveis impactos na representação econômico-financeira das empresas estudadas, esta pesquisa procurou identificar os grupos de contas que mais evidenciaram esses impactos, utilizando, para tanto, a técnica denominada análise de conteúdo, a partir das informações contidas nas Notas Explicativas que integram as demonstrações contábeis das empresas. Segundo Vergara (2005, p. 15), “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Ainda de acordo com esse autor, a análise de conteúdo se presta a fins tanto exploratórios quanto de verificação, confirmando ou não hipóteses ou suposições preestabelecidas. A análise de conteúdo compreende as etapas pré-análise (seleção do material e definição dos procedimentos a serem seguidos), exploração do material e tratamento dos dados, utilizando-se categorias ou classes que reúnem conjuntos de elementos sob títulos genéricos, agrupados em razão de caracteres comuns a esses elementos (BARDIN, 1977).

Em linhas gerais, esta pesquisa tanto utilizou abordagem quantitativa (apuração de indicadores, mensuração das diferenças, etc.) quanto qualitativa (análise de grupos de contas e normas IFRS envolvidas).

3.2 Hipóteses

A adoção de um novo padrão contábil tem sido objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas, devido à possibilidade de as novas informações divulgadas para o mercado apresentarem atributos de qualidade e resultados econômico-financeiros diferentes daquelas preparadas segundo o padrão antigo.

Em relação aos resultados econômico-financeiros das empresas, pesquisas como as de Vesco, Almeida e Crozatti (2007), Beuren e Klann (2008), Miranda (2008) e Watanabe

(2009) identificaram impactos significativos em função da adoção do padrão internacional de contabilidade.

Por conta disso, e levando-se em conta que o padrão contábil utilizado pelos bancos ainda não incorporou a quase totalidade das normas pautadas no padrão internacional, a pesquisa se funda na seguinte hipótese:

H₁: Os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas preparadas segundo o padrão contábil brasileiro e também de acordo com as IFRS apresentam diferenças significativas.

Dentre os atributos de qualidade da informação contábil, o conservadorismo se destaca como um dos mais estudados. As pesquisas que já investigaram se as demonstrações contábeis produzidas segundo as práticas contábeis brasileiras são mais ou menos conservadoras que aquelas preparadas de acordo com o padrão contábil internacional ainda são inconclusivas.

Ao analisar as demonstrações contábeis de países em desenvolvimento que adotaram as IFRS, Ball, Robin e Wu (2000, 2003) não identificaram mudanças no nível de conservadorismo apresentado em relação às demonstrações preparadas segundo o padrão contábil brasileiro.

Já as pesquisas realizadas por Cia, Santos e Cia (2008) e Santos e Calixto (2009) identificaram demonstrações contábeis preparadas em BR GAAP mais conservadoras que as elaboradas em IFRS ou US GAAP. Castro (2011) também identificou em seus estudos demonstrações contábeis em BR GAAP mais conservadoras que as demonstrações em IFRS, embora tenha concluído que "... ainda não foi possível avaliar com precisão se a adoção das práticas internacionais de contabilidade trouxe resultados mais conservadores para a contabilidade brasileira" (CASTRO, 2011, P. 53-54).

Por outro lado, o Brasil se insere entre os países que enfatizam o direito formalista (*code law*), enquanto países de influência anglo-americana enfatizam o direito consuetudinário (*common law*). Segundo Lopes e Martins (2005), esses dois blocos possuem

aspectos institucionais que afetam as práticas contábeis adotadas pelos países que os compõem.

Estudos realizados por Gray (1988) já avaliavam as diferenças de práticas contábeis como consequência de origens socioculturais. Nesses estudos, Gray (1988) concluiu que as práticas contábeis dos países da América Latina são mais conservadoras que aquelas adotadas por países anglo-saxões.

Depreende-se, portanto, que as demonstrações contábeis produzidas de acordo com o padrão contábil brasileiro tendem a ser mais conservadoras que aquelas preparadas segundo o padrão internacional.

Assim, este estudo se apoia também na seguinte hipótese:

H₂: O padrão contábil brasileiro apresenta demonstrações contábeis mais conservadoras que aquelas preparadas segundo o padrão internacional, utilizado pelas empresas pesquisadas.

3.3 População e amostra

Segundo Martins (2001), geralmente as pesquisas são realizadas a partir de elementos que compõem uma amostra extraída da população que se pretende analisar. Para esse autor, a amostra reúne indivíduos ou objetos que apresentam características comuns definidas para o estudo, representando um subconjunto da população.

No presente estudo, dentre as empresas que divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas de 2010 no padrão brasileiro e no padrão internacional, optou-se por restringir a amostra ao subconjunto de bancos listados na BMF&Bovespa, totalizando 27 instituições em dezembro de 2011. Dos bancos listados, observou-se que sete divulgaram suas demonstrações consolidadas somente no padrão brasileiro e dois divulgaram as demonstrações consolidadas apenas em IFRS.

Dessa forma, a amostra utilizada nesta pesquisa reuniu os 18 bancos listados na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações consolidadas de 2010 nos dois padrões

contábeis, sendo que 10 deles apresentaram coluna comparativa referente ao exercício de 2009. As instituições estudadas e os períodos comparativos divulgados são dispostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Bancos que divulgaram demonstrações consolidadas de 2010 em IFRS e no padrão brasileiro

BANCO		PERÍODOS COMPARATIVOS		DATA DO BALANÇO DE ABERTURA
		2010	2009	
01	ABC Brasil	X	X	01/01/2009
02	Alfa de Investimento	X	X	01/01/2009
03	Cruzeiro do Sul	X	X	01/01/2009
04	Daycoval	X		01/01/2010
05	Banco do Brasil	X	X	01/01/2009
06	Indusval	X	X	01/01/2009
07	Itaú	X		01/01/2010
08	Mercantil do Brasil	X		01/01/2010
09	Panamericano	X		01/01/2010
10	Pine	X	X	01/01/2009
11	Santander	X	X	01/01/2007
12	Sofisa	X		01/01/2010
13	Banese	X		01/01/2010
14	Banestes	X	X	01/01/2009
15	Banrisul	X		01/01/2010
16	Bicbanco	X	X	01/01/2009
17	Bradesco	X	X	01/01/2009
18	Banco de Brasília	X		01/01/2010

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os bancos que não divulgaram coluna comparativa referente a 2009 em suas demonstrações contábeis, apresentaram balanço de abertura em 01/01/2010, correspondente à posição de 2009. Entretanto, os dados desse demonstrativo não foram utilizados na pesquisa, por conta de diferenças nas formas de mensuração e reconhecimento utilizadas no balanço de abertura em relação aos balanços seguintes em IFRS, destacando-se as exceções mandatórias (normas internacionais ou parte delas que não poderiam ser utilizadas) e isenções optativas (normas internacionais ou parte delas que poderiam deixar de ser utilizadas, a critério das empresas).

3.4 Coleta e tratamento dos dados

A coleta dos dados que serviram de base para o presente estudo se deu a partir das demonstrações contábeis dos 18 participantes da amostra, divulgadas nos *sites* da CVM e dos próprios bancos. Com base nos documentos Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, foram calculados indicadores econômico-financeiros e extraídos os respectivos Resultados Líquidos e valores de Patrimônio Líquido referentes aos exercícios de 2010 e 2009.

Em relação aos tipos de indicador, o estudo tomou por base os índices econômico-financeiros selecionados por Miranda (2008), que realizou pesquisa sobre índices julgados importantes para a análise econômico-financeira de bancos, destacando-se aqueles utilizados na metodologia *Camels*, desenvolvida pelo *Federal Financial Institutions Examination Council*, aqueles recomendados pelo Fundo Monetário Internacional, os apresentados na bibliografia nacional sobre análise de bancos, com destaque para aqueles sugeridos por Assaf Neto (2002), e os recomendados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Miranda (2008) selecionou 11 indicadores, distribuídos em quatro grupos que, segundo a autora, se revestem de grande importância para avaliação de um banco, quais sejam: Liquidez, Estrutura Patrimonial e de Captação, Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade.

Os quatro grupos de índices propostos por Miranda (2008), sofreram algumas alterações, compreendendo adaptações destinadas a possibilitar a comparação das informações divulgadas nos dois padrões contábeis e o acréscimo de três novos indicadores, de maneira a ampliar a abrangência da análise.

Desse modo, o estudo utilizou ao todo 14 indicadores, cujas denominações, enunciados e fórmulas são apresentados no Quadro 3, seguindo-se as respectivas descrições e justificativas de adaptações/inclusões.

Quadro 3 – Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa

GRUPO 1: LIQUIDEZ	
Indicador	Fórmula
1. Encaixe	Caixa e Equivalentes de Caixa / Depósitos Até 90 Dias
2. Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa / Dívidas de Curto Prazo
3. Participação dos Créditos	Carteira de Crédito / Ativo Total
4. Participação dos Créditos Líquidos	Carteira de Crédito Líquida de Provisão / Ativo Total
GRUPO 2: ESTRUTURA PATRIMONIAL E DE CAPTAÇÃO	
Indicador	Fórmula
5. Relação Créditos/Depósitos	Carteira de Crédito / Depósitos Totais
6. Alavancagem	Passivo de Terceiros / Patrimônio Líquido
7. Capitalização	Patrimônio Líquido / Ativo Total
8. Basileia	Fatores de Risco / Patrimônio de Referência
GRUPO 3: QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO	
Indicador	Fórmula
9. Inadimplência	Créditos Vencidos / Carteira de Crédito
10. Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	Créditos Vencidos Líquidos de Provisão / Patrimônio Líquido
GRUPO 4: RENTABILIDADE	
Indicador	Fórmula
11. Margem Financeira 1	Resultado de Intermediação / Receitas de Intermediação
12. Margem Financeira 2	Resultado de Intermediação Líquido de Provisão / Receitas de Intermediação
13. Eficiência	Despesas Administrativas / Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços
14. Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Resultado Líquido / Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Miranda (2008).

1. Encaixe

Esse indicador reflete a capacidade financeira do banco para cobrir saques de seus correntistas e aplicadores. A fórmula original, representada pela razão Disponibilidades / Depósitos à Vista, foi adaptada para Caixa e Equivalentes de Caixa / Depósitos Até 90 Dias.

A mudança se deu principalmente pelo fato de as demonstrações em IFRS apresentarem, via de regra, a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa, no lugar da conta Disponibilidades, utilizada nas demonstrações contábeis preparadas segundo o padrão

brasileiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à rubrica Disponibilidades, mais aplicações financeiras e títulos negociáveis com prazo de até 90 dias. No sentido de se compatibilizar os dois padrões, o denominador da fórmula foi igualmente alterado, substituindo-se Depósitos à Vista por Depósitos Até 90 dias.

2. Liquidez Imediata

O indicador reflete a capacidade da instituição para honrar seus compromissos financeiros de curto prazo. Pelo mesmo motivo arguido em relação ao índice anterior, a fórmula original, dada pela razão Disponibilidades / Dívidas de Curto Prazo, foi devidamente alterada para Caixa e Equivalentes de Caixa / Dívidas de Curto Prazo.

3. Participação dos Créditos

Esse indicador reflete a proporção do Ativo da instituição destinado à carteira de crédito, que, embora considerada de baixa liquidez, representa um dos principais *core business* dos bancos. Foi mantida a fórmula original.

4. Participação dos Créditos Líquidos

Variância do índice anterior, este indicador reflete a proporção da carteira de crédito, líquida de provisões para devedores duvidosos, sobre o ativo total da instituição. Não integra a seleção de indicadores proposta por Miranda (2008).

5. Relação Créditos *versus* Depósitos

Esse indicador reflete a proporção dos depósitos captados pela instituição aplicada em operações de crédito. Foi mantida a fórmula original.

6. Alavancagem

Esse indicador reflete a proporção dos recursos de terceiros em relação aos capitais próprios, utilizados para alavancar os negócios da instituição. Foi mantida a fórmula original.

7. Capitalização

Esse indicador reflete a proporção dos recursos próprios em relação aos ativos totais da instituição. Foi mantida a fórmula original.

8. Basileia

Esse índice não integra a seleção proposta por Miranda (2008), segundo ela devido à dificuldade de cálculo. O índice de Basileia reflete os níveis de exposição a riscos em função do capital disponível da instituição.

Os índices de Basileia foram calculados pelas próprias instituições financeiras pesquisadas e disponibilizados nas Notas Explicativas, de onde foram coletados para subsidiar este estudo.

9. Inadimplência

Esse indicador reflete o comportamento de um componente de risco da carteira de crédito da instituição, a inadimplência, ao relacionar os créditos vencidos com o volume total de créditos da carteira. Foi mantida a fórmula original.

10. Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido

Esse indicador mede a proporção entre o total de créditos vencidos não amparados por provisões e o total de recursos próprios do banco, refletindo o impacto das possíveis perdas com essa carteira no patrimônio líquido da instituição. Foi mantida a fórmula original.

11. Margem Financeira 1

Esse indicador reflete o desempenho da instituição em sua atividade-fim, ao comparar os resultados auferidos por meio de intermediação financeira com as receitas totais de intermediação. Foi mantida a fórmula original, em que o resultado da intermediação financeira não é afetado por provisões.

12. Margem Financeira 2

Esse indicador não integra a seleção proposta por Miranda (2008), e representa uma variação da Margem Financeira 1, já que considera os resultados de intermediação financeira líquidos de provisão. Portanto, quanto maior for a proporção de provisões nos negócios de intermediação financeira da instituição, menor será a margem financeira medida por esse indicador.

13. Eficiência

Esse indicador reflete o nível de comprometimento dos resultados de intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços com as despesas administrativas da instituição. Foi mantida a fórmula original.

14. Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Esse indicador mede a proporção de retorno dos capitais investidos pelos acionistas, ao relacionar o resultado líquido do período com os recursos próprios da instituição. Foi mantida a fórmula original.

O padrão contábil brasileiro e o padrão internacional utilizam planos de contas diferentes e evidenciam as informações contábeis também de forma diferente. Por conta disso, não foi possível calcular todos os indicadores e extrair os resultados contábeis e o patrimônio líquido de todos os bancos, já que parte das informações necessárias ao cálculo deixou de ser evidenciada em um ou outro padrão contábil.

Considerando-se que foram utilizadas na pesquisa demonstrações contábeis de 10 bancos em 2009 e de 18 bancos em 2010 para cada padrão contábil, esperava-se investigar os resultados de 28 observações em BR GAAP e de 28 observações em IFRS para cada indicador. Entretanto, dadas as limitações apontadas no parágrafo anterior, a quantidade de observações calculada para cada indicador variou de 11 a 28, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de Observações utilizadas na pesquisa, por grupo e por indicador

Indicador	Quantidade de Observações por Padrão Contábil		
	2009	2010	Total
Grupo: Liquidez			
Encaixe	8	17	25
Liquidez Imediata	5	6	11
Participação dos Créditos	10	18	28
Participação dos Créditos Líquidos	10	18	28
Total Liquidez	33	59	92
Média Liquidez	8	15	23
Grupo: Estrutura Patrimonial e de Captação			
Relação Créditos <i>versus</i> Depósitos	10	18	28
Alavancagem	10	17	27
Capitalização	10	17	27
Basileia	8	15	23
Total Estrutura Patrimonial e de Captação	38	67	105
Média Estrutura Patrimonial e de Captação	9	17	26
Grupo: Qualidade da Carteira de Crédito			
Inadimplência	5	09	14
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	5	11	16
Total Qualidade da Carteira de Crédito	10	20	30
Média Qualidade da Carteira de Crédito	5	10	15
Grupo: Rentabilidade			
Margem Financeira 1	10	17	27
Margem Financeira 2	10	17	27
Eficiência	10	16	26
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10	17	27
Total Rentabilidade	40	67	107
Média Rentabilidade	10	17	27
Total Geral	121	213	334
Média Geral	9	15	24

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da Tabela 1 mostram que foram utilizadas na pesquisa, para cada padrão contábil, 92 observações para o grupo Liquidez, com média de 23 por indicador; 105 observações para o grupo Estrutura Patrimonial e de Captação, com média de 26 por indicador; 30 observações para o grupo Qualidade da Carteira de Crédito, com média de 15 por indicador; e 107 observações para o grupo Rentabilidade, com média de 27 por indicador. No geral foram utilizadas 334 observações para cada padrão contábil, com média de 24 por indicador.

Depois de calculados os indicadores, foi apurado o Índice de Conservadorismo (IC) (GRAY, 1980) para os resultados líquidos (27 observações por padrão contábil) e para os patrimônios líquidos dos bancos pesquisados (também 27 observações por padrão contábil), utilizando-se as seguintes fórmulas:

a) Índice de Conservadorismo dos Resultados Líquidos

$$IC_{RL} = 1 - \left(\frac{\text{Resultado Líquido IFRS} - \text{Resultado Líquido BR GAAP}}{|\text{Resultado Líquido IFRS}|} \right)$$

b) Índice de Conservadorismo dos Patrimônios Líquidos

$$IC_{PL} = 1 - \left(\frac{\text{Patrimônio Líquido IFRS} - \text{Patrimônio Líquido BR GAAP}}{|\text{Patrimônio Líquido IFRS}|} \right)$$

Comumente, as pesquisas sobre conservadorismo realizadas com o IC utilizam patrimônios líquidos ajustados. Castro (2011, p. 62) assim se posiciona em relação a esses ajustes:

Neste estudo, examinou-se o patrimônio líquido desconsiderando-se os efeitos de transações dos sócios. Assim, eliminaram-se do patrimônio líquido os efeitos de dividendos distribuídos e de aumentos e reduções de capital do período. Desta forma, a diferença entre as variáveis examinadas neste estudo, lucro líquido e patrimônio líquido, corresponde ao resultado abrangente, que é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações

(incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

No caso da presente pesquisa, as transações derivadas dos sócios, como dividendos distribuídos e alterações de capital também foram desconsideradas, de modo que foram utilizados no cálculo do IC patrimônios líquidos ajustados.

3.5 Testes estatísticos

Depois de apurados os indicadores econômico-financeiros de cada banco da amostra, foram realizados testes estatísticos, comparando-se os resultados de cada indicador calculados a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP e em IFRS, utilizando-se, para tanto, testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Em seguida, foram realizados os mesmos testes comparativos entre os dois padrões contábeis sobre os resultados dos indicadores de cada grupo e depois sobre os resultados de todos os indicadores.

A realização desses testes se deveu à necessidade de se verificar se as médias dos indicadores nos dois padrões contábeis apresentavam diferenças significativas, de modo a se confirmar ou rejeitar a primeira hipótese da pesquisa:

H₁: Os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados, calculados a partir das demonstrações contábeis preparadas segundo o padrão contábil brasileiro e também de acordo com as IFRS apresentam diferenças significativas.

Para identificar o teste mais adequado para comparar os dois padrões contábeis, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, com vistas a se verificar se apresentavam distribuição normal. Em seguida, considerando-se que parte dos dados seguiam distribuição normal e outra parte não seguia distribuição normal, realizou-se o teste T-Student dependente para os indicadores que possuíam variáveis normalmente distribuídas e o teste dos postos com sinais de Wilcoxon para os dados que não apresentavam distribuição normal.

O teste dos postos com sinais de Wilcoxon é um equivalente não paramétrico ao teste T-Student dependente, utilizado em situações em que há dois conjuntos de escores provenientes dos mesmos participantes a serem comparados (BUSSAB; MORETTIN, 2005).

Na fase seguinte, foram analisados o numerador e o denominador de cada indicador, para se verificar qual deles mais contribuiu para a diferença no indicador. Embora diferenças significativas no resultado de uma divisão possam ser resultantes de diferenças não significativas no numerador e no denominador, procurou-se avaliar se houve maior impacto no numerador ou no denominador da fórmula do indicador.

Assim, os numeradores referentes a cada indicador calculado segundo as demonstrações divulgadas no padrão contábil brasileiro foram comparados com os numeradores do mesmo indicador calculado segundo as demonstrações divulgadas no padrão internacional, utilizando-se testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas (T-Student e Wilcoxon), o mesmo ocorrendo em relação aos denominadores.

Em seguida foi realizada pesquisa objetivando-se identificar as normas IFRS que mais contribuíram para a alteração no grupo de contas que provocou a diferença em cada indicador analisado neste estudo, utilizando-se a técnica denominada análise de conteúdo, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), é realizada por meio de categorias sistemáticas, previamente definidas, que levam a resultados quantitativos.

Para tanto, buscou-se nas Notas Explicativas das empresas pesquisadas o item referente à reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado, onde, segundo a norma IFRS 1, a entidade deve explicar de que forma a transição dos critérios contábeis anteriores para as IFRS afetaram sua posição patrimonial e seu desempenho econômico e financeiro (IASB, 2010).

Para a apuração das normas mais referenciadas, foram definidas três categorias em relação ao relatório de reconciliação:

- a) foi divulgada a descrição da ocorrência que afetou o item patrimonial ou de resultado e as normas IFRS que provocaram a mudança;

- b) foi divulgada a descrição da ocorrência que afetou o item patrimonial ou de resultado, mas não as normas IFRS que provocaram a mudança;
- c) a entidade não apresentou o item referente à reconciliação.

A partir da identificação, no relatório de reconciliação, do item patrimonial ou financeiro afetado e dos fatos que ocasionaram a mudança, chegou-se à norma que originou a divergência, já que cada IAS ou IFRS trata de assuntos específicos relacionados às informações apresentadas na reconciliação (as IAS e as IFRS, com os respectivos assuntos por elas tratados, constam do Quadro 1).

Porém, considerou-se neste estudo, prioritariamente, a norma mencionada explicitamente pela empresa (item *a* anterior), ficando a identificação da norma pelo pesquisador restrita aos casos em que a empresa não fez menção à norma (item *b* anterior). Assim, para cada grupo de contas em análise, apurou-se a quantidade de vezes que cada norma foi mencionada pela empresa ou identificada pelo pesquisador, de modo a se identificar aquelas que mais contribuíram para a alteração do referido grupo de contas.

Em seguida, buscou-se testar a segunda hipótese da pesquisa:

H₂: O padrão contábil brasileiro apresenta demonstrações contábeis mais conservadoras que aquelas preparadas segundo o padrão internacional, utilizado pelas empresas pesquisadas.

Para tanto, foi investigada a significância estatística das diferenças existentes entre os resultados líquidos divulgados segundo as práticas contábeis brasileiras e internacionais, a partir da realização de testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, o mesmo ocorrendo com os patrimônios líquidos.

Os testes foram precedidos de aplicação do teste de Shapiro-Wilk para verificação da normalidade ou não normalidade da distribuição das variáveis, de modo que os dados que apresentaram distribuição normal foram submetidos ao teste de diferenças de médias T-Student, enquanto os dados que não apresentaram distribuição normal foram submetidos ao teste dos postos com sinais de Wilcoxon.

Em seguida foram apurados os ICs dos bancos da amostra, tomando-se por base os resultados líquidos extraídos de cada padrão contábil, e depois calculada a média dos ICs, para se verificar a confirmação ou rejeição de H_2 . O mesmo procedimento foi realizado tomando-se por base os patrimônios líquidos.

De acordo com o estudo de Gray (1980) e com as fórmulas do Índice de Conservadorismo utilizadas neste estudo, a ocorrência de IC menor que 1 indica que o padrão contábil brasileiro é mais conservador que o padrão internacional, confirmando-se H_2 , ao passo que IC maior que 1 implica a rejeição de H_2 .

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 As instituições financeiras no Brasil e os bancos da pesquisa

Até dezembro de 2010, o Sistema Financeiro Nacional reunia 178 instituições bancárias, sendo 137 bancos múltiplos, 19 bancos comerciais, quatro bancos de desenvolvimento, 15 bancos de investimento, dois bancos de câmbio e a Caixa Econômica Federal (BACEN, 2011a). Em 2010, 18 bancos divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas em BR GAAP e em IFRS, sendo 16 bancos múltiplos e dois bancos comerciais.

A diferenciação dos bancos por perfil ocorre em função das suas carteiras de negócios. Os bancos múltiplos devem ser organizados sob a forma de sociedade anônima, podendo operar com pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento, sendo obrigatória a comercial ou a de investimento. Já os bancos comerciais funcionam apenas com a carteira comercial, podendo captar depósitos à vista.

Os 156 bancos múltiplos e comerciais em atividade no Brasil detinham, em dezembro de 2010, ativos totais de R\$ 3,8 trilhões e Patrimônio Líquido conjunto de R\$ 526 bilhões, de acordo com suas demonstrações contábeis individuais (BACEN, 2011a).

Já os 18 bancos componentes da amostra, embora representassem apenas 12% dos bancos múltiplos e comerciais, detinham ativos de R\$ 2,6 trilhões, correspondentes a 67% do total, e Patrimônio Líquido conjunto de R\$ 251 bilhões, equivalentes a 48% do total.

A Tabela 2 mostra os 18 bancos da amostra, classificados em ordem decrescente de valores de Ativo Total. Os valores referentes a Ativo Total e Patrimônio Líquido foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas de 2010, elaboradas segundo o padrão contábil brasileiro.

Tabela 2 – Ativo Total e Patrimônio Líquido dos bancos da amostra

Banco	Ativo Total (Em R\$ mil)	Patrimônio Líquido (Em R\$ mil)	Tipo
Banco do Brasil	811.172.208	50.440.683	Múltiplo
Itaú	755.112.327	67.942.000	Múltiplo
Bradesco	637.484.730	48.514.386	Múltiplo
Santander	387.212.155	64.850.978	Múltiplo
Banrisul	32.127.653	3.856.918	Múltiplo
Bicbanco	17.086.446	1.954.859	Múltiplo
Panamericano	13.174.533	19.150	Múltiplo
ABC Brasil	9.816.888	1.347.918	Múltiplo
Banestes	9.490.197	790.151	Múltiplo
Mercantil do Brasil	9.472.712	673.179	Múltiplo
Alfa de Investimentos	9.367.993	1.042.549	Comercial
Pine	9.150.547	867.132	Múltiplo
Cruzeiro do Sul	9.003.405	538.488	Múltiplo
Daycoval	8.938.510	1.777.820	Múltiplo
Banco de Brasília	7.733.868	794.387	Múltiplo
Sofisa	4.373.703	770.870	Múltiplo
Indusval	3.276.142	426.425	Comercial
Banese	2.584.304	180.800	Múltiplo
Total	2.736.578.321	246.788.693	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Como já relatado, os bancos múltiplos operam com diferentes carteiras, atuando em atividades não contempladas pelos bancos comerciais, o que poderia ensejar comportamentos diferenciados nos resultados dos indicadores utilizados na presente pesquisa, para cada um desses dois grupos. Porém, como os dois bancos comerciais representam apenas 0,5% dos ativos totais da amostra, não foram tratados diferenciadamente em relação aos demais na análise dos resultados.

4.2 Impactos da adoção das IFRS sobre a representação patrimonial, econômica e financeira

Os 14 indicadores econômico-financeiros utilizados neste estudo são distribuídos em quatro grupos: Liquidez (4 índices) – Encaixe, Liquidez Imediata, Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos; Estrutura Patrimonial e de Captação (4 índices) – Relação Créditos/Depósitos, Alavancagem, Capitalização e Basileia; Qualidade da Carteira de Crédito (2 índices) – Inadimplência e Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido; e Rentabilidade (4 índices) – Margem Financeira 1, Margem Financeira 2, Eficiência e Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Cada um desses grupos fornece uma visão específica da situação econômico-financeira das empresas, razão por que os resultados da pesquisa foram analisados por grupo, na forma segmentada.

4.2.1 Liquidez

Os indicadores de Liquidez têm a função de sinalizar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos. No caso dos bancos, a liquidez se manifesta pela capacidade de atendimento aos saques de clientes com recursos depositados na instituição; pela disponibilidade de recursos financeiros suficientes para quitar dívidas e custear o funcionamento da empresa; e pela maior aplicação de recursos em ativos que possam ser convertidos em dinheiro no curto prazo.

A Tabela 3 traz a estatística descritiva dos indicadores do grupo Liquidez.

Tabela 3 – Estatística descritiva dos indicadores do grupo Liquidez

Indicador	Padrão	Nº de Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Encaixe	BR GAAP	25	0,098	1,267	0,468	0,330
	IFRS	25	0,043	1,260	0,453	0,349
Liquidez Imediata	BR GAAP	11	0,047	0,277	0,140	0,082
	IFRS	11	0,048	0,293	0,143	0,087
Participação dos Créditos	BR GAAP	28	0,372	0,800	0,541	0,142
	IFRS	28	0,372	0,818	0,555	0,159
Participação dos Créditos Líquidos	BR GAAP	28	0,351	0,765	0,517	0,139
	IFRS	28	0,349	0,785	0,534	0,158

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos quatro indicadores, os dados estatísticos mostram uma proximidade entre as medidas em BR GAAP e aquelas em IFRS.

Como se pode observar na Tabela 3, o índice Encaixe, quando calculado com base nas demonstrações contábeis em BR GAAP, sinaliza que os bancos dispõem, em média, de R\$ 0,47 para saque imediato ou em ativos rapidamente conversíveis em dinheiro, para cada unidade de real em depósitos à vista ou a prazo de até 90 dias. Calculado pelas demonstrações em IFRS, o Encaixe diminui para R\$ 0,45 por unidade de real.

Observam-se, entretanto, comportamentos discrepantes de alguns bancos no que tange ao Encaixe (Apêndice A). Enquanto o Indusval em 2010 apresentou Encaixe de 0,12 em BR GAAP e 0,04 em IFRS, no outro extremo, o Cruzeiro do Sul em 2010 e o Banestes em 2009 registraram Encaixe igual ou superior a 1,00 nos dois padrões contábeis.

Já o índice Liquidez Imediata, calculado com base nas demonstrações contábeis em BR GAAP e em IFRS, apontam para a disponibilidade, em média, de R\$ 0,14 em caixa ou em ativos rapidamente conversíveis em dinheiro para cada unidade de real em dívidas de curto prazo.

O fato de os bancos apresentarem maior valor médio de Encaixe (0,47 em BR GAAP e 0,45 em IFRS) em relação à Liquidez Imediata (0,14 nos dois padrões) é compreensível, já que os saques podem ocorrer a qualquer momento, enquanto as dívidas de curto prazo, via de regra, têm prazo de vencimento, de modo que a disponibilização dos recursos necessários para sua quitação pode ser planejada. O mesmo se observa com relação aos valores máximos, bem maiores para o Encaixe. Por outro lado, os valores mínimos não apresentam essa mesma característica, devido à existência de bancos com reservas muito baixas para fazer frente aos saques dos clientes, como visto anteriormente.

Por outro lado, o indicador Participação dos Créditos, quando calculado com base nas demonstrações contábeis em BR GAAP, sinaliza que a carteira de crédito representa, em média, 54% do Ativo total dos bancos analisados. Essa proporção aumenta para 56% quando o cálculo toma por base as demonstrações contábeis em IFRS. Por ser atividade-fim, uma carteira de crédito mais representativa pode elevar a rentabilidade dos bancos, embora reduza a capacidade de conversão desses ativos em dinheiro, com comprometimento da Liquidez.

Já o indicador Participação dos Créditos Líquidos sinaliza o quanto a carteira de crédito líquida de provisões representa em relação ao Ativo total dos bancos. Por isso, os valores reconhecidos como perdas de crédito são subtraídos da carteira de crédito antes do cálculo do indicador. Nesse contexto, a carteira de crédito líquida de provisões representa, em média, 52% do Ativo total dos bancos, tomando-se por base as demonstrações contábeis em BR GAAP. Quando calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS, a participação da carteira aumenta para 53% do Ativo total.

Os valores mínimos e máximos do índice Participação dos Créditos se mostram maiores que os do índice Participação dos Créditos Líquidos, havendo coerência com os resultados médios observados.

Como se pode verificar no conjunto de bancos pesquisados, os resultados médios mostram Encaixe menor em IFRS, sinalizando menor Liquidez, e semelhança na Liquidez Imediata. Esses indicadores são do tipo “quanto maior, melhor”, guardados certos limites, já que Liquidez muito alta pode significar excesso de recursos não aplicados na atividade-fim e consequente perda de rentabilidade. Em relação à Participação dos Créditos e à Participação dos Créditos Líquidos, os resultados médios em IFRS mostram valores maiores que em BR GAAP, também implicando menor Liquidez em IFRS.

Embora os dados estatísticos desse grupo de indicadores tenham revelado valores próximos, na comparação entre os dois padrões contábeis, foram detectadas diferenças nos resultados. Em razão disso, foram realizados testes para se verificar se havia diferenças estatisticamente significantes. Antes, porém, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, para se verificar se apresentavam distribuição normal, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados dos testes de normalidade dos indicadores do grupo Liquidez

Indicador	Estatística		Sig.	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Encaixe	0,221	0,191	0,003	0,019
Liquidez Imediata	0,256	0,253	0,043	0,048
Participação dos Créditos	0,154	0,187	0,089	0,013
Participação dos Créditos Líquidos	0,151	0,168	0,103	0,042

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, nenhum dos indicadores apresentou dados com distribuição normal nos dois padrões contábeis (Sig. > 0,05). Dessa forma, foram realizados testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, optando-se pelo teste de postos de sinais de Wilcoxon para se verificar a ocorrência de diferenças estatisticamente significantes. Os resultados são exibidos na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para os indicadores do grupo Liquidez

Indicador	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado do Teste	P-valor
Encaixe	0,468	0,453	-1,344	0,179
Liquidez Imediata	0,140	0,143	-0,533	0,594
Participação dos Créditos	0,541	0,555	-1,685	0,092
Participação dos Créditos Líquidos	0,517	0,534	-2,437	0,015

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes revelaram diferenças significativas entre os dois padrões contábeis para o indicador Participação dos Créditos, com nível de confiança de 90%, como também para o indicador Participação dos Créditos Líquidos, com nível de confiança de 95%. Nada obstante, as causas da menor Liquidez em IFRS foram investigadas a partir dos grupos de contas que compõem cada indicador, conforme disposto na Tabela 6.

Tabela 6 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para numeradores (N) e denominadores (D) dos indicadores do grupo Liquidez

Indicador	N/D	Grupo de Contas	Diferença Média (%)	Z	P-valor
Encaixe	N	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,7	-0,105	0,917
	D	Depósitos até 90 dias	19,5	-0,653	0,514
Liquidez Imediata	N	Caixa e Equivalentes de Caixa	-1,5	0,000	1,000
	D	Dívidas de Curto Prazo	-2,0	-1,156	0,248
Participação dos Créditos	N	Carteira de Crédito	4,9	-0,192	0,848
	D	Ativo Total	2,4	-0,592	0,554
Participação dos Créditos Líquidos	N	Carteira de Crédito Líquida de Provisões	5,6	-0,569	0,569
	D	Ativo Total	2,4	-0,592	0,554

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalte-se que o grupo de contas Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta um resultado como numerador do indicador Encaixe diferente do resultado como numerador do indicador Liquidez Imediata. Isso porque foram utilizadas 25 observações de cada padrão contábil nos testes estatísticos do Encaixe e 11 observações de cada padrão contábil nos testes estatísticos da Liquidez Imediata (Tabela 1), já que em apenas 11 conjuntos de demonstrações contábeis de cada padrão contábil foi possível extrair as Dívidas de Curto Prazo. Essa situação se repete em outros grupos de contas analisados neste estudo.

Os dados referentes a numeradores e denominadores das fórmulas utilizadas para calcular os indicadores foram submetidos a testes de normalidade, resultando que nenhum apresentou distribuição normal. Em seguida, foi aplicado o teste de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas (Wilcoxon), para se verificar se os dados referentes a cada grupo de contas apresentavam diferenças significativas ao se confrontar os números obtidos em BR GAAP e em IFRS, o que não veio a se confirmar.

O menor Encaixe em IFRS (Tabela 5) deveu-se, principalmente, ao comportamento do grupo de contas Depósitos até 90 dias (denominador), que se apresentou maior, em média, 19,5% em IFRS (Tabela 6), em função de os bancos reconhecerem como depósitos nas demonstrações em IFRS operações passivas de mercado aberto, também denominadas obrigações por operações compromissadas, que, na essência, têm características de depósitos. Já os saldos do grupo de contas Caixa e Equivalentes de Caixa (numerador) pouco se alteraram entre os dois padrões. Isso se explica pela similaridade entre as normas brasileiras e as internacionais sobre o assunto.

Ao se analisar o comportamento do Encaixe de cada banco da amostra (Apêndice A), verifica-se que os valores se apresentam menores em IFRS, principalmente nos bancos Santander, Pine e Indusval.

Em 2010, o Encaixe do Santander calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 40% menor que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP, já que as operações passivas de mercado aberto foram reclassificadas em IFRS como depósitos a prazo, gerando incremento de 64% no saldo dessa conta em IFRS.

No Pine, o Encaixe calculado com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se 22% menor em 2009 e 37% menor em 2010, comparativamente aos valores obtidos a partir das demonstrações em BR GAAP. Da mesma forma que no Santander, o Encaixe menor em IFRS do Pine deveu-se à reclassificação de operações passivas de mercado aberto como depósitos a prazo, proporcionando incrementos no saldo dessa conta em IFRS da ordem de 28% em 2009 e 58% em 2010.

O mesmo comportamento se verificou no Indusval. O Encaixe calculado com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se menor em 60% no ano 2009 e em 64% no ano

2010 quando calculado com base nas demonstrações em IFRS, em comparação com o calculado a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso aconteceu por conta da reclassificação de operações passivas de mercado aberto como depósitos a prazo, cujo saldo em IFRS apresentou incrementos de 152% em 2009 e 180% em 2010.

Ao contrário do que aconteceu com os bancos Santander, Pine e Indusval, o Encaixe no Itaú se apresentou maior em 17% no ano 2010, quando calculado a partir das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação com aquele calculado com base nas demonstrações em BR GAAP. Isso ocorreu porque o saldo do grupo de contas Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou-se maior em 17% nas demonstrações em IFRS, devido ao fato de o Itaú ter considerado como Caixa e Equivalentes de Caixa as aplicações no mercado aberto, posição bancada, com vencimentos até 30 dias nas demonstrações em BR GAAP e com vencimentos até 90 dias nas demonstrações em IFRS. Nas Notas Explicativas do Itaú não foi encontrada explicação para esse descasamento de prazos. Os saldos dos depósitos a prazo não apresentaram variações relevantes na comparação entre os dois padrões contábeis.

No tocante ao indicador Liquidez Imediata, os saldos dos grupos de contas que o compõem apresentaram diferenças menores na comparação entre os dois padrões contábeis. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa (numerador) extraídos das demonstrações em IFRS se mostraram 1,5% menores que aqueles extraídos das demonstrações em BR GAAP, enquanto os saldos em IFRS do grupo de contas Dívidas de Curto Prazo (denominador) ficaram menores em 2% (Tabela 6).

Ao se analisar a Liquidez Imediata de cada banco (Apêndice B), constatou-se que esse índice apresentou-se maior em alguns bancos e menor em outros, quando calculado a partir das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação com os valores obtidos com base nas demonstrações em BR GAAP, resultando, na média, em valores bem próximos. Entre os bancos que apresentaram Liquidez Imediata maior em IFRS, destacam-se o ABC Brasil e o Bicbanco, enquanto o Banco do Brasil, o Mercantil do Brasil e o Cruzeiro do Sul apresentaram Liquidez Imediata menor em IFRS.

Em 2009, a Liquidez Imediata do ABC Brasil calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou valor 10% maior que aquele obtido a partir das demonstrações em BR GAAP, já que o saldo das dívidas de curto prazo consignado nas

demonstrações em IFRS se apresentou 9% menor que o assinalado nas demonstrações em BR GAAP. Parte da diferença pode ser explicada pela mensuração a valor justo realizada pelo banco sobre passivo objeto de *hedge* (IAS 39).

Constituem prováveis causas de diferenças nas dívidas de curto prazo entre BR GAAP e IFRS a aplicação da taxa efetiva de juros sobre receitas e custos incrementais às operações originárias da dívida, a mensuração a valor justo pelo resultado sobre passivo objeto de *hedge* e sobre outros passivos financeiros designados a valor justo e reclassificações de saldos contábeis entre as dívidas de curto prazo e outros grupos de contas. Considerando-se a não-citação de ajustes relativos à taxa efetiva de juros e a outras mensurações a valor justo, infere-se que a outra parte da diferença seja proveniente de reclassificações.

No Bicbanco, a Liquidez Imediata calculada com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se 29% maior em 2009 e 14% maior em 2010, comparativamente aos valores obtidos a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque os saldos das dívidas de curto prazo em IFRS se apresentaram menores do que em BR GAAP, sendo 23% em 2009 e 13% em 2010. Parte dessa diferença deve-se à mensuração a valor justo de captações externas (IAS 39). Segundo o Bicbanco, essas captações, mensuradas ao custo amortizado em BR GAAP, foram designadas na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” em IFRS, com o propósito de igualar o modelo de mensuração desses passivos aos dos derivativos a eles atrelados, que também foram mensurados a valor justo. Infere-se que a outra parte das diferenças seja oriunda de reclassificações.

Por outro lado, o Banco do Brasil apresentou Liquidez Imediata menor em 16% no ano 2009 quando calculada com base nas demonstrações em IFRS, em comparação com aquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque o saldo do grupo de contas Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou-se 18% menor nas demonstrações em IFRS do que nas demonstrações em BR GAAP, já que uma parte do saldo da conta Empréstimos a Instituições Financeiras foi enquadrada pelo banco em 2009 como Caixa e Equivalentes de Caixa apenas nas demonstrações em BR GAAP. Saliente-se que em 2010 não ocorreu essa divergência de enquadramento.

No Mercantil do Brasil, a Liquidez Imediata calculada com base nas demonstrações contábeis de 2010 em IFRS apresentou-se 12% menor que aquela calculada a

partir das demonstrações em BR GAAP, pelo fato de o saldo das dívidas de curto prazo em IFRS se apresentar 13% maior que em BR GAAP, mais especificamente no item Obrigações por Empréstimos e Repasses, em que parte dos valores foi mensurada a valor justo em IFRS (IAS 39).

No Cruzeiro do Sul, a Liquidez Imediata também se apresentou menor em IFRS do que em BR GAAP, sendo de 10% a diferença assinalada em 2010. Isso devido à mensuração a valor justo de parte das dívidas de curto prazo, em especial derivativos e captações externas (IAS 39), o que gerou incremento de 11% no saldo da rubrica em IFRS.

No que tange à Participação dos Créditos, o indicador apresentou-se maior em IFRS, principalmente porque o saldo da carteira de crédito (numerador) dos bancos pesquisados se apresentou 4,9% maior nas demonstrações contábeis elaboradas pelo padrão internacional (Tabela 6). Observando-se o comportamento do indicador em cada banco (Apêndice C), verifica-se que nas demonstrações elaboradas em IFRS a participação dos créditos foi proporcionalmente maior no Cruzeiro do Sul, no Daycoval, no Mercantil do Brasil e no Panamericano.

No Cruzeiro do Sul, a Participação dos Créditos calculada com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se 17% maior em 2009 e 13% maior em 2010, em virtude de o saldo da carteira de crédito extraído das demonstrações contábeis em IFRS ter se apresentado 35% maior em 2009 e 37% maior em 2010 do que o saldo extraído das demonstrações em BR GAAP. O resultado do indicador só não foi ainda maior em IFRS porque os ativos do banco (denominador) também apresentaram saldo 16% maior em 2009 e 21% maior em 2010 na comparação entre os dois padrões contábeis. A carteira de crédito se apresentou maior em IFRS por conta da mensuração a valor justo das operações de crédito consignado, classificadas como Disponíveis para Venda (IAS 39).

No Daycoval, a Participação dos Créditos em 2010 calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS ficou 11% maior do que aquela calculada segundo as demonstrações em BR GAAP. Isso porque o saldo da carteira de crédito nas demonstrações em IFRS se apresentou 5% superior, enquanto o saldo do Ativo total nas demonstrações em IFRS se apresentou 6% menor. O incremento no saldo da carteira de crédito em IFRS se deu,

principalmente, na conta Empréstimos, inferindo-se que isso tenha ocorrido por conta de reclassificações.

No Mercantil do Brasil, a Participação dos Créditos em 2010 calculada com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se 8% maior, em virtude de o saldo da carteira de crédito extraído das demonstrações contábeis em IFRS ter sido 25% superior. O resultado do indicador só não foi ainda maior em IFRS porque os ativos do banco calculados pelas demonstrações em IFRS também apresentaram saldo 17% maior. O incremento no saldo da carteira de crédito em IFRS ocorreu, principalmente, nas contas Crédito Pessoal, Crédito Consignado e Consignado INSS. Em obediência à IAS 39, a instituição manteve no Ativo operações objeto de cessão de crédito, por terem ocorrido com retenção substancial dos riscos e benefícios.

No Panamericano, a Participação dos Créditos em 2010 calculada com base nas demonstrações em IFRS ficou 8% maior, em comparação com o valor obtido pelo padrão brasileiro, pelo fato de o saldo da carteira de crédito nas demonstrações em IFRS se apresentar 36% maior. O resultado do indicador só não ficou ainda maior em IFRS porque os ativos do banco apresentaram saldo 26% maior em IFRS do que em BR GAAP. Comparando-se os itens que compõem a carteira de crédito nos dois padrões, verifica-se que o incremento no saldo da conta em IFRS ocorreu, principalmente, em Crédito Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal e Empréstimos em Consignação, devido à mensuração desses ativos por meio da utilização da taxa efetiva de juros e do reconhecimento de ativos com retenção substancial dos riscos e benefícios. Como os valores desses ajustes são inferiores à diferença apurada entre padrões contábeis, infere-se que a outra parte seja oriunda de reclassificações.

Já o indicador Participação dos Créditos Líquidos, a exemplo do que ocorreu com a Participação dos Créditos, apresentou resultado maior em IFRS, principalmente porque o saldo da Carteira de Crédito Líquida de Provisões (numerador) apresentou-se 5,6% maior nas demonstrações em IFRS do que nas demonstrações em BR GAAP (Tabela 6). Observando-se o comportamento do indicador em cada banco (Apêndice D), verifica-se que a maior Participação dos Créditos Líquidos em IFRS ocorreu com mais representatividade nos mesmos bancos que se destacaram no indicador Participação dos Créditos (Cruzeiro do Sul, Daycoval, Mercantil do Brasil e Panamericano), pelas razões já apontadas.

Comparando-se os indicadores Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos referentes a cada banco, verificam-se diferenças pouco representativas, destacando-se o Panamericano e o Banestes com diferenças superiores a 2% entre os dois indicadores.

No Panamericano, a Participação dos Créditos Líquidos calculada com base nas demonstrações em IFRS ficou 10% maior em 2010, porque o saldo da Carteira de Crédito Líquida de Provisões extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 39% maior, embora os ativos (denominador) também tenham se apresentado maiores em IFRS. As causas da diferença são as mesmas apontadas para o banco em relação ao indicador Participação dos Créditos, acrescidas das provisões para perdas por *impairment* de instrumentos financeiros (IAS 39), que se apresentaram maiores em IFRS.

Em 2009, a Participação dos Créditos Líquidos do Banestes calculada com base nas demonstrações em IFRS não foi diferente daquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP. Entretanto, o saldo da Carteira de Crédito Líquida de Provisões extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 3% maior, por conta do reconhecimento de perdas por *impairment* sobre empréstimos e recebíveis, em montantes inferiores no padrão internacional (IAS 39) em relação ao padrão brasileiro.

4.2.2 Estrutura patrimonial e de captação

Os quatro indicadores desse grupo retratam a estrutura de capitais que dá sustentação aos ativos das empresas. Por serem intermediários financeiros, os bancos captam recursos no mercado (de terceiros), que, somados aos dos acionistas, são emprestados aos clientes ou aplicados em outros ativos. Assim, esse conjunto de índices sinaliza as proporções de recursos próprios e de recursos de terceiros que financiam as principais atividades dos bancos e a suficiência de capitais para cobrir os riscos a que ficam expostos seus ativos e passivos.

A Tabela 7 apresenta a estatística descritiva dos indicadores desse grupo.

Tabela 7 – Estatística descritiva dos indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação

Indicador	Padrão	Nº Obs.	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Relação Créditos/Depósitos	BR GAAP	28	0,575	2,598	1,287	0,447
	IFRS	28	0,575	2,625	1,343	0,512
Alavancagem	BR GAAP	27	4,028	18,617	9,217	3,871
	IFRS	27	3,562	16,662	8,479	3,527
Capitalização	BR GAAP	27	0,051	0,199	0,112	0,043
	IFRS	27	0,057	0,219	0,120	0,045
Basileia	BR GAAP	23	13,380	25,600	17,618	3,101
	IFRS	23	13,380	25,600	17,597	3,045

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos quatro indicadores, os dados estatísticos mostram uma proximidade entre as medidas em BR GAAP e aquelas em IFRS.

Os depósitos à vista ou a prazo constituem uma das mais tradicionais fontes de captação de recursos dos bancos, e, na medida em que são emprestados a clientes, esses recursos produzem resultados financeiros. Duas das principais atividades dos bancos, a captação em forma de depósitos e os empréstimos a clientes, podem ter seus montantes comparados a fim de se verificar a relação entre o que é captado e o que é emprestado. Nesta pesquisa, o índice Relação Créditos/Depósitos calculado nos dois padrões contábeis sinaliza que os bancos em análise emprestam, em média, 31% acima do valor captado em depósitos, embora haja bancos que emprestam o equivalente a quase o triplo dos depósitos (valores máximos) e outros cujos depósitos correspondem a quase o dobro dos empréstimos (valores mínimos). Os resultados médios apontam também para uma Relação Créditos/Depósitos maior quando calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação ao cálculo realizado a partir das demonstrações em BR GAAP (Tabela 7).

Volume de empréstimos maior que de depósitos (relação créditos/depósitos > 1) indica a utilização de outras fontes de recursos para financiar a carteira de crédito, cuja origem pode ser própria (Patrimônio Líquido) ou de terceiros. Por outro lado, volume de depósitos maior que de empréstimos (relação créditos/depósitos < 1) sugere que o banco direciona recursos captados em forma de depósitos para aplicações financeiras, como títulos e valores mobiliários, de menor risco e em geral menos rentáveis, ou compromete parte dos recursos em imobilização, com reflexo negativo nos índices Liquidez e Rentabilidade.

O índice Alavancagem mede a utilização de recursos de terceiros para alavancar os negócios da empresa. Isso porque, com recursos captados de terceiros, o banco pode incrementar suas aplicações em ativos. Esses recursos funcionam como uma alavanca para a realização de maior volume de negócios, comparativamente à aplicação restrita aos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido).

Em média, os bancos utilizam 9,2 vezes mais recursos de terceiros que recursos próprios para alavancar seus negócios, segundo as demonstrações contábeis em BR GAAP. Já de acordo com o padrão internacional, os bancos utilizam 8,5 vezes mais recursos de terceiros, evidenciando Alavancagem média menor em IFRS do que em BR GAAP. Nos extremos, há bancos com Alavancagem superior a 18 e com Alavancagem inferior a 4 (Tabela 7). Índices maiores de Alavancagem tendem a propiciar aumento de rentabilidade, embora com mais exposição a riscos, já que os recursos captados precisam ser reembolsados e o recebimento dos recursos emprestados nem sempre se concretiza. Por outro lado, Alavancagem baixa sinaliza administração mais conservadora, com menos exposição a riscos e, portanto, menor rentabilidade.

O índice Capitalização, por sua vez, representa a parcela dos ativos totais coberta pelos recursos próprios da empresa. Quanto maior for esse índice, menor é o risco, devido ao menor endividamento da empresa. Nesse caso, porém, a rentabilidade tende a ser reduzida, devido ao menor grau de Alavancagem.

Em média, os bancos apresentam índice Capitalização 0,11, tomando-se por base as demonstrações contábeis em BR GAAP, e 0,12, considerando-se as demonstrações contábeis em IFRS. Isso indica que o Patrimônio Líquido desses bancos cobre, em média, apenas 11% dos seus ativos quando considerado o padrão contábil brasileiro, e 12% quando considerado o padrão internacional (Tabela 7).

Por outro lado, o Índice de Basileia sinaliza se o Patrimônio Líquido do banco é suficiente para cobrir os riscos existentes em suas operações ativas e passivas, segundo conceito definido pelo Comitê de Basileia.

Para cálculo do índice, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$(PR * 100) / (PRE / \text{Fator F}),$$

Onde:

PR = patrimônio de referência

PRE = patrimônio de referência exigido

Fator F = número fixo, informado pelo regulador, para representar a relação mínima admitida

Embora o Comitê de Basileia recomende uma relação entre PR e PRE de pelo menos 8% (Fator F igual a 0,08), o Bacen exige das instituições financeiras no Brasil um mínimo de 11% (CMN, 2007; BACEN, 2007).

Os valores do Índice de Basileia divulgados pelos bancos pesquisados apresentam média de 17,6 nos dois padrões contábeis (Tabela 7), bem superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Entretanto, 13 dos 15 bancos que divulgaram o resultado desse indicador apresentaram valores iguais em BR GAAP e em IFRS, sinalizando que foram calculados com base no padrão contábil brasileiro e divulgados nos relatórios nos dois padrões contábeis.

Embora os dados estatísticos desse grupo de indicadores nos dois padrões contábeis tenham ficado próximos, foram detectadas diferenças nos resultados. Por essa razão, foram realizados testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, para se verificar se havia diferenças estatisticamente significantes entre os dois padrões. Antes, porém, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, para se verificar se apresentavam distribuição normal, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Resultados dos testes de normalidade dos indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação

Indicador	Estatística		Sig.	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Relação Créditos/Depósitos	0,078	0,120	0,200	0,200
Alavancagem	0,106	0,088	0,200	0,200
Capitalização	0,142	0,151	0,171	0,116
Basileia	0,129	0,127	0,200	0,200

Fonte: Dados da pesquisa.

Os indicadores Relação Créditos/Depósitos, Alavancagem e Basileia apresentaram distribuição normal, o mesmo não se verificando com o índice Capitalização. Por isso, foram aplicados o teste T-Student para os indicadores com distribuição normal e o

teste de postos de sinais de Wilcoxon para o índice Capitalização, para se verificar a existência de diferenças significativas entre os dois padrões contábeis para cada indicador. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Resultados dos testes de diferenças de médias (T-Student) para os indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação

Indicador	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste	P-valor
Relação Créditos/Depósitos	1,287	1,343	-0,501	0,616
Alavancagem	9,217	8,479	2,220	0,035
Capitalização	0,112	0,120	-2,907	0,004
Basileia	17,618	17,597	0,499	0,593

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, os testes revelaram diferenças significativas entre os dois padrões contábeis para o indicador Alavancagem, com nível de confiança de 95%, e para o indicador Capitalização, com nível de confiança de 99%.

Objetivando-se investigar as causas das variações entre os dois padrões, os grupos de contas que compõem a fórmula de cada indicador também foram submetidos a testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, para se verificar se havia diferenças significativas entre os dois padrões contábeis para esses grupos de contas.

Como os dados em análise não apresentaram distribuição normal, utilizou-se o teste de postos de sinais de Wilcoxon. Os resultados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para numeradores (N) e denominadores (D) dos indicadores do grupo Estrutura Patrimonial e de Captação

Indicador	N/D	Grupo de Contas	Diferença Média (%)	Z	P-valor
Relação Créditos/ Depósitos	N	Carteira de Crédito	4,2	-0,625	0,532
	D	Depósitos Totais	0,3	-1,533	0,125
Alavancagem	N	Passivo de Terceiros	0,7	-1,081	0,280
	D	Patrimônio Líquido	10,6	-3,484	0,000
Capitalização	N	Patrimônio Líquido	10,6	-3,484	0,000
	D	Ativo Total	1,6	-0,793	0,428
Basileia	N	Fatores de Risco	-	-	-
	D	Patrimônio de Referência	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Relativamente ao indicador Relação Créditos/Depósitos, as diferenças entre padrões dos grupos de contas Carteira de Crédito (numerador) e Depósitos Totais (denominador) não se mostraram estatisticamente significativas. Entretanto, os dados da Tabela 10 sugerem que o resultado médio maior em IFRS (Tabela 9) deveu-se, principalmente, ao incremento de 4,2% no saldo da carteira de crédito extraído das demonstrações contábeis em IFRS, em relação ao saldo apresentado nas demonstrações em BR GAAP.

Ao se analisar o comportamento da Relação Créditos/Depósitos de cada banco da amostra (Apêndice E), verifica-se que o valor maior do indicador em IFRS ocorreu com mais representatividade nos bancos Cruzeiro do Sul, Panamericano e Mercantil do Brasil.

No Cruzeiro do Sul, o indicador calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 35% maior em 2009 e 37% maior em 2010 comparativamente àquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso devido, principalmente, à mensuração a valor justo das operações de crédito consignado, classificadas em IFRS como Disponíveis para Venda (IAS 39), gerando incremento de 35% em 2009 e de 37% em 2010 no saldo da carteira de crédito constante das demonstrações em IFRS, em relação ao saldo assinalado nas demonstrações em BR GAAP.

Em 2010, a Relação Créditos/Depósitos do Panamericano calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 33% maior que aquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP, porquanto o saldo da carteira de crédito extraído das demonstrações em IFRS mostrou-se 36% maior que o saldo assinalado nas demonstrações em BR GAAP. Comparando-se os itens que compõem referida carteira nos dois padrões contábeis, verifica-se que o saldo maior em IFRS ocorre, principalmente, nos itens Crédito Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal e Empréstimos em Consignação, devido à mensuração desses ativos por meio da utilização da taxa efetiva de juros e do reconhecimento de ativos com retenção substancial dos riscos e benefícios. Como os valores desses ajustes são inferiores à diferença apurada entre os dois padrões contábeis, infere-se que a outra parte seja proveniente de reclassificações.

Situação bastante parecida ocorreu no Mercantil do Brasil, em 2010. Ali, a Relação Créditos/Depósitos calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 25% maior que aquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP, haja vista que o saldo da carteira de crédito extraído das demonstrações em IFRS mostrou-se 25% maior que o saldo consignado nas demonstrações em BR GAAP. O incremento no saldo da carteira de crédito em IFRS deu-se, mais especificamente, nas rubricas Crédito Pessoal, Crédito Consignado e Consignado INSS, já que a instituição manteve em seu Ativo operações objeto de cessão de crédito, por terem ocorrido com retenção substancial dos riscos e benefícios (IAS 39).

No que tange ao indicador Alavancagem, o resultado médio menor em IFRS (Tabela 9) ocorreu, principalmente, porque o valor do Patrimônio Líquido (denominador) dos bancos pesquisados consignado nas demonstrações contábeis em IFRS se apresentou 10,6% maior que aquele assinalado nas demonstrações em BR GAAP (Tabela 10). Essa diferença no Patrimônio Líquido observada entre os dois padrões contábeis mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de confiança de 99%.

Ao se analisar o índice Alavancagem de cada banco (Apêndice F), constatou-se que vários deles apresentaram Alavancagem menor em IFRS do que em BR GAAP, destacando-se nesse particular o Cruzeiro do Sul, o Banese e o Santander.

A Alavancagem do Cruzeiro do Sul calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 37% menor em 2009 e 42% menor em 2010, em comparação com aquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso ocorreu, principalmente, porque o valor do Patrimônio Líquido divulgado em IFRS apresentou-se 75% maior em 2009 e 100% maior em 2010 comparativamente àquele apresentado nas demonstrações em BR GAAP. O incremento do Patrimônio Líquido em IFRS deveu-se, principalmente, à mensuração a valor justo das operações de crédito e dos derivativos, com ajustes correspondentes a 130% em 2009 e 230% em 2010 do Patrimônio Líquido em BR GAAP. O valor do Patrimônio Líquido poderia ter sido maior em IFRS, não fossem os ajustes negativos relativos à mensuração a valor justo de captações externas e imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes, correspondentes a 61% em 2009 e 130% em 2010 do Patrimônio Líquido em BR GAAP, o que reduziu o saldo desse grupo de contas em IFRS.

No Banese, a Alavancagem calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 19% menor que aquela calculada com base nas demonstrações em BR GAAP, porque as demonstrações em IFRS apresentaram Patrimônio Líquido maior em 22% do que aquelas apresentadas em BR GAAP, devido, principalmente, à redução na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a crédito de Patrimônio Líquido, efetuada nas demonstrações em IFRS.

Já no Santander, a Alavancagem calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 17% menor nos exercícios de 2009 e 2010 do que aquela calculada com base nas demonstrações em BR GAAP. Em 2009, isso ocorreu porque o grupo de contas Passivo de Terceiros (numerador) nas demonstrações em IFRS apresentou saldo 11% inferior àquele assinalado nas demonstrações em BR GAAP. Já em 2010, a causa principal foi o valor do Patrimônio Líquido apresentado em IFRS, 13% superior ao apresentado em BR GAAP. Em relação ao registro de menor saldo do Passivo de Terceiros em IFRS, infere-se que este deve ter ocorrido por conta da mensuração a valor justo de passivos objeto de *hedge*, embora a análise tenha sido dificultada pelas diferentes formas de apresentação desse grupo de contas nos dois padrões contábeis, incluindo-se divergências nas nomenclaturas das contas e subcontas. O maior valor do Patrimônio Líquido em IFRS deveu-se, principalmente, à reversão da amortização de ágio e outros, em valor correspondente a 10% do Patrimônio Líquido em BR GAAP, além de ajustes no preço de compra e reclassificação de instrumentos financeiros para Disponíveis para Venda.

No tocante ao índice Capitalização, o resultado médio maior em IFRS (Tabela 9) ocorreu, principalmente, porque o valor do Patrimônio Líquido (numerador) dos bancos pesquisados consignado nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 10,6% maior que o valor assinalado nas demonstrações em BR GAAP (Tabela 10). Como já foi dito, a diferença entre padrões contábeis observada no Patrimônio Líquido mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de confiança de 99%.

Observando-se o comportamento do indicador em cada banco (Apêndice G), constatou-se que vários deles apresentaram índice Capitalização maior em IFRS do que em BR GAAP, destacando-se o Cruzeiro do Sul, o Banese e o Santander, ou seja, os mesmos enfatizados quanto ao índice Alavancagem, já que a causa foi a mesma: o valor maior do Patrimônio Líquido divulgado em IFRS.

No Cruzeiro do Sul, o índice Capitalização calculado a partir das demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 51% maior em 2009 e 65% maior em 2010, na comparação com aquele calculado com base nas demonstrações em BR GAAP. Isso porque o valor do Patrimônio Líquido apresentou-se 75% maior em 2009 e 100% maior em 2010 na mesma base de comparação. O indicador só não ficou ainda maior em IFRS porque o valor do Ativo (denominador) divulgado em IFRS também se apresentou maior que em BR GAAP, com diferenças de 16% em 2009 e 21% em 2010. As causas da diferença a maior do Patrimônio Líquido em IFRS já foram relatadas na análise do índice Alavancagem: mensuração ao valor justo das operações de crédito e dos derivativos, afetando positivamente o Patrimônio Líquido em IFRS; e mensuração ao valor justo de captações externas e imposto de renda, e contribuição social sobre os ajustes, afetando-o negativamente.

Em 2010, o índice Capitalização do Banese calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 21% maior que o valor obtido a partir das demonstrações em BR GAAP, por conta da diferença a maior de 22% no Patrimônio Líquido divulgado em IFRS, em comparação com o valor divulgado em BR GAAP, principalmente devido à redução na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a crédito de Patrimônio Líquido, efetuada nas demonstrações em IFRS.

O índice Capitalização do Santander calculado com base nas demonstrações contábeis de 2009 em IFRS ficou 16% maior que o valor obtido a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque o Patrimônio Líquido ficou 7% maior em IFRS e o Ativo apresentou-se 8% menor em IFRS, na comparação com os valores divulgados em BR GAAP. Já em 2010, o indicador calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS ficou 17% superior ao calculado a partir das demonstrações em BR GAAP, por conta, principalmente, da diferença a maior de 13% no valor do Patrimônio Líquido divulgado em IFRS, comparativamente ao valor divulgado em BR GAAP. Isso decorreu, principalmente, da reversão da amortização de ágio e outros, correspondente a 10% do Patrimônio Líquido em BR GAAP, além da realização de ajustes no preço de compra e reclassificação de instrumentos financeiros para Disponíveis para Venda, afetando os saldos em IFRS. Por outro lado, não foram identificadas as causas da diferença no Ativo total, devido à diferença entre os dois padrões contábeis no tocante às formas de apresentação das contas e subcontas.

Com relação ao Índice de Basileia, os resultados médios divulgados nas demonstrações contábeis dos dois padrões pouco se diferenciaram, haja vista que 13 dos 15 bancos que apresentaram esse índice o calcularam com base tão-somente nos saldos das contas em BR GAAP, limitando-se a repetir o resultado nas demonstrações em IFRS. Dentre os bancos pesquisados, apenas o Banrisul e o Indusval calcularam o índice com base nos dois padrões contábeis (Apêndice H).

Em 2010, o Índice de Basileia divulgado pelo Banrisul nas demonstrações em BR GAAP ficou em 15,5, enquanto o divulgado nas demonstrações em IFRS ficou em 16,1. Já o Indusval apresentou Índice de Basileia 22,5 em 2009 e 17,6 em 2010 nas demonstrações em BR GAAP e 21,9 em 2009 e 17,2 em 2010 nas demonstrações em IFRS.

Considerando-se que apenas dois bancos apresentaram o Índice de Basileia calculado nos dois padrões contábeis, não foi possível identificar o impacto causado em todo o grupo pela adoção do padrão internacional sobre esse índice. No Banrisul, o indicador ficou 4% maior, enquanto no Indusval, o indicador ficou 3% menor no exercício de 2009 e 2% menor em 2010, quando calculado pelo padrão contábil internacional.

Ressalte-se que os resultados do Índice de Basileia apresentados pelos bancos pesquisados ficaram bem acima dos mínimos exigidos pelo Bacen (11%) e pelo Comitê de Basileia (8%). O índice mais baixo foi apresentado pelo Mercantil do Brasil em 2010, da ordem de 13,4%, enquanto o mais alto foi assinalado pelo Santander em 2009, da ordem de 25,6%.

4.2.3 Qualidade da carteira de crédito

Dentre as atividades principais dos bancos múltiplos e comerciais, destaca-se a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas, pessoas jurídicas e governos. Para a composição de uma carteira de crédito que maximize a rentabilidade e minimize o risco, os bancos observam variáveis como taxas de juros, prazos, garantias, perfis dos clientes, risco de crédito e risco de mercado. No presente estudo, os indicadores selecionados para compor o grupo Qualidade da Carteira de Crédito possibilitaram a avaliação do percentual de créditos em atraso para medir a inadimplência e o exame da exposição do Patrimônio Líquido à cobertura de eventuais perdas por insuficiência de provisões sobre os créditos em atraso.

A Tabela 11 mostra a estatística descritiva dos indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito.

Tabela 11 – Estatística descritiva dos indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito

Indicador	Padrão	Nº Obs.	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Inadimplência	BR GAAP	14	0,001	0,054	0,018	0,016
	IFRS	14	0,001	0,059	0,024	0,021
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	BR GAAP	16	-0,313	0,000	-0,112	0,091
	IFRS	16	-0,183	0,334	-0,008	0,161

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados estatísticos mostram uma proximidade entre as medidas em BR GAAP e aquelas em IFRS para os dois indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito.

O indicador Inadimplência sinaliza que, em média, os créditos vencidos correspondem a 1,8% da carteira de crédito, quando calculados a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP; e a 2,4% quando calculados com base nas demonstrações em IFRS. Nos extremos, porém, há bancos com inadimplência próxima de zero e outros com índices acima de 5%. Na média, portanto, a inadimplência calculada a partir das demonstrações em IFRS se mostra um pouco maior que aquela calculada a partir das demonstrações em BR GAAP (Tabela 11).

Já o indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido sinaliza o quanto os bancos analisados expõem seu Patrimônio Líquido ao risco devido à existência de créditos em atraso não cobertos por provisões. Nesse caso, quanto maior for o índice, maior será a exposição do Patrimônio Líquido.

Os dados da Tabela 11 mostram que, na média, o indicador tem resultado negativo quando calculado a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP, de modo que o volume de provisões supera os créditos em atraso em 11,2% do Patrimônio Líquido, havendo casos em que as provisões superam os créditos em atraso em 31,3% do Patrimônio Líquido (valores mínimos), e outros em que as provisões equivalem aos créditos em atraso (valores máximos). Dessa forma, segundo o indicador calculado com base nas demonstrações em BR GAAP, não há exposição dos recursos próprios dos bancos pesquisados sobre créditos em atraso não provisionados.

Calculado com base nas demonstrações em IFRS, o indicador também apresenta resultado médio negativo, de modo que o volume de provisões supera o dos créditos em atraso em 0,9% do Patrimônio Líquido. Nos extremos, há bancos em que as provisões superam os créditos em atraso em 18,3% (valores mínimos) e bancos com exposição de 33,4% do Patrimônio Líquido com créditos vencidos não provisionados (valores máximos).

Vale salientar que a existência de créditos vencidos não necessariamente implica ocorrência de perdas, embora sinalize a possibilidade de perdas futuras. Por isso, modelos de política de reconhecimento de perdas sobre operações de crédito podem levar à realização de provisões menores que o estoque de créditos vencidos.

Da mesma forma que a inadimplência se apresenta maior no padrão contábil internacional, a exposição dos recursos próprios dos bancos a créditos vencidos não provisionados também é maior nesse padrão, tanto quando observados os valores médios, como quando observados os valores mínimos e máximos, inferindo-se que a qualidade da carteira de crédito se mostra menor pelas práticas contábeis internacionais.

Embora os dados estatísticos desse grupo de indicadores tenham assinalado valores próximos na comparação entre os dois padrões contábeis, foram detectadas diferenças nos resultados. Em razão disso, foram realizados testes para se verificar se havia diferenças estatisticamente significantes entre os dois padrões. Antes, porém, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, para se verificar se apresentavam distribuição normal, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Resultados dos testes de normalidade dos indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito

Indicador	Estatística		Sig.	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Inadimplência	0,193	0,127	0,167	0,024
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	0,186	0,319	0,140	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, nenhum dos indicadores apresentou dados com distribuição normal (Sig. > 0,05 nos dois padrões). Dessa forma, foram realizados testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, optando-se pelo teste de postos de

sinais de Wilcoxon para se verificar a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas. Os resultados são mostrados na Tabela 13.

Tabela 13 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para os indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito

Indicador	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste	P-valor
Inadimplência	0,018	0,024	-0,157	0,875
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	-0,112	-0,008	-3,361	0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 13 mostram que não há diferença significativa entre os resultados dos dois padrões contábeis para o indicador Inadimplência. Entretanto, foi identificada diferença estatisticamente significativa entre os dois padrões contábeis para o indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido, com nível de confiança de 99%.

Procurando-se investigar as causas da menor qualidade da carteira de crédito em IFRS, foram investigados os grupos de contas que compõem cada indicador, conforme disposto na Tabela 14.

Tabela 14 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para numeradores (N) e denominadores (D) dos indicadores do grupo Qualidade da Carteira de Crédito

Indicador	N/D	Grupo de Contas	Diferença Média (%)	Z	P-valor
Inadimplência	N	Créditos Vencidos	71,9	-0,267	0,790
	D	Carteira de Crédito	6,1	-0,804	0,422
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	N1	Créditos Vencidos	89,7	-0,471	0,638
	N2	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-15,0	-1,655	0,098
	D	Patrimônio Líquido	17,0	-3,206	0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados referentes a numeradores e denominadores das fórmulas utilizadas para calcular os indicadores foram submetidos ao teste de normalidade, resultando que nenhum apresentou distribuição normal. Em seguida, foi aplicado o teste de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas (Wilcoxon), para se verificar se os dados referentes a cada grupo

de contas apresentavam diferenças significativas ao se confrontar os números obtidos em BR GAAP e em IFRS.

Em relação à Inadimplência, as diferenças entre padrões contábeis dos grupos de contas Créditos Vencidos (numerador) e Carteira de Crédito (denominador) não se mostraram estatisticamente significativas. Entretanto, os dados da Tabela 14 mostram que os créditos vencidos dos bancos pesquisados divulgados nas demonstrações contábeis em IFRS se apresentaram 71,9% maiores que os divulgados nas demonstrações em BR GAAP, razão principal de a Inadimplência se apresentar maior quando calculada a partir das demonstrações em IFRS.

Ao se analisar o comportamento da Inadimplência de cada banco da amostra (Apêndice I), verifica-se que o valor médio do indicador se apresentou maior em IFRS, basicamente, por conta do desempenho do Cruzeiro do Sul. Por outro lado, alguns bancos apresentaram Inadimplência menor em IFRS, com destaque para o Banco do Brasil. Na maioria dos bancos, a Inadimplência apresentou diferenças menos acentuadas entre os dois padrões contábeis.

No Cruzeiro do Sul, a Inadimplência medida pelas demonstrações em IFRS ficou 322% maior que em BR GAAP no ano 2009 e 404% em 2010, elevando consideravelmente a média do indicador em IFRS. Observando-se as contas que compõem a fórmula do indicador, verifica-se que esse crescimento deveu-se, principalmente, aos créditos vencidos, que nas demonstrações em IFRS apresentaram saldo 471% maior em 2009 e 591% maior em 2010 do que aqueles divulgados nas demonstrações em BR GAAP. Concomitantemente, a carteira de crédito nas demonstrações em IFRS apresentou saldo 35% maior em 2009 e 37% maior em 2010 comparativamente aos valores divulgados nas demonstrações em BR GAAP.

A diferença a maior do saldo da carteira de crédito do Cruzeiro do Sul em IFRS deveu-se, principalmente, à mensuração a valor justo dos créditos pessoais parcelados e cartões de crédito consignados, classificados pelo banco como Disponíveis para Venda (IAS 39). Segundo as Notas Explicativas que compõem as demonstrações contábeis em IFRS, o banco utilizou a técnica de avaliação com dados observáveis para esses créditos, tomando como parâmetros instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados ativos ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados

inativos e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.

Embora nas Notas Explicativas do Cruzeiro do Sul não haja registro explícito sobre a razão de os créditos vencidos se apresentarem expressivamente maiores nas demonstrações em IFRS, infere-se que seja consequência da avaliação a valor justo dos créditos pessoais parcelados e cartões de crédito consignados, parte dos quais encontrava-se vencida.

No Banco do Brasil, a Inadimplência apresentou-se 34% menor no ano de 2009 e 26% menor em 2010, quando calculada pelo padrão internacional, em razão, principalmente, de os créditos vencidos divulgados nas demonstrações em IFRS se apresentarem 37% menores em 2009 e 30% menores em 2010 em relação aos valores divulgados nas demonstrações em BR GAAP. Como o conceito de créditos vencidos é o mesmo nos dois padrões contábeis (o banco considerou aqueles vencidos há mais de 14 dias), pressupõe-se que o saldo menor de créditos vencidos em IFRS seja consequência do saldo da carteira de crédito, que se apresentou menor em 4% no ano de 2009 e em 6% no ano de 2010, quando extraído das demonstrações em IFRS.

Quanto ao indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido, os testes de diferenças de médias utilizados na pesquisa identificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois padrões contábeis, com nível de confiança de 90% para o grupo de contas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, e com nível de confiança de 99% para o grupo de contas Patrimônio Líquido (Tabela 14).

Os dados sobre o indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido, incluídos na Tabela 14, mostram que a diferença a maior dos resultados médios em IFRS em relação às médias obtidas em BR GAAP deveu-se à diferença a maior em 89,7% dos créditos vencidos (numerador 1) divulgados nas demonstrações contábeis em IFRS em comparação com os valores divulgados nas demonstrações em BR GAAP, e também porque as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (numerador 2 que, na fórmula do indicador, subtrai o indicador 1) divulgadas nas demonstrações em IFRS se apresentaram 15% menores que as divulgadas nas demonstrações em BR GAAP. O indicador só não se apresentou ainda maior em IFRS porque o Patrimônio Líquido (denominador) dos bancos

divulgado nas demonstrações contábeis em IFRS se ficou 16% maior do que o valor divulgado nas demonstrações em BR GAAP.

Analogamente ao já comentado sobre Caixa e Equivalentes de Caixa na Tabela 6, o grupo de contas Créditos Vencidos apresenta resultados diferentes como numerador do indicador Inadimplência e como numerador do indicador Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido (Tabela 14). Isso porque foram utilizadas 14 observações de cada padrão contábil para realização dos testes estatísticos da Inadimplência e 16 observações de cada padrão contábil para os testes estatísticos dos Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido (Tabela 1), já que em apenas 14 conjuntos de demonstrações contábeis de cada padrão contábil foi possível extrair a Carteira de Crédito.

Ao se analisar o indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido de cada banco (Apêndice J), constatou-se que em vários deles o índice se apresentou maior em IFRS do que em BR GAAP, destacando-se nesse particular o Cruzeiro do Sul, o Indusval e o ABC Brasil.

No Cruzeiro do Sul, o volume de provisões em 2009 foi praticamente igual ao de créditos vencidos nas demonstrações contábeis em BR GAAP. Já nas demonstrações em IFRS, as provisões ficaram menores que os créditos vencidos, implicando a exposição de 24% do Patrimônio Líquido com créditos vencidos não provisionados, por conta, principalmente, de os créditos vencidos divulgados nas demonstrações em IFRS se apresentarem 471% maiores que nas demonstrações em BR GAAP. Em 2010, o volume de provisões do mesmo banco superou os créditos vencidos em 2,9% do seu Patrimônio Líquido, segundo as demonstrações em BR GAAP, enquanto que nas demonstrações em IFRS observou-se uma exposição de 33,4% do Patrimônio Líquido com créditos vencidos não provisionados, por conta, principalmente, de os créditos vencidos divulgados nas demonstrações em IFRS se apresentarem 591% maiores que nas demonstrações em BR GAAP.

Como já comentado anteriormente em relação ao índice Inadimplência, infere-se que o expressivo incremento nos créditos vencidos em 2009 e 2010 observado nas demonstrações em IFRS do Cruzeiro do Sul foi consequência da mensuração a valor justo dos créditos pessoais parcelados e cartões de crédito consignados, classificados pelo banco como Disponíveis para Venda, parte dos quais encontrava-se vencida.

Em 2010, o indicador Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido do Indusval apresentou-se 283% superior quando calculado a partir das demonstrações contábeis em IFRS. Nas demonstrações contábeis do banco em BR GAAP, o volume de provisões superou o de créditos vencidos em 17% do seu Patrimônio Líquido, enquanto as demonstrações em IFRS apresentaram provisões inferiores aos créditos vencidos, expondo 31% do Patrimônio Líquido com créditos vencidos não provisionados. Isso porque os créditos vencidos divulgados nas demonstrações em IFRS se apresentaram 428% maiores que os divulgados nas demonstrações em BR GAAP. Conforme comentado anteriormente, o conceito de créditos vencidos é o mesmo nos dois padrões contábeis, de modo que essa expressiva diferença carecia de explicações nas demonstrações contábeis, o que não foi identificado. No mesmo ano, a carteira de crédito do banco se apresentou menor em IFRS (Apêndice E), razão por que não deve ter sido a causa para créditos vencidos maiores no padrão internacional.

Já no ABC Brasil, nos exercícios de 2009 e 2010 o indicador se apresentou maior em IFRS do que em BR GAAP, mas as provisões sempre foram superiores aos créditos vencidos. Em 2009, as provisões superaram os créditos vencidos em 7% do Patrimônio Líquido, de acordo com as demonstrações contábeis em BR GAAP, e em 1,7% segundo as demonstrações em IFRS. Em 2010, as provisões superaram os créditos vencidos em 8,3% do Patrimônio Líquido, de acordo com as demonstrações em BR GAAP, e em 3,5% segundo as demonstrações em IFRS. Isso porque os valores das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa divulgadas nas demonstrações contábeis em IFRS se apresentaram 50% menores em 2009 e 51% menores em 2010 em relação aos valores divulgados nas demonstrações em BR GAAP. Considerando-se que a diferença já existia no início do exercício de 2009, infere-se que seja oriunda da mensuração das provisões sobre o estoque de operações de crédito existentes em 01/01/2009, ocorrida na preparação do balanço de abertura em IFRS. Nessa ocasião, o modelo de risco utilizado pelo banco nas demonstrações em IFRS (IAS 39), pautado em perdas incorridas, gerou provisões inferiores ao mensurado a partir do modelo utilizado nas demonstrações em BR GAAP (Res. 2.682 do Bacen), pautado em perdas esperadas.

4.2.4 Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade têm por função evidenciar as diferentes formas de identificação do retorno proporcionado pelas atividades da empresa. A principal atividade dos bancos consiste em intermediar negócios financeiros entre poupadores e tomadores de recursos. Como atividade secundária, destaca-se a prestação de serviços, mediante cobrança de tarifas. Assim, o grupo de indicadores de Rentabilidade utilizado no presente estudo sinaliza o retorno proporcionado pela atividade de intermediação financeira, a eficiência na geração desses retornos frente às despesas administrativas e a lucratividade auferida pelos capitais próprios da empresa.

A Tabela 15 mostra a estatística descritiva dos indicadores desse grupo.

Tabela 15 – Estatística descritiva dos indicadores do grupo Rentabilidade

Indicador	Padrão	Nº Obs.	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Margem Financeira 1	BR GAAP	27	0,202	0,715	0,507	0,127
	IFRS	27	0,196	0,704	0,477	0,127
Margem Financeira 2	BR GAAP	27	0,190	0,614	0,391	0,113
	IFRS	27	0,192	0,685	0,377	0,119
Eficiência	BR GAAP	26	0,282	0,875	0,521	0,153
	IFRS	26	0,339	0,800	0,535	0,115
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	BR GAAP	27	-0,055	0,301	0,150	0,083
	IFRS	27	-0,064	0,333	0,158	0,092

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos quatro indicadores do grupo Rentabilidade, os dados estatísticos mostram uma proximidade entre as medidas em BR GAAP e aquelas em IFRS.

O índice Margem Financeira 1 sinaliza que os resultados de intermediação dos bancos da amostra correspondem, em média, a 50,7% das receitas auferidas com a atividade, de acordo com as demonstrações em BR GAAP; e a 47,7% das mesmas receitas, segundo as demonstrações em IFRS. Nos extremos, há bancos em que esses resultados correspondem a 19,6% das receitas e outros cujos resultados chegam a alcançar 71,5% das receitas.

Já o índice Margem Financeira 2 mede os resultados de intermediação líquidos de provisões por perdas, considerando-se a possibilidade de parte desses resultados não vir a ser efetivamente auferida no futuro. Com isso, esse indicador sinaliza que os resultados de

intermediação líquidos de provisão correspondem, em média, a 39,1% das receitas de intermediação, de acordo com as demonstrações contábeis em BR GAAP; e a 37,7% das mesmas, segundo as demonstrações em IFRS. Nos extremos, os resultados do indicador variam de 19% a 68,5%.

O indicador Eficiência, por sua vez, sinaliza o quanto as Despesas Administrativas consomem do Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços, sabendo-se que quanto menor for o resultado do indicador, maior pode ser considerada a Eficiência do banco nesse quesito. No presente estudo, o índice Eficiência calculado a partir das demonstrações em BR GAAP sinaliza que as Despesas Administrativas dos bancos pesquisados consomem, em média, 52,1% do Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços, enquanto que o mesmo índice calculado a partir das demonstrações em IFRS sinaliza um consumo médio de 53,5%. Nos extremos, há bancos em que as Despesas Administrativas consomem apenas 28,2% do Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços e outros em que referido consumo chega a 87,5%.

O índice Retorno sobre o Patrimônio Líquido mede quanto a empresa gerou de resultados em relação aos capitais investidos pelos sócios. Pelas demonstrações contábeis em BR GAAP, os bancos pesquisados produziram, em média, Resultado Líquido correspondente a 15% do Patrimônio Líquido, enquanto pelas demonstrações em IFRS o Resultado Líquido equivaleu a 15,8% do Patrimônio Líquido. Nos extremos, os resultados variaram de menos 6,4% (retorno negativo) a 33,3%.

Os resultados médios mostram margens financeiras menores em IFRS do que em BR GAAP, apontando para uma menor Rentabilidade da intermediação financeira dos bancos pesquisados. Também em IFRS os bancos apresentam menor Eficiência, na medida em que o índice Eficiência apresenta resultado maior quando calculado a partir das demonstrações contábeis nesse padrão. Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido se apresenta maior em IFRS do que em BR GAAP, significando que os resultados sobre os recursos investidos pelos acionistas apresentam maior Rentabilidade no padrão internacional.

Embora os dados estatísticos desse grupo de indicadores mostrem diferenças entre os dois padrões contábeis, foram realizados testes para verificar se essas diferenças se apresentavam estatisticamente significativas. Antes, porém, os dados foram submetidos ao

teste de Kolmogorov-Smirnov, para se verificar se apresentavam distribuição normal, conforme demonstrado na Tabela 16.

Tabela 16 – Resultados dos testes de normalidade dos indicadores do grupo Rentabilidade

Indicador	Estatística		Sig.	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Margem Financeira 1	0,114	0,084	0,200	0,200
Margem Financeira 2	0,124	0,112	0,200	0,200
Eficiência	0,129	0,130	0,200	0,200
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,117	0,133	0,200	0,200

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, os dados dos indicadores do grupo Rentabilidade apresentaram distribuição normal. Dessa forma, para a realização dos testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, optou-se pelo teste T-Student, com o objetivo de se investigar a existência de diferenças estatisticamente significantes entre os dois padrões contábeis. Os resultados são mostrados na Tabela 17.

Tabela 17 – Resultados dos testes de diferenças de médias (T-Student) para os indicadores do grupo Rentabilidade

Indicador	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste	P-valor
Margem Financeira 1	0,507	0,477	1,712	0,118
Margem Financeira 2	0,391	0,377	0,776	0,564
Eficiência	0,521	0,535	-0,749	0,454
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,150	0,158	-0,408	0,683

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora esse grupo de indicadores tenha sinalizado diferenças entre os dois padrões contábeis, os dados da Tabela 17 mostram que nenhum indicador apresenta diferenças estatisticamente significantes. Entretanto, as causas das menores margens financeiras, da menor eficiência e do melhor Retorno sobre o Patrimônio Líquido em IFRS foram investigadas a partir dos grupos de contas que compõem cada indicador, conforme disposto na Tabela 18.

Tabela 18 – Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para numeradores (N) e denominadores (D) dos indicadores do grupo Rentabilidade

Indicador	N/D	Grupo de Contas	Diferença Média (%)	Z	P-valor
Margem Financeira 1	N	Resultado de Intermediação	-2,8	-0,769	0,442
	D	Receitas de Intermediação	4,7	-1,177	0,239
Margem Financeira 2	N	Resultado de Intermediação Líquido de Provisão	0,6	-0,529	0,597
	D	Receitas de Intermediação	4,7	-1,177	0,239
Eficiência	N	Despesas Administrativas	2,7	-0,292	0,770
	D	Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços	-1,6	-0,317	0,751
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	N	Resultado Líquido	15,1	-1,249	0,212
	D	Patrimônio Líquido	10,5	-3,484	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados referentes a numeradores e denominadores das fórmulas utilizadas para calcular os indicadores foram submetidos a testes de normalidade, resultando que nenhum apresentou distribuição normal. Em seguida, foi aplicado teste de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas (Wilcoxon), para se verificar se os dados referentes a cada grupo de contas apresentavam diferenças significativas ao se confrontar os números relativos em BR GAAP e em IFRS.

Em relação à Margem Financeira 1, as diferenças entre padrões contábeis dos grupos de contas Resultado de Intermediação e Receitas de Intermediação não se mostraram estatisticamente significantes. Porém, os dados da Tabela 18 mostram que, na média, o Resultado de Intermediação (numerador) extraído das demonstrações contábeis em IFRS se apresenta 2,8% menor que o valor extraído das demonstrações em BR GAAP, enquanto as Receitas de Intermediação (denominador) extraídas das demonstrações em IFRS se apresentam 4,7% maiores que aquelas divulgadas nas demonstrações em BR GAAP. Em vista disso, a Margem Financeira 1 se apresentou menor quando calculada a partir das demonstrações em IFRS.

Ao se analisar o comportamento da Margem Financeira 1 de cada banco da amostra (Apêndice K), verifica-se que em vários bancos esse indicador se apresentou menor em IFRS, destacando-se nesse aspecto o ABC Brasil, o Mercantil do Brasil e o Cruzeiro do

Sul, embora em alguns bancos o índice tenha se apresentado maior em IFRS, com destaque para o Pine.

No ABC Brasil, a Margem Financeira 1 calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 44% menor em 2009 e 16% menor em 2010 em relação ao valor obtido a partir das demonstrações em BR GAAP, por conta do Resultado de Intermediação menor em IFRS que em BR GAAP (menos 15% em 2009 e 5% em 2010) e das Receitas de Intermediação maiores em IFRS do que em BR GAAP (mais 52% em 2009 e 13% em 2010). As causas dessas diferenças não foram identificadas, devido a divergências entre os padrões contábeis na forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício. Porém, são causas prováveis o reconhecimento de receitas de operações em atraso considerando-se prazos diferentes entre padrões contábeis e efeitos sobre operações classificadas como Disponíveis para Venda.

Em 2010, a Margem Financeira 1 do Mercantil do Brasil calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 35% menor que o valor obtido a partir das demonstrações em IFRS. Isso porque as Receitas de Intermediação divulgadas nas demonstrações em IFRS se apresentaram 39% maiores que aquelas divulgadas nas demonstrações em BR GAAP, em função, principalmente, de incremento verificado nas rendas de operações de crédito em IFRS, já que nesse padrão contábil foram consideradas as receitas de operações de crédito com até 90 dias de atraso, enquanto em BR GAAP consideraram-se as receitas de operações de crédito com até 60 dias de atraso.

No Cruzeiro do Sul, a Margem Financeira 1 calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 24% menor em 2009 e 34% menor em 2010 em relação aos valores obtidos a partir das demonstrações em BR GAAP. Em 2009, a diferença a menor deveu-se ao incremento de 27% nas Receitas de Intermediação em IFRS. Já a diferença registrada em 2010 deveu-se ao Resultado de Intermediação divulgado nas demonstrações em IFRS, que se apresentou 31% menor que aquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP. Isso pode ter ocorrido por conta dos efeitos sobre operações de crédito classificadas pelo banco como Disponíveis para Venda.

Por outro lado, o Pine apresentou Margem Financeira 1 maior em IFRS, quando comparada aos resultados em BR GAAP. Em 2009, o indicador calculado com base nas

demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 41% maior que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP, principalmente pelo fato de as Receitas de Intermediação divulgadas nas demonstrações em IFRS se apresentarem 40% menores que aquelas divulgadas nas demonstrações em BR GAAP. Já em 2010, o indicador apresentou resultado 32% maior em IFRS do que em BR GAAP, porque houve incremento de 10% no Resultado de Intermediação em IFRS, além do que as Receitas de Intermediação se apresentaram 17% menores em IFRS do que em BR GAAP. São causas prováveis dessas diferenças o reconhecimento de receitas de operações em atraso considerando-se prazos diferentes entre padrões contábeis e os efeitos sobre a reclassificação de ativos não considerados operações de crédito em BR GAAP para Empréstimos e Recebíveis de Clientes em IFRS.

Em relação à Margem Financeira 2, as diferenças entre padrões contábeis dos grupos de contas Resultado de Intermediação Líquido de Provisão e Receitas de Intermediação não se mostraram estatisticamente significativas. Porém, os dados da Tabela 18 mostram que houve incremento de 0,6% no Resultado de Intermediação Líquido de Provisão (numerador) em IFRS, e de 4,7% nas Receitas de Intermediação (denominador) em IFRS, razão por que as demonstrações em IFRS apresentaram Margem Financeira 2 menor que em BR GAAP.

Ao analisar o comportamento da Margem Financeira 2 de cada banco da amostra (Apêndice L), verifica-se que em vários deles esse indicador apresentou-se menor em IFRS do que em BR GAAP, destacando-se nesse particular o ABC Brasil, o Mercantil do Brasil e o Bicbanco, embora em outros o índice tenha se apresentado maior em IFRS, com destaque para o Banco do Brasil.

No Banco ABC Brasil, a Margem Financeira 2 calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 45% menor em 2009 do que aquela obtida a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque o Resultado de Intermediação Líquido de Provisão extraído das demonstrações em IFRS se apresentou 16% menor do que o valor extraído das demonstrações em BR GAAP, além do que as Receitas de Intermediação divulgadas nas demonstrações em IFRS se apresentaram 52% maiores que aquelas divulgadas nas demonstrações em BR GAAP. Embora as razões dessas diferenças não tenham ficado evidentes nas Notas Explicativas, são causas prováveis o reconhecimento de receitas de

operações em atraso considerando-se prazos diferentes entre padrões contábeis e os efeitos sobre operações classificadas como Disponíveis para Venda.

No Mercantil do Brasil, a Margem Financeira 2 também se apresentou menor em IFRS no ano de 2010. O índice calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 39% menor que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP, devido ao incremento de 39% observado nas Receitas de Intermediação em IFRS, mais precisamente na conta Rendas de Operações de Crédito, já que nesse padrão contábil foram consideradas as receitas de operações de crédito com até 90 dias de atraso, enquanto em BR GAAP consideraram-se as receitas de operações de crédito com até 60 dias de atraso.

Em 2009, a Margem Financeira 2 do Bicbanco calculada com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 35% inferior àquela calculada a partir das demonstrações contábeis em BR GAAP. Isso porque o Resultado de Intermediação Líquido de Provisão apurado pelas demonstrações em IFRS apresentou-se 37% menor do que aquele obtido pelas demonstrações em BR GAAP, devido ao registro de provisões para perdas em empréstimos maiores em IFRS do que em BR GAAP.

Por outro lado, a Margem Financeira 2 do Banco do Brasil apresentou-se 48% maior em 2009 quando calculada a partir das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação àquela calculada com base nas demonstrações em BR GAAP. Isso ocorreu, principalmente, devido ao incremento de 55% no Resultado de Intermediação Líquido de Provisão em IFRS, resultante do registro de provisões para perdas em empréstimos menores em IFRS do que em BR GAAP.

Em relação ao indicador Eficiência, as diferenças entre padrões contábeis dos grupos de contas Despesas Administrativas e Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços não se mostraram estatisticamente significativas. Entretanto, os dados da Tabela 18 evidenciam que as Despesas Administrativas (numerador) divulgadas nas demonstrações em IFRS se apresentaram 2,7% superiores àquelas divulgadas nas demonstrações em BR GAAP, enquanto o Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços (denominador) extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 1,6% menor que aquele extraído das demonstrações em BR GAAP, razão por que o índice Eficiência apresentou-se maior em IFRS que em BR GAAP.

Observando-se o comportamento do indicador em cada banco (Apêndice M), verifica-se que vários deles apresentaram índice Eficiência maior em IFRS, destacando-se nesse aspecto o Pine, o Bicbanco e o ABC Brasil.

No Pine, o índice Eficiência calculado em 2009 com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 65% maior do que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque o Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 37% menor que aquele extraído das demonstrações em BR GAAP, devido, principalmente, ao diferimento de tarifas e comissões incrementais que integram a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros. Em BR GAAP, essas rendas são reconhecidas no resultado quando recebidas, enquanto em IFRS o seu reconhecimento no resultado se dá durante o período de validade dos contratos (IAS 39).

O índice Eficiência do Bicbanco calculado em 2009 com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 53% maior do que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP. Isso porque o Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 35% menor que aquele extraído das demonstrações em BR GAAP. São causas prováveis dessas diferenças o reconhecimento de receitas de operações em atraso considerando-se prazos diferentes entre padrões contábeis e os efeitos sobre a reclassificação de operações de crédito para Disponíveis para Venda em IFRS e sobre o reconhecimento de receitas e despesas incrementais às operações de crédito, calculadas pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 2009, o índice Eficiência do ABC Brasil calculado com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 46% maior que aquele calculado a partir das demonstrações em BR GAAP, devido ao incremento de 25% no saldo das Despesas Administrativas em IFRS, além do que o Resultado de Intermediação e Receitas de Serviços extraído das demonstrações em IFRS apresentou-se 14% menor que aquele extraído das demonstrações em BR GAAP. Em 2010, o índice ficou 43% maior quando calculado pelas demonstrações em IFRS, devido ao incremento de 40% no saldo das Despesas Administrativas em IFRS, principalmente na rubrica Despesas de Pessoal, inferindo-se que

isso tenha ocorrido devido às diferenças de métodos de reconhecimento utilizadas nos dois padrões contábeis em relação aos benefícios concedidos a empregados.

Em relação ao indicador Retorno sobre o Patrimônio Líquido, apenas a diferença entre padrões contábeis do grupo de contas Patrimônio Líquido se mostrou estatisticamente significativa, com nível de confiança de 99%.

O indicador Retorno sobre o Patrimônio Líquido apresentou resultado médio maior em IFRS do que em BR GAAP, porque o Resultado Líquido (numerador) divulgado nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 15,1% maior que aquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP, além do que o Patrimônio Líquido (denominador) divulgado nas demonstrações em IFRS apresentou valor 10,5% maior que aquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP (Tabela 18).

Ao se analisar o índice Retorno sobre o Patrimônio Líquido de cada banco (Apêndice N), constatou-se que em vários deles o valor foi maior em IFRS do que em BR GAAP, destacando-se nesse particular o Santander, o Pine, o Mercantil do Brasil e o Indusval.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido do Santander calculado em 2009 com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 184% maior que o valor apurado a partir das demonstrações em BR GAAP, devido ao incremento de 205% no Resultado Líquido em IFRS, em decorrência, principalmente, da reversão da amortização de ágio (Ativo Intangível) referente a aquisições e alienações de empresas. Isso porque em BR GAAP o ágio é amortizado sistematicamente durante 10 anos, enquanto em IFRS o ágio não é amortizado, mas apenas testado para se verificar se houve perda de valor recuperável, em obediência à norma IAS 38.

Em 2010, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido do Santander calculado a partir das demonstrações em IFRS apresentou-se 69% maior que o valor apurado com base nas demonstrações em BR GAAP. Isso porque o Resultado Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS apresentou-se 91% maior que o valor divulgado nas demonstrações em BR GAAP, além do que o Patrimônio Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS apresentou-se 13% maior que o valor divulgado nas demonstrações em BR GAAP. Esses incrementos no

Resultado Líquido e no Patrimônio Líquido deveram-se, principalmente, à reversão da amortização de ágio (IAS 38).

No Pine, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido calculado em 2009 com base nas demonstrações contábeis em IFRS apresentou-se 67% maior que o valor apurado a partir das demonstrações em BR GAAP, pelo fato de o Resultado Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS ter se apresentado 56% maior que o valor divulgado com base nas demonstrações em BR GAAP, por conta, principalmente, de ajuste nas demonstrações em IFRS, decorrente de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Isso ocorreu porque o banco baixou ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios em BR GAAP, mas, em obediência à norma IFRS 1, recompôs o registro desses ativos e vem reconhecendo no resultado em IFRS as receitas da época da cessão pelo período de vigência dos contratos.

Em 2010, o índice Retorno sobre o Patrimônio Líquido do Pine calculado a partir das demonstrações contábeis em IFRS ficou 39% superior ao valor apurado com base nas demonstrações em BR GAAP, pelo fato de o Resultado Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS apresentar valor 37% maior que aquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP, devido, principalmente, ao ajuste referente à cessão de créditos anteriormente comentado.

No Mercantil do Brasil, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido calculado em 2010 com base nas demonstrações em IFRS apresentou-se 52% maior que o valor apurado a partir das demonstrações em BR GAAP, pelo fato de o Resultado Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS apresentar valor 42% superior àquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP. Isso ocorreu, principalmente, devido a ajuste realizado nas demonstrações contábeis em IFRS referente à cessão de créditos, em obediência à norma IFRS 1, explicada anteriormente.

Enquanto isso no Indusval o índice Retorno sobre o Patrimônio Líquido calculado em 2009 a partir das demonstrações contábeis em IFRS ficou 51% maior que o valor calculado com base nas demonstrações em BR GAAP, pelo fato de o Resultado Líquido divulgado nas demonstrações em IFRS apresentar-se 58% superior ao valor divulgado nas demonstrações em BR GAAP, devido, principalmente, ao ajuste referente à aplicação de *impairment* para empréstimos e adiantamentos em IFRS. Isso ocorreu porque, em BR GAAP,

as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa são calculadas em função da previsibilidade de perdas futuras e tomando-se por base a classificação de risco definida pelo Bacen. Em IFRS, a IAS 39 estabelece que as perdas devem ser reconhecidas quando incorridas e que a política de risco deve ser definida pela empresa. Nesse contexto, as perdas por *impairment* reconhecidas em IFRS foram menores que aquelas reconhecidas em BR GAAP, afetando positivamente o Resultado Líquido do banco no padrão internacional.

4.2.5 Resultados globais e dos grupos de indicadores

Nos itens anteriores foram analisados os impactos da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros dos bancos analisados, revelando-se diferenças significativas em boa parte deles, em relação aos mesmos indicadores extraídos das demonstrações contábeis em BR GAAP, conforme demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19 – Impactos da adoção das IFRS sobre os indicadores econômico-financeiros

Indicador	Impacto em IFRS	Diferença Significativa? (Sim/Não)
<u>Grupo: Liquidez</u>		
Encaixe	Diminuiu	Não
Liquidez Imediata	Aumentou	Não
Participação dos Créditos	Aumentou	Sim
Participação dos Créditos Líquidos	Aumentou	Sim
<u>Grupo: Estrutura Patrimonial e de Captação</u>		
Relação Créditos/Depósitos	Aumentou	Não
Alavancagem	Diminuiu	Sim
Capitalização	Aumentou	Sim
Basileia	Diminuiu	Não
<u>Grupo: Qualidade da Carteira de Crédito</u>		
Inadimplência	Aumentou	Não
Créditos Vencidos Líquidos <i>versus</i> Patrimônio Líquido	Aumentou	Sim
<u>Grupo: Rentabilidade</u>		
Margem Financeira 1	Diminuiu	Não
Margem Financeira 2	Diminuiu	Não
Eficiência	Aumentou	Não
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Aumentou	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, dos 14 indicadores analisados, em apenas cinco as diferenças entre os dois padrões contábeis revelaram-se estatisticamente significantes.

Objetivando-se analisar se, no conjunto, cada grupo de indicadores apresentou diferenças significativas entre os valores em BRGAAP e em IFRS em cada um dos períodos analisados, foram realizados testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, optando-se pelo teste de postos de sinais de Wilcoxon, já que os dados não apresentaram distribuição normal.

A Tabela 20 reúne os resultados obtidos.

Tabela 20 – Impactos da adoção das IFRS sobre os grupos de indicadores, por período contábil

Grupo	Período	Z	P-valor
Liquidez	2009	-0,505	0,614
	2010	-1,801	0,072
	2009-2010	-1,646	0,100
Estrutura Patrimonial e de Captação	2009	-2,018	0,044
	2010	-0,461	0,645
	2009-2010	-1,615	0,106
Qualidade da Carteira de Crédito	2009	-2,090	0,037
	2010	-2,128	0,033
	2009-2010	-3,054	0,002
Rentabilidade	2009	-0,914	0,361
	2010	-0,106	0,915
	2009-2010	-0,491	0,623

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes revelaram que em 2010, assim como no biênio 2009-2010, a adoção das IFRS revelou diferenças significativas no grupo Liquidez, com nível de confiança de 90% (Tabela 20). Como visto no item 4.2.1, as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS pelos bancos pesquisados evidenciam liquidez menor que as demonstrações preparadas em BR GAAP.

Por outro lado, a Estrutura Patrimonial e de Captação também sofreu impactos com a adoção da IFRS, já que os bancos analisados se mostraram menos alavancados e mais

capitalizados (item 4.2.2), embora no conjunto apenas em 2009 as diferenças tenham se revelado estatisticamente significantes, com nível de confiança de 95% (Tabela 20).

No grupo Qualidade da Carteira de Crédito também foram encontradas diferenças estatisticamente significantes em todos os períodos analisados, com nível de confiança de 95% (Tabela 20), cujos resultados revelaram que a qualidade da carteira de crédito dos bancos da pesquisa se mostrou menor pelas práticas contábeis internacionais (item 4.2.3).

As diferenças encontradas no grupo Rentabilidade não se mostraram significativas em nenhum dos períodos analisados (Tabela 20).

Embora os resultados entre padrões contábeis evidenciados por cada indicador e cada grupo de indicadores tenham revelado informações importantes sobre os impactos da adoção das IFRS pelos bancos da pesquisa, os testes de diferenças de médias também foram realizados para todo o conjunto de indicadores, em cada período analisado, procurando-se atestar a confirmação ou rejeição da hipótese H_1 , de que os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas preparadas segundo o padrão contábil brasileiro e também de acordo com as IFRS, apresentam diferenças significativas na comparação entre esses dois padrões.

Como não apresentaram distribuição normal, os dados foram submetidos ao teste dos postos com sinais de Wilcoxon, cujos resultados podem ser vistos na Tabela 21.

Tabela 21 – Impactos da adoção das IFRS sobre o conjunto indicadores, por período contábil

Período	Z	P-valor
2009	-1,013	0,311
2010	-1,239	0,215
2009-2010	-0,348	0,728

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes não revelaram diferenças significativas para o conjunto de indicadores, seja isoladamente a cada ano, seja investigando-se conjuntamente o biênio 2009-2010, razão por que a hipótese H_1 foi rejeitada.

4.2.6 Normas contábeis responsáveis pelos ajustes em IFRS

O presente estudo investigou e analisou a extensão dos impactos causados pela utilização das normas internacionais de contabilidade pelos bancos pesquisados. Muitas das diferenças constatadas em grupos de contas, na comparação entre os padrões contábeis nacional e internacional, foram associadas aos respectivos normativos que disciplinaram o assunto, de modo a se detectar aqueles que mais influenciaram a ocorrência dessas diferenças.

Este tópico mostra o resultado de pesquisa das normas internacionais mais citadas, feita a partir de um instrumento específico, contido nas Notas Explicativas das demonstrações contábeis em IFRS: os relatórios de reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido.

Esses relatórios trazem informações relevantes sobre os ajustes que produziram diferenças entre as demonstrações contábeis em BR GAAP e aquelas em IFRS. Neles, os bancos apresentam os tipos de ajuste implementados, os seus impactos sobre o Patrimônio Líquido e sobre o Resultado Líquido em IFRS e também, em alguns casos, informam as normas que serviram de embasamento para implementação da medida.

Utilizando-se a Análise de Conteúdo, foram apurados, para cada ajuste, com relação a cada banco, a quantidade de vezes que as normas foram mencionadas nas notas explicativas ou identificadas pelo pesquisador, bem como os seus efeitos sobre os saldos das contas.

A Tabela 22 mostra os ajustes realizados em 2009 e 2010 que afetaram os valores de Patrimônio Líquido nos bancos pesquisados, como também indica as normas internacionais que embasaram a sua implementação.

Tabela 22 – Ajustes realizados nos valores de Patrimônio Líquido dos bancos e normas internacionais correspondentes

Descrição do ajuste	Efeitos sobre os saldos		Norma correspondente	Nº de citações da norma		
	Nº de aumentos	Nº de reduções		Mencionadas pelos bancos	Identificadas pelo pesquisador	Total
Impairment de instrumentos financeiros	13	2	IAS 39	9	5	14
Impostos sobre ajustes	4	9	IAS 12	5	8	13
Valor justo de instrumentos financeiros	9	2	IAS 39	3	7	10
Venda/cessão de ativos financeiros	3	6	IAS 39	4	4	8
Taxa efetiva de juros	4	4	IAS 39	6	2	8
Provisão para dividendos não declarados	3	-	IAS 10	2	1	3
Valor justo de captações externas	-	3	IAS 39 / IAS 21	-	3	3
Combinações de negócios: ágio sobre investimentos	3	-	IFRS 3 / IAS 38	3	-	3
Ajustes no imobilizado	3	-	IAS 8 / IAS 16	-	3	3
Prêmios de CDB vinculados a bônus de subscrição	1	1	IAS 39	2	-	2
Benefícios a empregados	-	2	IAS 19	1	1	2
Estorno de rendas a apropriar de operações atrasadas	1	-	IAS 39	-	1	1
Reversão de reserva de reavaliação de imóveis	1	-	IFRS 1	1	-	1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos relatórios de reconciliação das Notas Explicativas.

Como visto na Tabela 22, foram implementados 13 tipos de ajuste, com base em 10 diferentes normas, os quais produziram impactos nos valores de Patrimônio Líquido em IFRS. A IAS 39 se destacou como a norma mais citada, com 46 referências, seguida pela IAS 12, com 13 registros.

A constatação de que a IAS 39 foi a norma mais citada e a que mais embasou ajustes nos valores de Patrimônio Líquido corrobora o pensamento de Mourad e Paraskevopoulos (2010b), que consideram mais relevantes para as instituições financeiras, em termos de IFRS, os itens amparados pela IAS 39, já que tratam do reconhecimento e mensuração dos principais itens de negociação dos bancos: os instrumentos financeiros.

Quanto aos efeitos sobre os valores de Patrimônio Líquido, em 45 casos os ajustes geraram incremento no Patrimônio Líquido em IFRS, e em outros 29 os ajustes provocaram redução nesse grupo de contas (houve casos em que o mesmo tipo de ajuste

provocou redução em um exercício e incremento no seguinte, razão pela qual a soma do número de aumentos com o número de reduções, algumas vezes, foi maior que o total de citações da norma).

As normas que mais influenciaram a geração de incrementos no Patrimônio Líquido foram a IAS 39, que trata do reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros; a IAS 12, que trata de impostos; a IAS 10, que disciplina os eventos após o período de relatório; a IFRS 3, que trata de combinações de negócios; a IAS 38, referente aos ativos intangíveis; a IAS 8, que disciplina as políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros; e a IAS 16, que trata do ativo imobilizado.

Já as normas que mais influenciaram a geração de reduções no Patrimônio Líquido foram a IAS 39 e a IAS 12, seguidas da IAS 21, que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.

Dentre os ajustes implementados pelos bancos, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o mais recorrente (15 vezes) e também o que gerou mais incrementos no Patrimônio Líquido (13), implicando que em 87% dos casos o reconhecimento de perdas nos instrumentos financeiros foi menor em IFRS do que em BR GAAP.

A propósito, a constituição de perdas sobre operações de crédito e de arrendamento mercantil pelo padrão contábil brasileiro é regida pela Resolução nº 2.682/1999, do Bacen, que estabelece critérios mínimos de provisionamento, responsabilizando os “[...] administradores das instituições pela constituição de provisões em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos” (BACEN, 1999, p. 4). Assim, caso o montante de provisões calculado a partir dos parâmetros mínimos estabelecidos pelo Bacen sejam inferiores à probabilidade de perdas, o banco deve realizar a complementação das provisões.

Isso posto, já que em IFRS a IAS 39 deixa para a empresa a responsabilidade de definir sua própria política contábil de reconhecimento de perdas, a contabilização de montante superior de perdas em IFRS ensejaria desobediência à norma do Bacen, por não haverem sido reconhecidas em montante suficiente as perdas em BR GAAP.

Dessa forma, a singularidade dessas normas leva, via de regra, ao reconhecimento de perdas por *impairment* menores nas demonstrações em IFRS, com consequente aumento do Resultado Líquido e do Patrimônio Líquido.

Outro ajuste bastante utilizado pelos bancos foi o Valor justo de instrumentos financeiros (11 vezes), que na maioria dos casos gerou incremento no Patrimônio Líquido (9 vezes). Esses ajustes foram realizados, principalmente, por conta de mensuração a valor justo dos ativos financeiros reconhecidos como Disponíveis para Venda, cujos efeitos são registrados em conta de reservas no Patrimônio Líquido.

Em relação aos ajustes que afetaram o Resultado Líquido, muitos deles também afetaram o Patrimônio Líquido, embora com frequências e efeitos diferentes. A Tabela 23 mostra os ajustes realizados em 2009 e 2010 que afetaram o Resultado Líquido dos bancos pesquisados, bem como informa as normas internacionais que embasaram a sua implementação.

Tabela 23 – Ajustes realizados no Resultado do Exercício dos bancos e normas internacionais correspondentes

Descrição do ajuste	Efeitos sobre saldos		Norma correspondente	Nº de citações da norma		
	Nº de aumentos	Nº de reduções		Mencionadas pelos Bancos	Identificadas pelo pesquisador	Total
Impairment de instrumentos financeiros	9	9	IAS 39	9	5	14
Impostos sobre ajustes	5	9	IAS 12	5	7	12
Valor justo de instrumentos financeiros	7	5	IAS 39	5	4	9
Venda/cessão de ativos financeiros	5	5	IAS 39	4	5	9
Taxa efetiva de juros	5	4	IAS 39	5	2	7
Valor justo de captações externas	-	3	IAS 39 / IAS 21	-	3	3
Combinações de negócios: ágio sobre investimentos	3	2	IFRS 3 / IAS 38	3	-	3
Ajustes no imobilizado	3	-	IAS 8 / IAS 16	-	3	3
Benefícios a empregados	1	2	IAS 19	1	1	2
Prêmios de CDB vinculados a bônus	-	1	IAS 39	1	-	1
subscrição	-	1	IAS 39	1	-	1
Estorno de rendas a apropriar de operações	-	1	IAS 39	-	1	1
atrasadas	1	1	IAS 39	-	1	1
Provisão para gastos com associações	-	1	IAS 19 / IAS 37	1	-	1
Variações cambiais de investimentos no exterior	1	-	IAS 21	1	-	1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos relatórios de reconciliação das Notas Explicativas.

Como visto na Tabela 23, foram implementados 13 tipos de ajuste, com base em 9 diferentes normas, os quais produziram impactos no Resultado Líquido em IFRS. A IAS 39 foi a norma mais citada, com 44 referências, seguida pela IAS 12, com 12 registros.

Quanto aos efeitos sobre o Resultado Líquido, em 40 casos os ajustes geraram incremento no Resultado Líquido em IFRS; e em outros 42 os ajustes provocaram redução nesse grupo de contas (houve casos em que o mesmo tipo de ajuste provocou redução em um exercício e incremento no seguinte, razão pela qual a soma do número de aumentos com o número de reduções, algumas vezes, foi maior que o total de citações da norma).

As normas que mais influenciaram a geração de incrementos no Resultado Líquido foram a IAS 39, a IAS 12, a IFRS 3, a IAS 38, a IAS 8 e a IAS 16. Já as normas que mais influenciaram a geração de reduções no Resultado Líquido foram a IAS 39, a IAS 12 e a IAS 21.

Dentre os ajustes realizados pelos bancos, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o mais recorrente (18 vezes), seguido pelos Impostos sobre os ajustes (14) e pelo Valor justo de instrumentos financeiros (12).

4.3 Impactos sobre o nível de conservadorismo das demonstrações contábeis

O estudo sobre o nível de conservadorismo das demonstrações contábeis em IFRS, em comparação com as demonstrações contábeis produzidas em BR GAAP, foi realizado aplicando-se o Índice de Conservadorismo (IC), desenvolvido por Gray (1980) sobre o Resultado Líquido e o Patrimônio Líquido nos bancos da pesquisa.

Antes, porém, procedeu-se a uma análise do comportamento dessas contas nas demonstrações elaboradas segundo cada um dos dois padrões contábeis. Uma visão sintética do comportamento do Resultado Líquido nos bancos é apresentada na Tabela 24, que traz a estatística descritiva dessa conta em cada período analisado.

Tabela 24 – Estatística descritiva para Resultado Líquido, por período analisado – Valores em milhares de reais

Período	Padrão Contábil	Número de Observações	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Médio	Desvio-padrão
2009	BR GAAP	10	12.778	10.148.111	2.084.894	3.758.552
	IFRS	10	20.198	13.479.390	2.817.354	4.733.987
2010	BR GAAP	17	-29.455	13.322.963	2.429.803	4.543.956
	IFRS	17	-68.836	12.493.000	2.570.985	4.531.655
2009-2010	BR GAAP	27	-29.455	13.322.963	2.302.059	4.198.214
	IFRS	27	-68.836	13.479.390	2.662.233	4.517.710

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode ver, em média os bancos da amostra apresentaram Resultado Líquido maior em IFRS em todos os períodos analisados. Quanto aos mínimos e máximos, os valores em IFRS também foram maiores em 2009. Já em 2010, esses valores foram menores em IFRS, por conta dos resultados do Cruzeiro do Sul (valores mínimos), cujo prejuízo evidenciado em suas demonstrações foi ainda maior em IFRS, e dos resultados do Itaú (valores máximos), cujo lucro foi menor no padrão internacional. Já em relação ao desvio-padrão, chama a atenção o fato de apresentar valores bem maiores que os valores médios em todos os períodos, em decorrência das grandes diferenças de Resultado Líquido apresentadas pelos bancos, influenciadas pela diferença de portes das instituições.

Em 2009, foi observado Resultado Líquido maior em IFRS em oito dos dez bancos analisados. Os dados são apresentados em ordem crescente de Diferença (Tabela 25).

Tabela 25 – Resultado Líquido por banco no exercício de 2009 – Valores em milhares de reais

Banco	Valor em BR GAAP	Valor em IFRS	Diferença (%)
Bicbanco	318.204	212.462	-33
Alfa de Investimentos	76.783	74.552	-3
ABC Brasil	151.154	152.469	1
Bradesco	8.012.282	8.300.843	4
Banestes	131.163	148.993	14
Banco do Brasil	10.148.111	13.479.390	33
Cruzeiro do Sul	107.479	144.127	34
Pine	85.086	132.537	56
Indusval	12.778	20.198	58
Santander	1.805.899	5.507.964	205

Fonte: Dados da pesquisa.

O *Impairment* de instrumentos financeiros foi o ajuste que mais afetou positivamente o Resultado Líquido de quatro bancos, em termos de valores (Banco do Brasil, Banestes, Bradesco e Indusval), seguido pela Venda/cessão de ativos financeiros (ABC Brasil e Pine), pela Taxa efetiva de juros (Cruzeiro do Sul) e pelas Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander).

Com relação aos bancos que apresentaram Resultado Líquido menor em IFRS, o ajuste que mais afetou negativamente o resultado do Bicbanco e do Alfa de Investimentos, em termos de valores, também foi o *Impairment* de instrumentos financeiros, ressaltando-se a importância desse tipo de ajuste como gerador de impactos sobre o Resultado Líquido nos bancos em IFRS.

Já em 2010, dos 17 bancos analisados, sete apresentaram Resultado Líquido maior em IFRS, oito apresentaram Resultado Líquido menor nesse padrão e em dois deles não se observou diferença significativa. Os dados são mostrados em ordem crescente de Diferença (Tabela 26).

Tabela 26 – Resultado Líquido por banco no exercício de 2010 – Valores em milhares de reais

Banco	Valor em BR GAAP	Valor em IFRS	Diferença (%)
Cruzeiro do Sul	-29.455	-68.836	-134
Banestes	167.023	142.175	-15
Bicbanco	348.686	295.088	-15
Daycoval	274.695	249.172	-9
Indusval	29.009	26.409	-9
Alfa de Investimentos	82.078	76.849	-6
Itaú	13.322.963	12.493.000	-6
Banco do Brasil	11.703.165	11.330.345	-3
ABC Brasil	202.224	202.757	-
Bradesco	10.021.673	10.052.193	-
Banrisul	741.242	760.253	3
Sofisa	76.031	80.095	5
Banese	54.500	68.091	25
Banco de Brasília	196.041	263.142	34
Pine	118.270	162.073	37
Mercantil do Brasil	135.212	191.366	42
Santander	3.863.298	7.382.574	91

Fonte: Dados da pesquisa.

O *Impairment* de instrumentos financeiros foi o ajuste que mais afetou positivamente o Resultado Líquido de três bancos, em termos de valores (Banco de Brasília, Banese e Sofisa), seguido pela Venda/cessão de ativos financeiros (Mercantil do Brasil e Pine), pelas Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander) e pelos Ajustes no imobilizado (Banrisul).

Dentre os bancos que apresentaram Resultado Líquido menor em IFRS no ano 2010, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou negativamente a situação de quatro bancos, em termos de valores (Alfa de Investimentos, Banestes, Indusval e Itaú), seguido pelo Valor justo de instrumentos financeiros (Bicbanco), pela Venda/cessão de ativos financeiros (Daycoval), pelo Valor justo de captações externas (Cruzeiro do Sul) e pelas Combinações de negócios: alocação do preço de compra (Banco do Brasil).

Como já comentado no item 4.2.6, o reconhecimento de perdas por *Impairment* de instrumentos financeiros maiores em IFRS do que em BR GAAP enseja desobediência à Resolução nº 2.682/1999, do Bacen, que determina o reconhecimento de perdas suficientes para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos, nas demonstrações em BR GAAP.

Nos casos do Alfa de Investimentos, do Banestes, do Indusval e do Itaú em 2010, o *Impairment* de instrumentos financeiros não só foi maior em IFRS, como se destacou como o ajuste mais representativo em termos de valor para a formação do Resultado Líquido menor desses bancos no padrão internacional.

Em relação ao Patrimônio Líquido, também utilizado para cálculo do IC, os valores apresentados pelos bancos foram ajustados, retirando-se os efeitos das transações derivadas dos acionistas, como já comentado ao se tratar da metodologia da pesquisa. A Tabela 27 contém a estatística descritiva desse grupo de contas em cada período analisado.

Tabela 27 – Estatística descritiva para Patrimônio Líquido, por período analisado – Valores em milhares de reais

Período	Padrão Contábil	Número de Observações	Valor Mínimo	Valor Máximo	Valor Médio	Desvio-padrão
2009	BR GAAP	10	432.694	64.492.693	14.971.314	23.665.386
	IFRS	10	452.183	69.266.743	16.163.122	25.449.871
2010	BR GAAP	17	180.800	64.850.978	14.100.358	24.313.235
	IFRS	17	203.793	73.363.394	15.373.633	26.708.467
2009-2010	BR GAAP	27	180.800	64.850.978	14.422.934	23.618.250
	IFRS	27	203.793	73.363.394	15.666.036	25.755.256

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, em média os bancos da amostra apresentaram Patrimônio Líquido maior em IFRS em todos os períodos analisados, o mesmo ocorrendo com valores mínimos, máximos e desvio-padrão.

Em 2009, o Patrimônio Líquido apresentou-se maior no padrão internacional em nove dos 10 bancos analisados. Os dados são mostrados em ordem crescente de Diferença (Tabela 28).

Tabela 28 – Patrimônio Líquido por banco no exercício de 2009 – Valores em milhares de reais

Banco	Valor em BR GAAP	Valor em IFRS	Diferença (%)
Pine	825.212	769.566	-7
Bicbanco	1.766.422	1.783.919	1
ABC Brasil	1.218.441	1.255.792	3
Bradesco	42.551.426	44.646.707	5
Indusval	432.694	452.183	5
Banestes	665.239	706.189	6
Santander	64.492.693	69.266.743	7
Alfa de Investimentos	980.518	1.089.387	11
Banco do Brasil	36.119.406	40.521.337	12
Cruzeiro do Sul	661.089	1.139.394	72

Fonte: Dados da pesquisa.

O *Impairment* de instrumentos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou positivamente o Patrimônio Líquido em IFRS de cinco bancos, em termos de valores (ABC Brasil, Banco do Brasil, Banestes, Bicbanco e Indusval), seguido pelo Valor justo de instrumentos financeiros (Bradesco e Cruzeiro do Sul), pela Taxa efetiva de juros (Alfa de Investimentos) e pelas Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander).

Já o Pine foi o único banco da pesquisa a apresentar Patrimônio Líquido menor em IFRS no ano 2009, tendo como principal ajuste a Venda/cessão de ativos financeiros, cujo valor foi o que mais afetou negativamente o Patrimônio Líquido do banco em IFRS.

Por outro lado, 13 dos 17 bancos analisados apresentaram Patrimônio Líquido maior em IFRS no ano 2010, três apresentaram valor menor nesse padrão e em um não se observou diferença significativa. Os dados são mostrados em ordem crescente de Diferença (Tabela 29).

Tabela 29 – Patrimônio Líquido por banco no exercício de 2010 – Valores em milhares de reais

Banco	Valor BR GAAP	Valor IFRS	Diferença (%)
Mercantil do Brasil	673.179	625.294	-7
Bicbanco	1.954.859	1.915.959	-2
Pine	867.132	855.290	-1
Daycoval	1.777.820	1.779.823	-
Sofisa	770.870	774.934	1
Banestes	790.151	803.639	2
ABC Brasil	1.347.918	1.385.801	3
Banco de Brasília	794.387	816.289	3
Banrisul	3.856.918	3.995.565	4
Indusval	426.425	443.268	4
Bradesco	48.514.386	51.158.565	6
Banco do Brasil	50.440.683	54.418.936	8
Itaú	60.878.545	66.635.000	9
Alfa de Investimentos	1.042.549	1.145.248	10
Banese	180.800	203.793	13
Santander	64.850.978	73.363.394	13
Cruzeiro do Sul	538.488	1.030.968	91

Fonte: Dados da pesquisa.

Mais uma vez, o *Impairment* de instrumentos financeiros foi o principal tipo de ajuste em termos de valores, afetando positivamente o Patrimônio Líquido de oito bancos (ABC Brasil, Banco do Brasil, Banese, Banestes, Banrisul, Indusval, Itaú e Sofisa), seguido pelos Impostos sobre ajustes (Alfa de Investimentos e Banco de Brasília), pelo Valor justo de instrumentos financeiros (Cruzeiro do Sul) e pelas Combinações de negócios: ágio sobre investimentos (Santander). O Bradesco, apesar de apresentar Patrimônio Líquido maior em IFRS, não divulgou relatório de reconciliação referente a 2010, motivo pelo qual não se pôde identificar o ajuste mais representativo em termos de valores.

Dentre os bancos que apresentaram Patrimônio Líquido menor em IFRS no ano 2010, a Venda/cessão de ativos financeiros foi o tipo de ajuste que mais afetou negativamente o resultado de dois bancos (Mercantil do Brasil e Pine), seguido pelo Valor justo de instrumentos financeiros (Bicbanco).

Como já visto, os valores de Resultado Líquido e Patrimônio Líquido revelados pelos bancos nas demonstrações contábeis produzidas em BG GAAP e em IFRS apresentaram diferenças expressivas. Assim, fez-se necessário investigar a significância estatística dessas diferenças.

Os dados foram inicialmente submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, para se verificar se apresentavam distribuição normal, o que não se confirmou. Em seguida, foram aplicados testes de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas, sobre os dados referentes a Resultado Líquido, a Patrimônio Líquido e a todo o conjunto, para se investigar a existência de diferenças significativas, utilizando-se o teste dos postos com sinais de Wilcoxon, cujos resultados são exibidos na Tabela 30.

Tabela 30 – Impactos da adoção das IFRS sobre Resultado Líquido, Patrimônio Líquido e sobre o conjunto de dados (Resultado Líquido e Patrimônio Líquido)

Item	Nº de observações	Z	P-valor
Resultado Líquido	27	-1,249	0,212
Patrimônio Líquido	27	-3,484	0,000
Conjunto de dados	54	-3,474	0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes revelaram diferenças significativas, com nível de confiança de 99%, entre os valores de Patrimônio Líquido apurados em BR GAAP e em IFRS, compreendendo 27 observações de cada padrão contábil, bem como entre os valores do conjunto de dados de Resultado Líquido e Patrimônio Líquido da amostra, totalizando 54 observações de cada padrão.

Na sequência, passou-se a calcular o IC de cada banco referente a Resultado Líquido (IC_{RL}) e a Patrimônio Líquido (IC_{PL}), com o objetivo de se averiguar se as

demonstrações contábeis produzidas em BR GAAP se apresentavam mais conservadoras que aquelas elaboradas em IFRS.

Saliente-se que o IC inferior a 1,00 indica que as normas contábeis brasileiras utilizadas pelos bancos geram Resultado Líquido menor ou Patrimônio Líquido menor em comparação com aqueles produzidos segundo as IFRS, sendo, pois, consideradas mais conservadoras.

A estatística descritiva do IC_{RL}, do IC_{PL} e do conjunto de ICs em cada um dos períodos analisados encontra-se disposta na Tabela 31.

Tabela 31 – Estatística descritiva dos ICs por período analisado

IC	Período	Nº de observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
IC _{RL}	2009	10	0,33	1,50	0,85	0,3108
	2010	17	0,52	1,57	0,98	0,2386
	2009-2010	27	0,33	1,57	0,93	0,2702
IC _{PL}	2009	10	0,58	1,07	0,92	0,1293
	2010	17	0,52	1,08	0,94	0,1184
	2009-2010	27	0,52	1,08	0,93	0,1204
Conjunto (IC _{RL} e IC _{PL})	2009	20	0,33	1,50	0,88	0,2346
	2010	34	0,52	1,57	0,96	0,1869
	2009-2010	54	0,33	1,57	0,93	0,2072

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, todos os ICs médios apresentaram valor inferior a 1,00, sinalizando maior conservadorismo das demonstrações contábeis em BR GAAP, embora os valores máximos apontem para a existência de bancos com IC maior que 1,00.

O IC_{RL} médio apresentou valores inferiores a 1,00 nos três períodos analisados, sendo 0,85 em 2009, 0,98 em 2010 e 0,93 no biênio 2009-2010, demonstrando-se consistência na geração de resultados menores em BR GAAP em todos os períodos analisados. Entretanto, como os valores de Resultado Líquido não apresentaram diferenças significativas (Tabela 30), não se pode afirmar que as demonstrações contábeis em BR GAAP são mais conservadoras que as demonstrações em IFRS, avaliando-se isoladamente pelo prisma dessa conta.

Do mesmo modo, o IC_{PL} médio apresentou valor inferior a 1,00 em todos os períodos analisados, sendo 0,92 em 2009, 0,94 em 2010 e 0,93 no biênio 2009-2010, podendo-se afirmar, pelo prisma do Patrimônio Líquido, que as demonstrações contábeis em BR GAAP são mais conservadoras que as demonstrações em IFRS, já que a comparação desse grupo de contas nos dois padrões contábeis revelou diferenças significativas (Tabela 30).

Todavia, para se testar a hipótese H_2 , foram realizados testes estatísticos considerando-se todo o conjunto de ICs, constatando-se também que em todos os períodos analisados o IC médio foi inferior a 1,00, sendo 0,88 em 2009, 0,96 em 2010 e 0,93 no biênio 2009-2010. Como os testes detectaram a ocorrência de diferenças significativas no conjunto de dados formado pelos valores de Resultado Líquido e Patrimônio Líquido dos bancos da pesquisa (Tabela 30), pode-se afirmar que as demonstrações contábeis elaboradas em BR GAAP são mais conservadoras que quando produzidas segundo as IFRS para a amostra pesquisada, confirmando-se, assim, a hipótese H_2 .

Esse resultado corrobora aquele encontrado por Castro (2011), que, após investigar os efeitos no nível de conservadorismo contido nas demonstrações contábeis de 55 empresas que divulgaram seus resultados em BR GAAP e em IFRS entre 2005 e 2009, concluiu que as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão brasileiro são mais conservadoras que aquelas elaboradas segundo o padrão internacional. Outras pesquisas, como as de Cia, Santos e Cia (2008) e Santos e Calixto (2009), também confirmaram que as demonstrações contábeis preparadas segundo o padrão brasileiro se mostraram mais conservadoras que quando elaboradas em IFRS ou US GAAP.

Observa-se, portanto, que a qualidade informacional atribuída às IFRS não determina seu nível de conservadorismo frente a outras normas, medido a partir dos valores de Resultado Líquido e de Patrimônio Líquido, porquanto outros fatores exercem influência na sua mensuração e divulgação. No caso brasileiro, Cia, Santos e Cia (2008) ponderam ser provável que o caráter conservador observado nas práticas contábeis brasileiras se deva à primazia do objetivo de minimizar desembolsos fiscais sobre o objetivo de informar ao investidor.

Há, de fato, uma diferença relevante de propósitos, no caso do Brasil, em relação à divulgação das demonstrações contábeis nos dois padrões em estudo. As demonstrações em BR GAAP servem de insumo para o recolhimento de tributos e para a remuneração dos acionistas, maximizando-se a utilidade da aplicação do conservadorismo pelo administrador, que, ao usar seu poder discricionário, minimiza desembolsos ao fisco e aos acionistas, capitalizando a empresa. Enquanto isso, as demonstrações em IFRS, por sua vez, fornecem uma visão detalhada da situação da empresa pela ótica das práticas internacionais de contabilidade, mas não interferem no cálculo dos tributos e dos dividendos pagos aos acionistas, resultando na produção de demonstrações contábeis mais isentas de discricionariade.

Objetivando-se conhecer com mais detalhes o comportamento dos ICs, a Tabela 32 traz o IC_{RL} de 2009 e de 2010 por banco, dispostos em ordem crescente de IC_{RL} 2010.

Tabela 32 – IC_{RL} dos bancos pesquisados – 2009/2010

Banco	IC _{RL} 2009	IC _{RL} 2010
Santander	0,33	0,52
Mercantil do Brasil		0,71
Pine	0,64	0,73
Banco de Brasília		0,75
Banese		0,80
Sofisa		0,95
Banrisul		0,97
Bradesco	0,97	1,00
ABC Brasil	0,99	1,00
Banco do Brasil	0,75	1,03
Alfa de Investimentos	1,03	1,07
Itaú		1,07
Indusval	0,63	1,10
Daycoval		1,10
Banestes	0,88	1,17
Bicbanco	1,50	1,18
Cruzeiro do Sul	0,75	1,57

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 32, sete bancos apresentaram em 2010 Resultado Líquido menor em BR GAAP do que em IFRS (IC_{RL} inferior a 1,00), e oito deles apresentaram Resultado Líquido menor em IFRS (IC_{RL} superior a 1,00), enquanto dois bancos

(Bradesco e ABC Brasil) apresentaram resultados iguais nos dois padrões contábeis (IC_{RL} igual a 1,00).

O Santander apresentou o menor IC_{RL} em 2010 (0,52), significando que o seu Resultado Líquido evidenciado em BR GAAP representou apenas 52% daquele apurado em IFRS. No outro extremo, o Cruzeiro do Sul obteve o maior IC_{RL} em 2010 (1,57), revelando que o Resultado Líquido produzido em IFRS foi 57% maior que aquele divulgado nas demonstrações em BR GAAP.

Analisando-se os IC_{RL} dos dez bancos que divulgaram as demonstrações com base em 2009 e em 2010, verifica-se que em nove deles o IC_{RL} de 2010 foi maior que o de 2009. O mesmo comportamento foi apresentado pelos IC_{RL} médios de todos os bancos da amostra (Tabela 31). Em 2009, o IC_{RL} médio foi de 0,85, significando que as demonstrações em BR GAAP produziram resultados equivalentes a 85% dos resultados apresentados em IFRS, enquanto que em 2010 o IC_{RL} médio ficou em 0,98, implicando que os resultados em BR GAAP corresponderam a 98% dos resultados em IFRS.

Acerca da maior proximidade entre os resultados médios divulgados no ano 2010 (IC_{RL} igual a 0,98), em comparação com os resultados médios divulgados em 2009 (IC_{RL} igual a 0,85), pesquisa realizada por Laguna e Romero (2007) revelou que as empresas que adotavam as normas internacionais há mais tempo produziam menos ajustes que as demais. O estudo constatou também que ao longo do período analisado o Patrimônio Líquido e o Resultado Líquido se mostraram mais homogêneos, na comparação entre os dois padrões.

Assim, é possível que as demonstrações contábeis produzidas segundo padrões contábeis diferentes guardem maior similaridade ao longo do tempo, embora a confirmação dessa possibilidade requeira estudos específicos sobre o tema.

Em relação aos ICs calculados em função do Patrimônio Líquido (IC_{PL}), a Tabela 33 mostra os resultados de cada banco em 2009 e 2010, dispostos em ordem crescente de IC_{PL} 2010.

Tabela 33 – IC_{PL} dos bancos pesquisados – 2009/2010

Banco	IC_{PL} 2009	IC_{PL} 2010
Cruzeiro do Sul	0,58	0,52
Santander	0,93	0,88
Banese		0,89
Alfa de Investimentos	0,90	0,91
Itaú		0,91
Banco do Brasil	0,89	0,93
Bradesco	0,95	0,95
Indusval	0,96	0,96
Banrisul		0,97
ABC Brasil	0,97	0,97
Banco de Brasília		0,97
Banestes	0,94	0,98
Sofisa		0,99
Daycoval		1,00
Pine	1,07	1,01
Bicbanco	0,99	1,02
Mercantil do Brasil		1,08

Fonte: Dados da pesquisa.

Analogamente ao que ocorre com o IC_{RL}, o IC_{PL} inferior a 1,00 indica que as normas contábeis brasileiras voltadas para os bancos geram Patrimônio Líquido menor que aquele produzido segundo as IFRS, inferindo-se que aquelas sejam mais conservadoras.

Os dados da Tabela 33 indicam que 13 dos 17 bancos analisados apresentaram em 2010 Patrimônio Líquido menor em BR GAAP do que em IFRS (IC_{PL} inferior a 1,00) e 3 apresentaram Patrimônio Líquido menor em IFRS (IC_{PL} superior a 1,00), enquanto um banco (Daycoval) apresentou Patrimônio Líquido igual nos dois padrões contábeis.

O Cruzeiro do Sul apresentou o menor IC_{PL} em 2010 (0,52), significando que o Patrimônio Líquido apurado em BR GAAP correspondeu a apenas 52% do valor divulgado em IFRS. No outro extremo, o Mercantil do Brasil apresentou o maior IC_{PL} em 2010 (1,08), revelando que o Patrimônio Líquido divulgado em IFRS foi 8% maior que o valor apurado nas demonstrações em BR GAAP.

Analisando-se os IC_{PL} dos dez bancos que divulgaram as demonstrações com base em 2009 e 2010, verifica-se que em quatro deles o IC_{PL} de 2010 foi maior que o de 2009, enquanto em três bancos o IC_{PL} de 2010 foi menor que o de 2009. O conjunto dos bancos da

amostra (Tabela 31) registrou IC_{PL} médio de 0,92 em 2009, significando que as demonstrações em BR GAAP produziram valores de Patrimônio Líquido equivalentes a 92% daqueles apresentados em IFRS, enquanto o IC_{PL} médio de 2010 ficou em 0,94, implicando que os valores de Patrimônio Líquido em BR GAAP corresponderam a 94% daqueles apurados em IFRS.

Constatou-se também uma maior aproximação dos valores de Patrimônio Líquido entre os dois padrões contábeis no ano 2010 (IC_{PL} igual a 0,94), em relação ao ano 2009 (IC_{PL} igual a 0,92), reforçando a possibilidade de que as demonstrações contábeis produzidas segundo padrões contábeis diferentes guardem maior similaridade ao longo do tempo.

5 CONCLUSÃO

No contexto envolvendo o processo de harmonização contábil em âmbito mundial e a convergência do padrão brasileiro ao padrão internacional, a determinação do Banco Central obrigando as instituições financeiras em atividade no Brasil a divulgar as demonstrações consolidadas também em IFRS a partir de 2010 tornou oportuna a realização de análises comparativas dos dois padrões.

Afinal, a adoção de um novo padrão implica mudanças nas formas de mensuração e reconhecimento de fatos contábeis, gerando impactos qualitativos e quantitativos nas informações divulgadas. Por isso, este estudo teve como propósito responder à seguinte questão: Quais os impactos da adoção das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira dos bancos listados na BM&FBovespa?

Para responder a essa questão, foram consultados documentos contendo dados e informações referentes aos bancos listados na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas de 2010 nos dois padrões.

Assim, foram selecionados 14 indicadores econômico-financeiros, distribuídos em quatro grupos, na forma a saber: Liquidez – Encaixe, Liquidez Imediata, Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos; Estrutura Patrimonial e de Captação – Relação Créditos/Depósitos, Alavancagem, Capitalização e Basileia; Qualidade da Carteira de Crédito – Inadimplência e Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido; e Rentabilidade – Margem Financeira 1, Margem Financeira 2, Eficiência e Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Dessa forma, procurou-se identificar os impactos da adoção das IFRS nesses indicadores; investigar os principais grupos de contas que produziram alterações nos indicadores na comparação entre os dois padrões contábeis; identificar as normas que mais influenciaram a ocorrência das alterações; e averiguar a significância das diferenças nos indicadores e grupos de contas divulgados segundo os dois padrões contábeis.

Investigou-se também se as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS apresentavam atributos de qualidade diferentes daqueles evidenciados no padrão contábil

brasileiro. Para tanto, aplicou-se o Índice de Conservadorismo de Gray (GRAY, 1980) ao Resultado Líquido e ao Patrimônio Líquido apresentados pelos bancos, procurando-se identificar o impacto produzido pela adoção da IFRS no nível de conservadorismo incondicional desses bancos.

A amostra reuniu os 18 bancos listados na BM&FBovespa que em 2010 divulgaram suas demonstrações contábeis consolidadas nos padrões brasileiro e internacional, estendendo-se o estudo às demonstrações de 2009 de 10 desses bancos que também nesse exercício as divulgaram nos dois padrões. As análises foram realizadas a partir de peças contábeis como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, extraídos do *website* da CVM e dos portais eletrônicos dos próprios bancos.

A pesquisa pautou-se em duas hipóteses:

H₁: que os indicadores econômico-financeiros dos bancos pesquisados, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas preparadas segundo o padrão contábil brasileiro e também de acordo com as IFRS apresentam diferenças significativas na comparação entre os dois padrões; e

H₂: que no caso das empresas pesquisadas o padrão contábil brasileiro apresenta demonstrações contábeis mais conservadoras que aquelas preparadas segundo o padrão internacional.

Os resultados revelaram que em 2010 e no biênio 2009-2010 a adoção das IFRS provocou diferenças significativas no grupo Liquidez, que se apresentou menor no padrão internacional. Ou seja, as demonstrações em IFRS sinalizam menor capacidade dos bancos para honrar seus compromissos, comparativamente às demonstrações em BR GAAP.

Avaliando-se cada índice do grupo Liquidez, apenas os indicadores Participação dos Créditos e Participação dos Créditos Líquidos apresentaram diferenças significativas entre os dois padrões. Entretanto, nenhum dos grupos de contas que compõem esses indicadores apresentou impactos significativos, não sendo possível afirmar quais as contas que mais influíram na geração dessas diferenças.

Quanto ao grupo Estrutura Patrimonial e de Captação, foram encontradas diferenças significativas apenas no ano de 2009. Na análise de cada indicador, os resultados revelaram bancos menos alavancados e mais capitalizados pela ótica das IFRS, influenciados, principalmente, pelo Patrimônio Líquido dos bancos analisados, que apresentou média maior no padrão internacional. O ajuste que mais afetou positivamente o Patrimônio Líquido em IFRS foi o *Impairment* de instrumentos financeiros, já que as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa tendem a ser menores em IFRS que em BR GAAP, devido a particularidades de suas normas, comentadas ao longo deste estudo.

Ainda sobre esse grupo de indicadores, destaque-se que o índice de Basileia não pôde ser avaliado, porque 13 dos 15 bancos que o divulgaram apresentaram resultados iguais nos dois padrões, sinalizando que foram calculados apenas em BR GAAP, provavelmente em virtude de seu cálculo não ser exigido pelo padrão internacional. Dada a sua importância para sinalizar o nível de exposição a riscos dos bancos em função de sua estrutura de capitais, é de se admitir que o cálculo e a divulgação desse índice também com base nas demonstrações em IFRS traria maior relevância à informação contábil disponibilizada para o mercado, considerando-se ser esse padrão contábil de cunho global e reconhecido pelos seus níveis de qualidade informacional.

Avaliando-se, por outro lado, a Qualidade da Carteira de Crédito, constatou-se que esse grupo de indicadores apresentou impactos significativos em todos os períodos analisados, quando comparados os dois padrões contábeis. Na análise individual, os resultados do indicador Créditos Vencidos *versus* Patrimônio Líquido revelaram que a exposição dos recursos próprios dos bancos a créditos vencidos não provisionados foi maior em IFRS, inferindo-se que a qualidade da carteira de crédito se mostra menor pelas práticas internacionais. Os grupos de contas que mais influenciaram esse indicador foram as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que se apresentou menor em IFRS, e o Patrimônio Líquido, que se apresentou maior nesse mesmo padrão.

Em relação ao grupo de indicadores Rentabilidade e a cada indicador individualmente, não foram identificadas diferenças significativas entre os dois padrões em qualquer dos períodos analisados.

Concluída a análise dos impactos da adoção das IFRS sobre cada grupo de indicadores, foram realizados testes com todo o conjunto de indicadores para teste da hipótese H_1 da pesquisa. Nessa perspectiva, os testes não revelaram diferenças significativas, seja isoladamente a cada ano, seja investigando-se o biênio 2009-2010, rejeitando-se, assim, a hipótese H_1 , de que os indicadores econômico-financeiros calculados segundo as IFRS apresentam diferenças significativas em relação àqueles calculados em BR GAAP.

Esses resultados se aproximam dos achados de Miranda (2008), que, ao investigar os impactos da adoção das IFRS em bancos do Reino Unido e da Espanha, encontrou diferenças significativas apenas nos indicadores Alavancagem, Capitalização e Liquidez Imediata.

Outros estudos revelaram resultados diferentes, como o de Watanabe (2009) sobre empresas brasileiras da construção civil, que detectou diferenças significativas em indicadores de liquidez, endividamento e solvência. Por outro lado, Carvalho (2010) encontrou diferenças significativas em índices de estrutura de capital e de liquidez, ao investigar o impacto da adoção da Lei nº 11.638/2007 sobre indicadores de empresas listadas na BM&FBovespa. Vale ressaltar que essas pesquisas não utilizaram amostras exclusivas de instituições financeiras.

A pesquisa investigou também as normas IFRS mais citadas nos relatórios de reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido que embasaram a realização de ajustes nas demonstrações em IFRS.

Em relação aos ajustes no Patrimônio Líquido, a norma IAS 39 (reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros) foi a mais citada, seguida pela IAS 12 (efeitos do imposto de renda sobre os ajustes). As normas que mais influenciaram a geração de incrementos no Patrimônio Líquido em IFRS foram a IAS 39, a IAS 12 e a IAS 10 (eventos após o período de relatórios). Já as que mais influenciaram a geração de reduções no Patrimônio Líquido foram a IAS 39, a IAS 12 e a IAS 21 (efeitos das mudanças nas taxas de câmbio).

Da mesma forma, a norma IAS 39, seguida pela IAS 12, foi a mais citada em relação aos ajustes no Resultado Líquido dos bancos. As normas que mais influenciaram a

geração de incrementos na referida conta foram a IAS 39, a IAS 12 e a IFRS 3 (combinações de negócios). As que mais influenciaram a geração de reduções foram as mesmas que causaram esse efeito no Patrimônio Líquido.

No que tange à qualidade informacional das demonstrações contábeis, aplicou-se o Índice de Conservadorismo (IC) (GRAY, 1980) ao Resultado Líquido e ao Patrimônio Líquido apresentados pelos bancos, procurando-se identificar o impacto produzido pela adoção das IFRS sobre o nível de conservadorismo incondicional desses bancos.

Os resultados revelaram que, pela ótica do Patrimônio Líquido, em todos os períodos analisados (2009, 2010 e biênio 2009-2010) as demonstrações contábeis em BR GAAP se mostraram mais conservadoras que as demonstrações em IFRS.

Embora pela ótica do Resultado Líquido os resultados tenham se revelado similares, não se pode fazer a mesma afirmativa em virtude de essa conta não ter apresentado diferenças estatisticamente significativas.

Entretanto, avaliando-se os ICs de todo o conjunto analisado, englobando Patrimônio Líquido e Resultado Líquido, conclui-se que em todos os períodos analisados as demonstrações contábeis em BR GAAP se apresentam mais conservadoras que as demonstrações em BR GAAP, confirmando-se, dessa forma, a hipótese H₂.

Esse resultado vem ao encontro de conclusões de estudos realizados por outros pesquisadores, como Castro (2011), Cia, Santos e Cia (2008) e Santos e Calixto (2009), que, utilizando como amostras outros conjuntos de empresas, também concluíram que as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão brasileiro são mais conservadoras que aquelas elaboradas de acordo com o padrão internacional.

Esse resultado reforça a suposição de que a qualidade informacional atribuída às IFRS não determina seu nível de conservadorismo frente a outras normas levando-se em conta apenas os valores de Resultado Líquido e Patrimônio Líquido das empresas estudadas. No Brasil, as demonstrações contábeis em BR GAAP servem de insumos para o recolhimento de tributos e para a remuneração dos acionistas, maximizando-se a utilidade da aplicação do conservadorismo pelo administrador, que, ao usar seu poder discricionário, minimiza

desembolsos ao fisco e aos acionistas, capitalizando a empresa. Já as IFRS não interferem nos cálculos de tributos e dividendos, resultando na produção de demonstrações contábeis mais isentas de discricionariedade.

Considerando-se a oportunidade de estudar os impactos advindos da adoção das IFRS pelos bancos em atividade no país, a partir de 2010, esta pesquisa teve como fator limitador o baixo número de bancos que divulgaram suas demonstrações consolidadas nos dois padrões, já que somente aqueles participantes de conglomerados tinham essa obrigação. Além disso, o estudo retroagiu apenas a 2009, e assim mesmo somente em relação a 10 bancos que incluíram em suas demonstrações contábeis de 2010 uma coluna comparativa referente ao exercício anterior.

Outro fator limitador residiu nas formas de apresentação das demonstrações, diferentes nos dois padrões contábeis, no tocante à nomenclatura das contas, assim como aos itens dos relatórios.

Espera-se que doravante sejam realizadas outras pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS por empresas em atividade no país, principalmente do segmento bancário, incorporando-se na análise outros atributos qualitativos e quantitativos da informação, além de relatórios de outros exercícios financeiros.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A. et al. Reducing the burden of U.S. GAAP reconciliations by foreign companies listed in the United States: the key question of materiality. **European Accounting Review**, v. 8, n. 3, p. 1-22, 1999.

_____; WEETMAN P.; GRAY, S. J. Reconciling national with international accounting standards: lessons from a study of finish corporate reports. **European Accounting Review**, v. 2., p. 471-494, 1993.

ANTUNES, Gerônimo; ANTUNES, Guilherme Marinovic Brscan; PENTEADO, Ísis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10., 2007, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2007.

ANTUNES, Gustavo Amorim et al. Empresas estatais federais e empresas do novo mercado da Bovespa: um estudo comparativo acerca da qualidade da informação contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BALL, R. J. **International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors**. Paper baseado no PD Leake Lectured entregue em 8 de setembro de 2005. Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 2005.

_____; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 1-51, 2000.

_____; ROBIN, A.; WU, J. S. Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: effect on timely loss recognition in China. **Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics**, v. 7, p. 71-96, 2000.

_____; _____. Incentives versus standards: properties of accounting income in four east Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**, 2003.

BACEN. Relatório de gestão do Banco Central. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/audit/relgest/relatorio_de_gestao_2010-consolidado-tcu.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. Relatório de estabilidade financeira, v. 10, n. 1, abr. 2011a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2011_04/refp.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Comunicado 14.259/2006**. Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo Iasb e pela Ifac. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

_____. **Carta-circular nº 3.435/2010**. Esclarece acerca da elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/2010/pdf/c_circ_3435.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2011.

_____. **Circular nº 3.360/2007**. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=107306469&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

_____. **Resolução nº 2.682/1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v1_P.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. **International accounting standards and accounting quality**, 2007. Disponível em:

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=688041>. Acesso em: 9 mai. 2012.

BEUREN, Ilse Maria; KLANN, Roberto Carlos. Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BM&FBOVESPA. **Relatório anual 2011**. Disponível em:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/sobre-a-bolsa/relatorio-anual/relatorio-anual.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 17 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 9 nov. 2011.

_____. **Lei nº 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em: 9 nov. 2011.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 9 nov. 2011.

_____. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 9 nov. 2011.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARNIER, Theo. Nova porta aberta para o investidor. **Revista da Nova Bolsa**, São Paulo, n. 12, p. 64-67, out./dez. 2011.

CARVALHO, Fernanda Abreu. **Principais alterações nas práticas contábeis brasileiras estabelecidas pelas leis nº 11.638 e 11.941 e seus impactos na representação da situação econômico-financeira das empresas listadas na BM&FBovespa**. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CASTRO, Livia Arruda. **O conservadorismo incondicional e a convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS**. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CHAIRAS, I. Y.; RADIANTO, W. R. D. Accounting harmonization in Asean: the process, benefits and obstacles. **International Accounting and Finance**, Goteborg University, Master Thesis, n. 5, 2001.

CHIQUETO, Fernando. **Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na bolsa de Nova Iorque após a adoção das normas internacionais de contabilidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CIA, Joanília Neide de Sales; SANTOS, Edilene Santana; CIA, Josilmar Cordenonssi. US GAAP x normas contábeis dos países da América Latina: há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas com ADRs na Nyse? In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

CMN. **Resolução nº 3.490/2007**. Dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2007/pdf/res_3490_v3_P.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2012.

_____. **Resolução nº 3.786/2009**. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109082266&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

COELHO, A. C. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CVM. **Instrução CVM nº 457/2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo IASB. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

CFC. **Resolução CFC nº 1.055/2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em:

<http://crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 9 nov. 2011.

CHRISTENSEN, Hans B.; LEE, Edward; WALKER, Martin. **Do IFRS/UK-GAAP reconciliations convey new information?**, 2007. Disponível em:

<<http://www.chicagobooth.edu/research/workshops/accounting/docs/Walker-Information.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

CORDAZZO, M. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from italian listed companies. In: SÉMINAIRE DEMA/ERM, 2008. **Proceedings...** Disponível em:

<<http://www.hec.unit.ch/irm/Research/Seminaire>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

CORREIA, Laise Ferraz; LOUVET, Pascal. O relacionamento entre a governança das empresas e a qualidade das suas informações financeiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance**. 2011. Disponível em:

<<http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Serviços/PocketIFRS.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2011.

DUARTE, Soraia de Oliveira. **Informação S/A** – o valor da comunicação para companhias abertas e para investidores. São Paulo: Saraiva, 2008.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana; FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2., 2009, Curitiba, **Anais...** Curitiba: Anpad, 2009.

FIROZ, CA. Mohammad; ANSARI, A. Aziz; AKHTAR, Kahkashan. IFRS – impact on Indian banking industry. **International Journal of Business and Management**, v. 6, n. 3, p. 277-283, mar., 2011.

FUNDAÇÃO IFRS. **Normas internacionais de relatório financeiro**: conforme emitidas até 1º de janeiro de 2011. São Paulo: Ibracon, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some european evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 1, Spring, p. 64-76, 1980.

_____. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**, v. 24, n. 1, p. 1-15, 1988.

GRECCO, Marta C. P.; GERON, Cecília M. S. T.; FORMIGONI, Henrique. O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and US GAAP converging? Some evidence from people's republic of China companies listed on the New York stock exchange. **Journal of International Accounting**. Auditing and Taxation, v. 15, p. 48-71, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB. **Normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs)**: conforme emitidas até 1º de janeiro de 2010. São Paulo: Ibracon, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações** – suplemento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAGUNA, Juan Palomares; ROMERO, Enrique Corona. Un estudio empírico sobre la normativa contable americana de las empresas extranjeras cotizadas em el Nyse. In: CONGRESSO TRANSATLÂNTICO DE CONTABILIDADE, CONTROLADORIA, AUDITORIA, GESTÃO DE CUSTOS E MUNDIALIZAÇÃO, 1., 2007, Lyon (France), **Anais...** Lyon: Iseor, 2007.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, maio/ago. 2009.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. Tese (Doutorado em ??????) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MADEIRA, Geová José; SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; ALMEIDA, Fabiana Lucas de. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 150, p. 74-82, nov./dez. 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Estatística geral e aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MCMANUS, Kieran John. **IFRS – implementação das normas internacionais de contabilidade e da lei nº 11.638 no Brasil – aspectos práticos e contábeis relevantes**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MELLO, Rita de Cássia. Análise da harmonização contábil: uma comparação entre indicadores contábeis calculados pelos BR GAAP e US GAAP dos bancos com ADR listados na Nyse. In: CONGRESSO TRANSATLÂNTICO DE CONTABILIDADE, CONTROLADORIA, AUDITORIA, GESTÃO DE CUSTOS E MUNDIALIZAÇÃO, 1., 2007, Lyon (France), **Anais...** Lyon: Iseor, 2007.

MIRANDA, Vanessa Lopes de. **Impacto da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS: introdução às normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010a.

_____; _____. **IFRS: normas internacionais de contabilidade para bancos**. São Paulo: Atlas, 2010b.

MUELLER, G. G.; GERON, H.; MEEK, G. **Accounting an international perspective**. 4. ed. USA: Irwin, 1997.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Modelo de informação. In: NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane (Orgs.). **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. K. **Contabilidade de instituições financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Valdiney Alves de. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional: IFRS: US Gaap e BR Gaap: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PAULO, Edílson; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas – ERA**, v. 48, n. 3, jul./set. 2008.

PASCU, Ana-Maria; VASILIU, Andreea. **International financial reporting standard for small and medium-sized entities** – a new challenge for the European Union. In: CES Working Papers, III, (1), 2011. Disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl3?sid=metalib:DOAJ&id=doi:&genre=&isbn=&issn=&date=2011&volume=%203&issue=%201&spage=&epage=&aulast=Pascu&aufirst=Ana-Maria&auinit=&title=%20CES%20Working%20Papers&atitle=INTERNATIONAL%20FINANCIAL%20REPORTING%20STANDARD%20FOR%20SMALL%20AND%20MEDIUM-SIZED%20ENTITIES-%20A%20NEW%20CHALLENGE%20FOR%20THE%20EUROPEAN%20UNION&sici=&__service_type=&pid=%3Cmetalib_doc_number%3E004873254%3C/metalib_doc_number%3E%3Cmetalib_base_url%3Ehttp://svrperiodicos2.periodicos.capes.gov.br%3C/metalib_base_url%3E%3Cupid%3E%3C/opid%3E>. Acesso em: 26 dez. 2011.

PERRAMON, Jordi; AMAT, Oriol. **IFRS introduction and its effect on listed companies in Spain**, 2006. Disponível em: <<http://www.econ.upf.edu/docs/papers/downloads/975.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

_____; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados de 2008 das empresas brasileiras abertas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Geysa Bendoraytes. **A transição das normas e práticas brasileiras para as normas internacionais em relação aos títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ativos: impacto nas demonstrações contábeis das instituições financeiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Sílvia Marques de Brito. Convergência contábil: o processo de redução de assimetrias. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO – ADOÇÃO DE IFRS, 2011, Brasília, **Apostila**, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011.

SUSEP. **Circular Susep nº 357/2007**. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Disponível em:
<<http://www.susep.gov.br/textos/circ357.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VESCO, Delci Grapegia Dal; ALMEIDA, Lauro Brito de; CROZATTI, Jaime. Análise das divergências nas demonstrações contábeis pelas normas brasileiras vs internacionais em uma empresa brasileira de concessão de serviço público de rodovias. In: CONGRESSO TRANSATLÂNTICO DE CONTABILIDADE, CONTROLADORIA, AUDITORIA, GESTÃO DE CUSTOS E MUNDIALIZAÇÃO, 1., 2007, Lyon (France), **Anais...** Lyon: Iseor, 2007.

WATANABE, Léo. **A primeira adoção das normas internacionais de contabilidade: ensaio nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor da construção civil e incorporação imobiliária**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

WEETMAN, P. E. et al. Profit measurement and UK accounting standards: a case of increasing disharmony in relation to US GAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, Summer, p. 189-208, 1998.

_____; GRAY, S. J. A comparative international analysis of the impact of accounting principals on profits: the USA versus the UK, Sweden and the Netherlands. **Accounting and Business Research**, Autumn, p. 363-379, 1991.

APÊNDICE A – Resultados do índice Encaixe, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Caixa e Equivalentes de Caixa	Depósitos até 90 Dias
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,255	0,255	-	-	-
ABC Brasil	2010	0,389	0,389	-	-	-
Alfa de Investimentos	2009	0,458	0,458	-	-	-
Alfa de Investimentos	2010	0,375	0,375	-	-	-
Banco de Brasília	2010	0,183	0,184	+1	-	-1
Banco do Brasil	2010	0,098	0,098	-	-	-
Banestes	2009	1,010	1,014	-	-	-
Banestes	2010	0,932	0,933	-	-	-
Banrisul	2010	0,238	0,237	-	-	-
Bicbanco	2010	0,741	0,703	-5	-	+5
Bicbanco	2009	0,702	0,679	-3	-	+3
Bradesco	2009	0,990	1,081	+9	+8	-1
Bradesco	2010	0,373	0,375	+1	-	-1
Cruzeiro do Sul	2009	0,317	0,299	-6	-6	-
Cruzeiro do Sul	2010	1,267	1,260	-1	-1	-
Daycoval	2010	0,478	0,478	-	-	-
Indusval	2009	0,348	0,138	-60	-	+152
Indusval	2010	0,119	0,043	-64	-	+180
Itaú	2010	0,391	0,457	+17	+17	-
Mercantil do Brasil	2010	0,923	0,923	-	-	-
Panamericano	2010	0,400	0,400	-	-	-
Pine	2009	0,238	0,186	-22	-	+28
Pine	2010	0,139	0,088	-37	-	+58
Santander	2010	0,163	0,098	-40	-2	+64
Sofisa	2010	0,168	0,168	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE B – Resultados do índice Liquidez Imediata, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Caixa e Equivalentes de Caixa	Dívidas de Curto Prazo
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,070	0,077	+10	-	-9
ABC Brasil	2010	0,094	0,096	+2	-	-1
Banco do Brasil	2009	0,075	0,063	-16	-18	-3
Banco do Brasil	2010	0,047	0,048	+1	-	-
Bicbanco	2009	0,159	0,205	+29	-	-23
Bicbanco	2010	0,223	0,255	+14	-	-13
Bradesco	2009	0,277	0,293	+6	+8	+2
Bradesco	2010	0,091	0,094	+3	-	-3
Cruzeiro do Sul	2009	0,068	0,062	-9	-6	+4
Cruzeiro do Sul	2010	0,186	0,167	-10	-1	+11
Mercantil do Brasil	2010	0,247	0,218	-12	-	+13

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE C – Resultados do índice Participação dos Créditos, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Carteira de Crédito	Ativo Total
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,765	0,783	+2	+2	-
ABC Brasil	2010	0,777	0,791	+2	+1	-1
Alfa de Investimentos	2009	0,388	0,378	-3	-3	-
Alfa de Investimentos	2010	0,426	0,426	-	-	-
Banco de Brasília	2010	0,490	0,486	-1	-	+1
Banco do Brasil	2009	0,437	0,424	-3	-4	-1
Banco do Brasil	2010	0,456	0,435	-5	-6	-1
Banese	2010	0,446	0,444	-1	-	+1
Banestes	2009	0,382	0,376	-2	+1	+3
Banestes	2010	0,372	0,372	-	+2	+2
Banrisul	2010	0,530	0,533	+1	+2	+2
Bicbanco	2009	0,800	0,805	+1	-	-1
Bicbanco	2010	0,775	0,774	-	-	-
Bradesco	2009	0,395	0,386	-2	-5	-3
Bradesco	2010	0,377	0,374	-1	-6	-5
Cruzeiro do Sul	2009	0,671	0,784	+17	+35	+16
Cruzeiro do Sul	2010	0,678	0,769	+13	+37	+21
Daycoval	2010	0,623	0,693	+11	+5	-6
Indusval	2009	0,599	0,563	-6	-4	+2
Indusval	2010	0,573	0,550	-4	-3	+1
Itaú	2010	0,393	0,406	+3	-1	-4
Mercantil do Brasil	2010	0,557	0,599	+8	+25	+17
Panamericano	2010	0,757	0,818	+8	+36	+26
Pine	2009	0,544	0,575	+6	+11	+5
Pine	2010	0,529	0,547	+3	+3	-1
Santander	2009	0,415	0,438	+6	-3	-8
Santander	2010	0,427	0,429	-	-3	-3
Sofisa	2010	0,567	0,595	+5	+12	+7

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE D – Resultados do índice Participação dos Créditos Líquidos, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Carteira de Crédito Líquida de Provisões	Ativo Total
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,748	0,774	+3	+4	-
ABC Brasil	2010	0,765	0,785	+3	+2	-1
Alfa de Investimentos	2009	0,381	0,371	-2	-3	-
Alfa de Investimentos	2010	0,422	0,422	-	-	-
Banco de Brasília	2010	0,474	0,477	-	+1	+1
Banco do Brasil	2009	0,411	0,407	-1	-2	-1
Banco do Brasil	2010	0,435	0,421	-3	-4	-1
Banese	2010	0,432	0,433	-	+1	+1
Banestes	2009	0,355	0,355	-	+3	+3
Banestes	2010	0,354	0,354	-	+2	+2
Banrisul	2010	0,496	0,506	+2	+4	+2
Bicbanco	2009	0,763	0,771	+1	-	-1
Bicbanco	2010	0,749	0,751	-	-	-
Bradesco	2009	0,363	0,356	-2	-5	-3
Bradesco	2010	0,351	0,349	-1	-6	-5
Cruzeiro do Sul	2009	0,663	0,776	+17	+36	+16
Cruzeiro do Sul	2010	0,669	0,760	+14	+37	+21
Daycoval	2010	0,603	0,672	+11	+5	-6
Indusval	2009	0,550	0,522	-5	-3	+2
Indusval	2010	0,536	0,517	-4	-3	+1
Itaú	2010	0,364	0,379	+4	-	-4
Mercantil do Brasil	2010	0,536	0,582	+8	+26	+17
Panamericano	2010	0,675	0,745	+10	+39	+26
Pine	2009	0,533	0,564	+6	+11	+5
Pine	2010	0,516	0,536	+4	+3	-1
Santander	2009	0,387	0,406	+5	-3	-8
Santander	2010	0,405	0,404	-	-3	-3
Sofisa	2010	0,537	0,568	+6	+13	+7

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE E – Resultados do índice Relação Créditos/Depósitos, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Carteira de Crédito	Depósitos Totais
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	1,867	1,911	+2	+2	-
ABC Brasil	2010	2,598	2,625	+1	+1	-
Alfa de Investimentos	2009	0,903	0,879	-3	-3	-
Alfa de Investimentos	2010	1,465	1,460	-	-	-
Banco de Brasília	2010	0,668	0,670	-	-	-
Banco do Brasil	2009	0,917	0,880	-4	-4	-
Banco do Brasil	2010	0,982	0,924	-6	-6	-
Banese	2010	0,575	0,575	-	-	-
Banestes	2009	0,681	0,690	+1	+1	-
Banestes	2010	0,692	0,705	+2	+2	-
Banrisul	2010	0,894	0,914	+2	+2	-
Bicbanco	2009	1,737	1,556	-10	-10	+1
Bicbanco	2010	1,675	1,523	-9	-8	+1
Bradesco	2009	1,169	1,106	-5	-5	-
Bradesco	2010	1,243	1,168	-6	-6	-
Cruzeiro do Sul	2009	1,375	1,859	+35	+35	-
Cruzeiro do Sul	2010	1,486	2,037	+37	+37	-
Daycoval	2010	1,743	1,836	+5	+5	-1
Indusval	2009	1,296	1,234	-5	-4	+1
Indusval	2010	1,255	1,157	-8	-3	+5
Itaú	2010	1,466	1,457	-1	-1	-
Mercantil do Brasil	2010	0,947	1,189	+25	+25	-
Panamericano	2010	1,785	2,379	+33	+36	+2
Pine	2009	1,366	1,513	+11	+11	-
Pine	2010	1,536	1,581	+3	+3	-
Santander	2009	1,252	1,201	-4	-3	+2
Santander	2010	1,408	1,388	-1	-3	-2
Sofisa	2010	1,055	1,182	+12	+12	-

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE F – Resultados do índice Alavancagem, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Passivo de	Patrimônio
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	Terceiros DIFERENÇA (%)	Líquido DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	5,055	4,879	-3	-1	+3
ABC Brasil	2010	6,283	6,033	-4	-1	+3
Alfa de Investimentos	2009	9,929	8,824	-11	-1	+11
Alfa de Investimentos	2010	7,986	7,153	-10	-2	+10
Banco de Brasília	2010	8,736	8,551	-2	+1	+3
Banco do Brasil	2009	18,617	16,338	-12	-2	+12
Banco do Brasil	2010	15,082	13,753	-9	-2	+8
Banese	2010	13,580	11,027	-19	-1	+22
Banestes	2009	12,445	12,052	-3	+3	+6
Banestes	2010	11,011	11,068	+1	+2	+2
Banrisul	2010	7,330	7,181	-2	+1	+4
Bicbanco	2009	5,454	5,347	-2	-1	+1
Bicbanco	2010	7,741	7,911	+2	-	-2
Bradesco	2009	10,897	9,968	-9	-4	+5
Bradesco	2010	12,140	10,786	-11	-6	+5
Cruzeiro do Sul	2009	10,122	6,371	-37	+10	+75
Cruzeiro do Sul	2010	15,720	9,129	-42	+16	+100
Daycoval	2010	4,028	3,719	-8	-8	-
Indusval	2009	5,310	5,156	-3	+1	+5
Indusval	2010	6,683	6,466	-3	+1	+4
Itaú	2010	10,687	9,707	-9	-4	+5
Mercantil do Brasil	2010	13,072	16,662	+27	+18	-7
Pine	2009	7,463	8,513	+14	+6	-7
Pine	2010	9,553	9,645	+1	-	-1
Santander	2009	4,308	3,562	-17	-11	+7
Santander	2010	4,971	4,107	-17	-7	+13
Sofisa	2010	4,674	5,018	+7	+8	+1

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE G – Resultados do índice Capitalização, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Patrimônio Líquido	Ativo Total
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,165	0,170	+3	+3	-
ABC Brasil	2010	0,137	0,142	+4	+3	-1
Alfa de Investimentos	2009	0,091	0,102	+11	+11	-
Alfa de Investimentos	2010	0,111	0,123	+10	+10	-
Banco de Brasília	2010	0,103	0,105	+2	+3	+1
Banco do Brasil	2009	0,051	0,058	+13	+12	-1
Banco do Brasil	2010	0,062	0,068	+9	+8	-1
Banese	2010	0,069	0,083	+21	+22	+1
Banestes	2009	0,074	0,077	+3	+6	+3
Banestes	2010	0,083	0,083	-	+2	+2
Banrisul	2010	0,120	0,122	+2	+4	+2
Bicbanco	2009	0,155	0,158	+2	+1	-1
Bicbanco	2010	0,114	0,112	-2	-2	-
Bradesco	2009	0,084	0,091	+8	+5	-3
Bradesco	2010	0,076	0,085	+11	+5	-5
Cruzeiro do Sul	2009	0,090	0,136	+51	+75	+16
Cruzeiro do Sul	2010	0,060	0,099	+65	+100	+21
Daycoval	2010	0,199	0,212	+7	-	-6
Indusval	2009	0,158	0,162	+2	+5	+2
Indusval	2010	0,130	0,134	+3	+4	+1
Itaú	2010	0,086	0,093	+9	+5	-4
Mercantil do Brasil	2010	0,071	0,057	-20	-7	+17
Pine	2009	0,118	0,105	-11	-7	+5
Pine	2010	0,095	0,094	-1	-1	-1
Santander	2009	0,188	0,219	+16	+7	-8
Santander	2010	0,167	0,196	+17	+13	-3
Sofisa	2010	0,176	0,166	-6	+1	+7

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE H – Resultados do índice Basileia, por banco

Banco	Exercício	Indicador		
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	14,640	14,640	-
ABC Brasil	2010	16,040	16,040	-
Alfa de Investimentos	2009	20,200	20,200	-
Alfa de Investimentos	2010	19,910	19,910	-
Banco do Brasil	2009	13,820	13,820	-
Banco do Brasil	2010	14,080	14,080	-
Banese	2010	19,150	19,150	-
Banestes	2009	15,480	15,480	-
Banestes	2010	17,510	17,510	-
Banrisul	2010	15,500	16,070	+4
Bicbanco	2009	15,990	15,990	-
Bicbanco	2010	17,170	17,170	-
Bradesco	2009	17,830	17,830	-
Bradesco	2010	14,740	14,740	-
Daycoval	2010	19,860	19,860	-
Indusval	2009	22,530	21,910	-3
Indusval	2010	17,590	17,160	-2
Itaú	2010	15,400	15,400	-
Mercantil do Brasil	2010	13,380	13,380	-
Pine	2010	17,370	17,370	-
Santander	2009	25,600	25,600	-
Santander	2010	22,100	22,100	-
Sofisa	2010	19,320	19,320	-

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE I – Resultados do índice Inadimplência, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Créditos Vencidos	Carteira de Crédito
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,0075	0,0073	-2	-	+2
ABC Brasil	2010	0,0016	0,0016	-1	-	+1
Alfa de Investimentos	2009	0,0033	0,0034	+3	-	-3
Alfa de Investimentos	2010	0,0008	0,0008	-	-1	-
Banco de Brasília	2010	0,0191	0,0183	-4	-4	-
Banco do Brasil	2009	0,0237	0,0156	-34	-37	-4
Banco do Brasil	2010	0,0124	0,0092	-26	-30	-6
Banrisul	2010	0,0141	0,0138	-2	-	+2
Cruzeiro do Sul	2009	0,0123	0,0518	+322	+471	+35
Cruzeiro do Sul	2010	0,0106	0,0535	+404	+591	+37
Itaú	2010	0,0421	0,0414	-2	-2	-1
Mercantil do Brasil	2010	0,0177	0,0150	-15	+6	25
Santander	2009	0,0535	0,0591	+10	+8	-3
Santander	2010	0,0367	0,0395	+8	+5	-3

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE J – Resultados do índice Créditos Vencidos Líquidos *versus* Patrimônio Líquido, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Créditos Vencidos	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Patrimônio Líquido
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	-0,0698	-0,0170	+76	-	-50	+3
ABC Brasil	2010	-0,0828	-0,0349	+58	-	-51	+3
Alfa de Investimentos	2009	-0,0591	-0,0481	+19	-	-8	+11
Alfa de Investimentos	2010	-0,0291	-0,0298	-2	-1	+11	+10
Banco de Brasília	2010	-0,0662	-0,0104	+84	-4	-38	+3
Banco do Brasil	2009	-0,3127	-0,1828	+42	-37	-35	+12
Banco do Brasil	2010	-0,2522	-0,1432	+43	-30	-36	+8
Banese	2010	-0,1178	-0,0554	+53	-	-25	+22
Banrisul	2010	-0,2235	-0,1584	+29	-	-21	+4
Cruzeiro do Sul	2009	-0,0004	0,2421	+57054	+471	+9	+75
Cruzeiro do Sul	2010	-0,0291	0,3341	+1248	+591	+10	+100
Indusval	2010	-0,1699	0,3102	+283	+428	-7	+4
Itaú	2010	-0,1516	-0,1143	+25	-2	-10	+5
Mercantil do Brasil	2010	-0,1505	-0,1509	-	+6	-1	-7
Santander	2009	-0,0289	-0,0274	+5	+8	+6	+7
Santander	2010	-0,0410	-0,0388	+5	+5	+5	+13

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE K – Resultados do índice Margem Financeira 1, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Resultado de Intermediação	Receitas de Intermediação
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,563	0,316	-44	-15	+52
ABC Brasil	2010	0,500	0,419	-16	-5	+13
Alfa de Investimentos	2009	0,202	0,213	+6	+6	+1
Alfa de Investimentos	2010	0,216	0,196	-9	-9	-
Banco de Brasília	2010	0,703	0,704	-	-	-
Banco do Brasil	2009	0,466	0,502	+8	+13	+5
Banco do Brasil	2010	0,444	0,461	+4	+6	+2
Banese	2010	0,626	0,626	-	-	-
Banestes	2009	0,479	0,477	-	-	-
Banestes	2010	0,480	0,474	-1	-2	-1
Banrisul	2010	0,602	0,586	-3	-6	-4
Bicbanco	2009	0,671	0,561	-16	-19	-3
Bicbanco	2010	0,577	0,510	-12	-10	+2
Bradesco	2009	0,530	0,541	+2	-1	-3
Bradesco	2010	0,508	0,531	+4	-2	-7
Cruzeiro do Sul	2009	0,578	0,438	-24	-4	+27
Cruzeiro do Sul	2010	0,505	0,336	-34	-31	+3
Daycoval	2010	0,555	0,684	+23	+10	-11
Indusval	2009	0,504	0,424	-16	+7	+28
Indusval	2010	0,420	0,373	-11	+4	+17
Itaú	2010	0,563	0,554	-2	+1	+3
Mercantil do Brasil	2010	0,575	0,376	-35	-9	+39
Pine	2009	0,342	0,482	+41	-16	-40
Pine	2010	0,400	0,530	+32	+10	-17
Santander	2009	0,715	0,592	-17	+4	+25
Santander	2010	0,613	0,603	-2	-	+2
Sofisa	2010	0,364	0,364	-	-6	-6

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L – Resultados do índice Margem Financeira 2, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Resultado de Intermediação Líquido de Provisões	Receitas de Intermediação
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,487	0,268	-45	-16	+52
ABC Brasil	2010	0,452	0,388	-14	-3	+13
Alfa de Investimentos	2009	0,190	0,192	+1	+2	+1
Alfa de Investimentos	2010	0,207	0,200	-3	-4	-
Banco de Brasília	2010	0,614	0,685	+12	+12	-
Banco do Brasil	2009	0,277	0,411	+48	+55	+5
Banco do Brasil	2010	0,319	0,369	+16	+17	+2
Banese	2010	0,578	0,603	+4	+4	-
Banestes	2009	0,314	0,344	+9	+10	-
Banestes	2010	0,428	0,379	-11	-12	-1
Banrisul	2010	0,495	0,512	+3	-1	-4
Bicbanco	2009	0,515	0,334	-35	-37	-3
Bicbanco	2010	0,455	0,389	-15	-13	+2
Bradesco	2009	0,324	0,364	+12	+9	-3
Bradesco	2010	0,380	0,444	+17	+9	-7
Cruzeiro do Sul	2009	0,542	0,429	-21	-	+27
Cruzeiro do Sul	2010	0,471	0,318	-32	-30	+3
Daycoval	2010	0,438	0,553	+26	+12	-11
Indusval	2009	0,231	0,227	-2	+25	+28
Indusval	2010	0,312	0,263	-16	-2	+17
Itaú	2010	0,438	0,417	-5	-2	+3
Mercantil do Brasil	2010	0,387	0,235	-39	-15	+39
Pine	2009	0,293	0,386	+31	-21	-40
Pine	2010	0,327	0,461	+41	+17	-17
Santander	2009	0,420	0,355	-15	+6	+25
Santander	2010	0,415	0,409	-1	-	+2
Sofisa	2010	0,259	0,260	-	-5	-6

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M – Resultados do índice Eficiência, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Despesas Administrativas	Resultados de Intermediação e Receitas de Serviços
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,319	0,466	+46	+25	-14
ABC Brasil	2010	0,282	0,403	+43	+40	-2
Alfa de Investimentos	2009	0,446	0,407	-9	-9	-
Alfa de Investimentos	2010	0,505	0,515	+2	-3	-5
Banco de Brasília	2010	0,637	0,534	-16	+2	+21
Banco do Brasil	2009	0,726	0,551	-24	-1	+31
Banco do Brasil	2010	0,617	0,586	-5	+4	+10
Banese	2010	0,654	0,657	-	+3	+3
Banestes	2009	0,621	0,552	-11	-8	+4
Banestes	2010	0,560	0,588	+5	-6	-10
Banrisul	2010	0,563	0,571	+1	+2	-
Bicbanco	2009	0,301	0,459	+53	-1	-35
Bicbanco	2010	0,304	0,349	+15	+1	-12
Bradesco	2009	0,539	0,565	+5	-2	-6
Bradesco	2010	0,513	0,530	+3	-	-3
Cruzeiro do Sul	2009	0,492	0,465	-5	-5	-
Cruzeiro do Sul	2010	0,634	0,800	+26	-11	-29
Daycoval	2010	0,356	0,339	-5	+6	+12
Indusval	2009	0,875	0,741	-15	+7	+26
Indusval	2010	0,616	0,674	+9	+13	+4
Itaú	2010	0,510	0,674	+32	+29	-2
Pine	2009	0,328	0,540	+65	+3	-37
Pine	2010	0,336	0,360	+7	+14	+6
Santander	2009	0,701	0,550	-22	-19	+3
Santander	2010	0,606	0,492	-19	-19	-
Sofisa	2010	0,493	0,537	+9	+4	-5

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N – Resultados do índice Retorno sobre o Patrimônio Líquido, por banco

Banco	Exercício	Indicador			Resultado Líquido	Patrimônio Líquido
		BR GAAP	IFRS	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (%)
ABC Brasil	2009	0,124	0,121	-2	+1	+3
ABC Brasil	2010	0,150	0,146	-2	-	+3
Alfa de Investimentos	2009	0,078	0,068	-13	-3	+11
Alfa de Investimentos	2010	0,079	0,067	-15	-6	+10
Banco de Brasília	2010	0,247	0,322	+31	+34	+3
Banco do Brasil	2009	0,281	0,333	+18	+33	+12
Banco do Brasil	2010	0,232	0,208	-10	-3	+8
Banese	2010	0,301	0,315	+5	+25	+20
Banestes	2009	0,197	0,211	+7	+14	+6
Banestes	2010	0,211	0,177	-16	-15	+2
Banrisul	2010	0,192	0,190	-1	+3	+4
Bicbanco	2009	0,180	0,119	-34	-33	+1
Bicbanco	2010	0,178	0,154	-14	-15	-2
Bradesco	2009	0,188	0,186	-1	+4	+5
Bradesco	2010	0,207	0,196	-5	-	+5
Cruzeiro do Sul	2009	0,163	0,125	-23	+34	+75
Cruzeiro do Sul	2010	-0,055	-0,064	-17	-134	+100
Daycoval	2010	0,155	0,140	-9	-9	-
Indusval	2009	0,030	0,045	+51	+58	+5
Indusval	2010	0,068	0,060	-12	-9	+4
Itaú	2010	0,206	0,184	-11	-6	+5
Mercantil do Brasil	2010	0,201	0,306	+52	+42	-7
Pine	2009	0,103	0,172	+67	+56	-7
Pine	2010	0,136	0,189	+39	+37	-1
Santander	2009	0,028	0,080	+184	+205	+7
Santander	2010	0,060	0,101	+69	+91	+13
Sofisa	2010	0,099	0,103	+5	+5	+1

Fonte: Dados da pesquisa.